

M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

**“Ser tempo”:
Um projeto de intervenção
psicossocial com mulheres
vítimas (sobreviventes) de
violência doméstica
Andreia Filipa Bandeira Maia**

11/2024



Escola Superior de Educação

Andreia Filipa Bandeira Maia

Relatório de Projeto

Mestrado em Educação e Intervenção Social

Orientação: Prof.^a Doutora Helena Carvalho

Porto, novembro de 2024

Ao meu Vô Bel ... que viajou para longe de mim há uns anos e que, mesmo assim, continua a ser uma força tão presente na minha vida. A ti, Vô Bel, que nunca me deixaste sozinha e que, mesmo longe, és quem dá colo nos dias mais difíceis. A ti, Vô Bel, que me inspiras todos os dias e que me recarregas a energia para que possa lutar por um mundo melhor. A ti, Vô Bel, que tanto amo. A ti e, para ti, Vô Bel.

“Num deserto sem água

Numa noite sem lua

Num país sem nome

Ou numa terra nua

Por maior que seja o desespero

Nenhuma ausência é mais funda do que a tua.”

(Sophia de Mello Breyner Andresen)

AGRADECIMENTOS

Este projeto nunca existiria se não existissem as pessoas que tanta força me deram para embarcar nesta aventura. Embora muitas vezes perdida, nunca estive desamparada nesta viagem tão bonita. Quero por isso agradecer às pessoas que, de forma direta ou indireta contribuíram para que este percurso fosse possível. À minha família, aos meus amigos, às minhas colegas de curso, às pessoas que me rodearam nesta caminhada e, em especial:

Aos meus pais, que realizaram o meu desejo e que me permitiram prosseguir os estudos. Que moveram o mundo, mesmo com sacrifício, para que eu criasse raízes para um futuro risonho, para um futuro tão desejado. Que foram (e são) colo quando a tempestade vem e que estão sempre lá para mim. Aos meus pais, que são as pessoas mais importantes da minha vida, obrigada. Sem vocês, nada disto seria possível.

Ao Renato, que sempre me ouviu dizer que não queria ingressar num mestrado e que, mesmo assim, me deu toda a força para iniciar esta caminhada. Que teve sempre uma palavra de conforto, um abraço apertado e uma bolha de amor pronta a amparar-me nos momentos mais complicados. Obrigada, sem ti não seria possível.

A todos/as os professores/as que fizeram parte desta jornada e, em particular, à minha professora e orientadora, Prof^ª Dra. Helena Carvalho, que esteve sempre presente desde o primeiro dia. Que nunca me deixou desistir e que mesmo quando sentia que eu estava perdida e à deriva, encontrava palavras para me dar força para continuar. Que esteve sempre lá para ouvir as minhas dúvidas, para escutar os meus medos, as minhas expectativas e para me orientar e incentivar. Que despendeu de horas infinitas para me ajudar a (re)encontrar-me mesmo nos momentos de autossabotagem, de descrença e de insegurança. Que durante todo este processo demonstrou o que de melhor o ser humano pode ser e ter: empatia. Obrigada, sem si não seria possível.

A todas as pessoas que fizeram parte deste projeto e, em particular, à Violeta, à Hortênsia, à Jasmim, à Dália, à Camélia e à Papoila. Sem vocês nada disto teria sido possível. Aliás, são vocês a essência deste projeto. Foram as inúmeras horas que passamos juntas, as partilhas e os

desabafos que deram rumo ao nosso projeto. Foi o vosso tempo e o meu que tornou possível esta caminhada tão bonita. Que este tempo que passamos juntas tenha sido, de alguma forma, significativo para vocês. Para mim foi. Obrigada por me terem acolhido, por me terem desafiado e por me terem empoderado. Que bonitos foram estes meses que passamos juntas.

A toda a equipa da instituição que me acolheu e, em particular, à Inês, que foi uma âncora neste percurso. Obrigada por me teres acolhido de braços abertos e por me teres dado sempre força para continuar. Obrigada por teres valorizado o meu esforço e a minha dedicação e por teres sempre uma palavra de motivação para me dar. Obrigada por teres confiado em mim e no meu trabalho. Obrigada por me teres mostrado o ser humano incrível que és e por seres uma inspiração não só a nível profissional como também, a nível pessoal.

A todos vocês que me acompanharam e que me permitiram ver a luz ao fundo do túnel. A todos vocês que me encorajaram a sair da minha zona de conforto. A todos vocês que me mostraram que o sol está lá, mesmo em dias mais nublados, obrigada. Sem vocês nada disto seria possível.

RESUMO

A violência doméstica é um dos temas mais urgentes e com visibilidade crescente na sociedade atual. O projeto “Ser tempo” foi desenvolvido numa resposta social direcionada para esta problemática, mais concretamente, numa Casa de Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica do sexo feminino, acompanhadas ou não dos seus filhos menores de idade (ou maiores em caso de dependência). Este projeto foi o resultado de uma caminhada conjunta com duração de sete meses e tem subjacente dois eixos de intervenção psicossocial, em grupo e individualizada. O projeto tem como finalidade potenciar a vivência do acolhimento numa casa de abrigo enquanto experiência segura e empoderadora. Esta finalidade surge do conhecimento e problematização da realidade, tendo sido criados objetivos gerais e específicos com vista a responder às necessidades e problemas identificados.

A metodologia para o desenvolvimento do projeto foi a Investigação Ação-Participativa. Através das estratégias utilizadas foi possível criar um espaço seguro para a partilha e apelar à participação individual e coletiva enquanto mecanismo de mudança. Importa realçar que a principal estratégia foi o tempo dedicado a cada uma destas pessoas e ao grupo, através de um processo assente na escuta, valorização e compreensão das trajetórias individuais. No que diz respeito à avaliação do projeto é possível afirmar que através das narrativas individuais e grupais, o projeto “Ser tempo” pareceu contribuir para uma maior agência pessoal e grupal e para um aumento do sentido de empoderamento, elemento crítico na projeção do futuro.

Palavras-chave: Casa de Abrigo; Intervenção Psicossocial; Relação de Ajuda; Tempo; Violência Doméstica

ABSTRACT

Domestic violence is one of the most urgent issues and with increasing visibility in today's society. The "Ser tempo" project was developed as a social response aimed at this problem, more specifically, in a Shelter Home for female Victims of Domestic Violence, accompanied or not by their minor children (or of legal age individuals in cases of dependency). This project was the result of a joint journey lasting seven months and has two approaches of psychosocial intervention, in a group and individually. The purpose of the project is to enhance the experience of being welcomed in a shelter home as a safe and empowering experience. This purpose arose from the knowledge and problematization of reality, with general and specific objectives being created in order to respond to the needs and problems identified.

The methodology used for the project development was the Participatory Action Research. Through the strategies used, it was possible to create a safe space for sharing, as well as enhance individual and collective participation as a mechanism for change. It is important to highlight that the main strategy was the time dedicated to each of these people and the group, through a process based on listening, valuing, and understanding individual trajectories. Regarding the evaluation of the project, it is possible to state that through individual and group narratives, the "Ser tempo" project seemed to contribute to greater personal and group agency and to an increased sense of empowerment, a critical element in projecting the future.

Keywords: Shelter; Psychosocial Intervention; Helping Relationship; Time; Domestic Violence

LISTA DE SIGLAS

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CA – Casa de Abrigo

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

EIS – Educação e Intervenção Social

IAP – Investigação Ação-Participativa

OE – Objetivos Específicos

OG – Objetivos Gerais

OMS – Organização Mundial de Saúde

PAIMH – Plano de Ação para a Não Discriminação em Razão do Sexo e Igualdade entre Homens e Mulheres

PAOIEC – Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Igualdade de Género e Características Sexuais

PAVMVD – Plano de Ação para a Prevenção e Combate de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres, Violência de Género e Violência Doméstica

RNAVVD – Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

VD – Violência Doméstica

“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante ...”

(Saint-Exupéry, 2001)

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE SIGLAS.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	4
1.1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	4
1.2. INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA.....	6
1.2.1. TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO.....	8
1.3. AVALIAÇÃO DE PROJETOS	11
2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	14
2.1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	14
2.1.1. DA DESIGUALDADE DE GÊNERO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	18
2.1.2. A VIVÊNCIA DO TESTEMUNHO.....	19
2.2. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DADOS E INDICADORES.....	20
2.3. A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL E A RELAÇÃO DE AJUDA COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	22
2.4. ENQUADRAMENTO LEGAL: AS CASAS DE ABRIGO COMO RESPOSTA.....	24
3. CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	27
3.1. A CASA DE ABRIGO “FLOR”	27
3.2. AS PESSOAS	32
3.2.1. O ACOLHIMENTO: VIVÊNCIAS E PERSPETIVAS	36
3.3. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO E PRINCIPAIS INDICADORES.....	39
4. DESENHO DO PROJETO	44
4.1. AVALIAÇÃO DE ENTRADA.....	44
4.2. FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES	46
4.2.1. INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM GRUPO	47

4.2.2. INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL INDIVIDUALIZADA.....	52
5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO.....	54
5.1. INTERVENÇÃO GRUPAL.....	54
5.2. INTERVENÇÃO INDIVIDUALIZADA	66
5.2.1. VIOLETA.....	66
5.2.2. HORTÊNSIA.....	73
6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS	91
ANEXO A – CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	92
APÊNDICES.....	93
APÊNDICE A – GUIÃO ORIENTADOR DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	94
APÊNDICE B – CONSENTIMENTO INFORMADO PARA A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA.....	96
APÊNDICE C – REGISTO DO EXERCÍCIO DE GRUPO: ENVELOPES COM HISTÓRIA.....	97
APÊNDICE D – QUADRO SÍNTESE DE AVALIÇÃO DO CONTEXTO	98
APÊNDICE E – REGISTO DAS SESSÕES DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM O CAFAP	111
APÊNDICE F – QUADRO SÍNTESE DO DESENHO DO PROJETO	114
APÊNDICE G – QUADRO SÍNTESE DAS AÇÕES REALIZADAS	116
APÊNDICE H – REGISTO FOTOGRÁFICO DA AÇÃO 1 – “VAMOS AO CINEMA?”	119
APÊNDICE I – REGISTO FOTOGRÁFICO DO CARTAZ DA AÇÃO 2 – “VAMOS À FESTA?”.....	120
APÊNDICE J – REGISTO FOTOGRÁFICO DA AÇÃO 4 – “VAMOS PASSEAR?”	121
APÊNDICE L – REGISTO DA CELEBRAÇÃO DO DIA DE SÃO VALENTIM 2024.....	122
APÊNDICE M – REGISTO DA DINÂMICA DE CELEBRAÇÃO DO DIA DA MULHER 2024.....	124
APÊNDICE N – REGISTO FOTOGRÁFICO DOS MOMENTOS COM A VIOLETA	125

INTRODUÇÃO

O projeto “Ser tempo: Um projeto de intervenção psicossocial com mulheres vítimas (sobreviventes) de violência doméstica”, apresentado nos capítulos que integram este relatório, foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, na Especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. O projeto foi desenvolvido numa Casa de Abrigo (CA) para vítimas de violência doméstica (VD) e, teve a duração de cerca de 400 horas, distribuídas por aproximadamente sete meses (de novembro de 2023 a junho de 2024). No que concerne à tipologia desta resposta, importa referir que esta é parte integrante das respostas existentes e previstas na lei no domínio da prevenção e combate à VD. Deste modo, é uma resposta que acolhe vítimas de VD do sexo feminino acompanhadas ou não dos seus filhos menores (ou maiores em caso de dependência). Trata-se, portanto, de uma resposta que visa prestar proteção e segurança às pessoas acolhidas e apoio na vertente social e psicológica. O título deste projeto surge como forma de realçar duas questões: a importância do tempo na intervenção psicossocial e na relação de ajuda e, em particular, a importância de ressignificar percursos de vida e de perspetivar o futuro. Se por um lado estas mulheres foram, em determinado momento, vítimas, por outro lado, tornaram-se sobreviventes. Apesar de toda a bagagem que trazem consigo quando são acolhidas, o acolhimento é uma nova fase: uma fase de reconstrução e de ressignificação. Estas mulheres vítimas são, neste momento, mulheres sobreviventes. Mulheres sobreviventes que terminaram um ciclo de violência e que tomaram a decisão de recomeçar uma vida longe de padrões violentos.

Este projeto surgiu da integração na resposta e, por sua vez, na rotina das pessoas residentes na CA e teve como principal finalidade potenciar a vivência do acolhimento enquanto experiência segura e empoderadora. Por questões inerentes à sua essência, encontra-se dividido em dois grandes eixos de intervenção, nomeadamente, o primeiro eixo, referente à intervenção psicossocial em grupo e, o segundo eixo, direcionado para a intervenção psicossocial individual. O primeiro eixo teve como principal foco o grupo de pessoas acolhidas e, o segundo eixo, a intervenção psicossocial com duas das pessoas acolhidas. Deste modo, com o intuito de dar resposta à finalidade do projeto foram traçados objetivos gerais (OG) e objetivos (OE), desenhados tendo por base as necessidades identificadas e os recursos existentes. Para que

fosse possível proceder à definição dos objetivos foram criados momentos reflexivos com as pessoas envolvidas no projeto.

O enquadramento metodológico privilegiado no projeto foi a investigação-ação participativa (IAP). A escolha desta metodologia teve na génese a relevância da participação das pessoas no desenvolvimento e na avaliação do projeto. Pela sua especificidade, é uma metodologia que privilegia a interação entre as pessoas, pelo que, é desta interação constante e espontânea que nasce o nome do projeto. Este projeto intitula-se “Ser tempo” por ser o caminho e o resultado do tempo na intervenção social. Deste tempo surgiram narrativas, narrativas estas pertencentes a mulheres vítimas e sobreviventes de VD. Este projeto resulta, assim, da presença assídua no contexto e da integração nas rotinas de cada uma das pessoas, aliás, as ações desenhadas são o culminar das múltiplas conversas intencionais, das partilhas e da presença na dinâmica da CA. Este tempo permitiu construir relações de confiança, assentes em pontes de empatia, reciprocidade, escuta ativa, empoderamento e esperança. Parte destas relações é espelhada neste relatório, sendo que, para que a leitura se torne mais apelativa, enquadrada e organizada, serão apresentados seis capítulos distintos.

O primeiro capítulo, referente ao enquadramento metodológico, aborda, de forma teórica, os projetos de educação e intervenção social (EIS), a metodologia IAP, as técnicas de investigação-ação e, por fim, a avaliação de projetos. Por sua vez, o segundo capítulo, intitulado de enquadramento conceptual, integra a teoria referente à VD. Neste capítulo são abordados aspetos referentes à conceptualização e impacto da VD, a saber, a violência contra mulheres, a desigualdade de género e a violência contra crianças. Paralelamente, integra dados estatísticos relativos à prevalência e indicadores, bem como, contributos teóricos associados à intervenção psicossocial e relação de ajuda com vítimas de VD. O capítulo termina com o enquadramento da resposta CA. O terceiro capítulo, direcionado para o contexto de desenvolvimento do projeto (análise da realidade e avaliação do contexto), visa dar visibilidade às narrativas das pessoas que integram a CA, quer as pessoas acolhidas, quer as profissionais. Assim, é neste capítulo que é apresentada a CA, as suas pessoas e, neste seguimento, as respetivas perspetivas e narrativas. O capítulo termina com a avaliação do contexto e com os principais indicadores. Neste seguimento, surge o quarto capítulo, relativo ao desenho do projeto. Neste capítulo é apresentada a avaliação de entrada, a finalidade, os objetivos, as estratégias e as ações, bem como é realizada

a primeira divisão do projeto em dois eixos: grupal e individual. Segue-se o quinto capítulo, direcionado para o desenvolvimento do projeto e para a avaliação do processo. Por fim, é apresentado o último capítulo, que remete para a avaliação final do projeto, seguindo-se as considerações finais. Cada um destes capítulos foi construído e desenhado com base no rumo que o projeto foi tomando, sendo que, para que tal fosse possível, recorreu-se a enquadramentos teóricos que podem ser consultados nas referências bibliográficas. Para além disso, foram utilizados e criados instrumentos que podem ser consultados nos anexos e nos apêndices integrados no relatório.

Em suma, importa referir que, com o intuito de garantir a proteção e segurança das pessoas e o sigilo, anonimato e confidencialidade das informações aqui apresentadas, foram ocultadas informações e alterados nomes e dados considerados sensíveis. Assim, cada uma das pessoas aqui apresentadas (e que são parte integrante do projeto), surge com um nome fictício, mais especificamente, com o nome de uma flor. A alusão às flores dá-se tendo por base a expressão de Saint-Exupéry (2001) apresentada anteriormente (“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante ...”), sendo a partir desta ideia que nasce o nome do projeto. Deste modo, também a CA se apresenta com um nome alterado, sendo este “Casa de Abrigo Flor”. Apesar de estas serem questões éticas que devem estar presentes em qualquer intervenção que envolva pessoas, torna-se ainda mais premente garantir estas condições quando se está perante situações de VD na medida em que, acima de tudo, está a segurança e proteção das pessoas.

1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No presente capítulo será apresentado o enquadramento metodológico subjacente ao processo de desenho e de coconstrução do projeto, tendo sempre por base um enquadramento teórico que sustenta a análise e compreensão dos diferentes conceitos e abordagens que são exploradas. Através do enquadramento metodológico pretende-se problematizar o processo que decorre na investigação, quer ao nível dos métodos, quer ao nível das técnicas, potenciando a investigação como um processo coconstruído (Coutinho, 2015).

1.1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Falar em projetos de EIS implica conhecer e compreender quais as linhas orientadoras e os pressupostos inerentes à educação social enquanto área de atuação ao nível da intervenção social e, mais especificamente, ao nível da sua importância no desenho e desenvolvimento de projetos. Neste sentido, segundo Serrano (2008), um projeto assenta no pressuposto da antecipação, ou seja, surge do ato de antecipar algo. O projeto surge como forma de responder a determinados objetivos, sendo estes traçados com base em múltiplos fatores, entre eles, as necessidades e os recursos existentes (Serrano, 2008). Por sua vez, Monteiro (2019) afirma que os projetos são um mecanismo potenciador da ação e da transformação, dado que se desenvolvem pela participação dos sujeitos que dele são parte integrante. Aliás, o conceito de participação e o conceito de projeto devem ser perspetivados “de forma articulada e interdependente, em que o projeto se orienta para o delinear de um caminho de ação e de reflexão co-construída pelos/as intervenientes na resolução de problemas partilhados” (Monteiro, 2019, p. 67). Considerando os contributos de Serrano (2008), “é conveniente estudar as necessidades e os recursos de que dispomos, tanto pessoais como materiais, para ir ao encontro das necessidades de uma forma realista” (p. 31), pelo que, a proximidade à realidade é crucial durante todo o processo de coconstrução do projeto. É neste eixo de atuação que a educação social assume um importante papel.

No que concerne à intervenção social ao nível da educação social e, tendo por base os contributos apresentados por Timóteo (2010), esta corresponde à “ação educativa com vista à capacitação

dos sujeitos, dos grupos e das comunidades” (p. 10) e visa “intervir e provocar mudanças a nível pessoal, interpessoal e nos diferentes sistemas onde o sujeito se move (...) procurando mudanças de atitude” (p.10). Neste sentido, importa realçar que a educação social representa um importante mecanismo para a transformação no sentido em que, através dos seus pressupostos, trabalha com vista a uma maior democratização, inclusão, solidariedade e igualdade (Timóteo, 2010). Tendo por base os contributos apresentados importa enquadrar os projetos nesta que é a dimensão da educação e da intervenção social. De acordo com Fragoso (2004), é “no acto da participação que as pessoas podem gradualmente ir ganhando consciência de algo tão simples e tão complexo como o seguinte: que através da sua participação é possível mudar alguma coisa.” (p. 13) e, é nesta participação que os projetos devem assentar. Um projeto de EIS tem como objetivo primordial a transformação da realidade através de um percurso que se pretende que seja pautado pela reflexão e pela participação (Monteiro, 2019), pelo que se torna importante considerar todos os aspetos inerentes a uma determinada realidade quer ao nível das fragilidades e necessidades, quer ao nível das potencialidades e recursos (Timóteo, 2010).

Num projeto desta natureza, toda a ação resulta do conhecimento da realidade, nomeadamente, das necessidades existentes e, deste modo, o projeto deve ter como finalidade a utopia (Boutinet, 1997). Aliás, “os projetos de educação social revestem-se de particular significado pelos encontros entre a investigação e a ação, marcados por objetivos e vontades comuns” (Timóteo & Bertão, 2012, p. 19) pelo que, é possível constatar que apresentam um sentido transformador que perspetiva uma realidade tendo em conta a profundidade que esta pode assumir (Carvalho & Baptista, 2004). Segundo Carvalho e Baptista (2004), os projetos devem assumir um caráter transformador, integrador e ético com vista à mudança social, tendo por base a participação de todos os intervenientes de uma realidade e, por sua vez, a progressiva proximidade entre os intervenientes. Um projeto não deve ser (apenas) um somatório de atividades, mas, acima tudo, uma construção significativa para as pessoas que dele são parte integrante, aliás, de acordo com Monteiro (2019), na base de um projeto deve estar a relação humana. A relação humana é, por isso, a chave mestra da intervenção social e é a partir dela que o ser humano se transforma e se desenvolve.

De acordo com Serrano (2008), “a realidade é melhorada não por se fazer muito, mas por se planear uma ação significativa que propicie de forma ótima a mudança e a melhoria dessa

realidade” (p. 13), aspeto que remete para a natureza daquilo que é um projeto de EIS. Não se trata, portanto, de realizar um elevado número de atividades, mas, sim, realizar atividades e/ou ações sustentadas em objetivos e necessidades reais que contribuam e que sejam significativas para aquela realidade em particular (Serrano, 2008). Com o intuito de aprofundar as questões metodológicas subjacentes a um projeto deste cariz, torna-se importante refletir sobre a escolha da metodologia, pelo que o próximo subcapítulo remete para a investigação-ação participativa enquanto metodologia primordial nos projetos de EIS.

1.2. INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

Nos projetos de EIS a investigação-ação é a metodologia que se privilegia (Santos & Bertão, 2020). Tendo por base os contributos de Coutinho (2015), a investigação-ação pressupõe quer a mudança, resultante da ação, quer a compreensão que advém do próprio processo de investigação. Aliás, uma das finalidades associadas aos processos de investigação-ação remete, essencialmente, para a transformação da realidade e dos intervenientes que a constituem (Coutinho, 2015). Trata-se, por isso mesmo, de uma metodologia que visa o questionamento e a reflexão bem como, visa “compreender, melhorar e reformular práticas e uma intervenção em pequena escala no funcionamento de entidades (...) e a análise detalhada dos efeitos dessa intervenção” (Coutinho, 2015, p. 368). Esta é uma metodologia cujo carácter qualitativo surge como método preferencial de recolha de dados, onde se dá ênfase à realidade e às diversas perspetivas que esta pode assumir (Coutinho, et al., 2009). Deste modo, a IAP aplicada a um projeto de EIS constitui, segundo Monteiro et al. (2024), uma visão “do que ele quer ser e do mundo que pretende construir” (p. 24) e “do que somos nele” (p. 24). Através do recurso à investigação-ação é possível a “recolha de informações sistemáticas com o objetivo de promover mudanças sociais” (Bodgan & Biklen, 1994, p. 292), pelo que um dos principais pressupostos subjacentes a esta metodologia remete para os processos de tomada de decisão (Bodgan & Biklen, 1994). A investigação-ação influencia os processos de decisão porque incentiva à maior proximidade dos atores sociais e, por sua vez, promove a participação ativa como instrumento para a mudança (Bodgan & Biklen, 1994). Aliás, a IAP reveste-se de uma intenção de mudança que visa não só conhecer a realidade como, também, transformá-la (Coutinho, 2015). Para além disso, a IAP é uma ferramenta que não só permite a recolha de informação sobre um determinado contexto como, também, a compreensão

e análise da informação de forma mais ampla e contextualizada (Bodgan & Biklen, 1994). Possibilita, ainda, “que as pessoas se conheçam melhor, aumentem a consciência que têm dos problemas, bem como o empenho na sua resolução” (Bodgan & Biklen, 1994, p. 297), o que potencia a identificação e sentimento de pertença dos elementos que integram um determinado contexto.

A investigação-ação deve, por isso mesmo, promover a colaboração e participação entre os atores sociais e deve assumir-se como uma ponte entre a caracterização de um dado contexto e a intervenção nesse mesmo contexto (Coutinho, et al., 2009). Deve, em simultâneo, promover a reflexão crítica e a constante avaliação do contexto, com o intuito de promover a adequação e adaptação da investigação e da intervenção (Coutinho, et al., 2009). Considerando que “a educação e intervenção social desenvolve-se em realidades complexas” (Santos & Bertão, 2020, p. 8), então o recurso à IAP torna-se fundamental, no sentido em que, através da interação das pessoas de uma dada realidade se torna possível quer a construção de conhecimento, quer a transformação e intervenção social (Santos & Bertão, 2020). Esta é uma metodologia que perspetiva a realidade tendo por base a subjetividade e, por isso mesmo, coloca na margem “os pressupostos positivistas do paradigma dominante, como a racionalidade, a objetividade e a universalidade” (Santos & Bertão, 2020, p. 8). Na génese da IAP está o paradigma sociocrítico, que remete para a subjetividade e flexibilidade alicerçada na construção do conhecimento a partir da interação e da participação (Santos & Bertão, 2020). Como qualquer opção metodológica, a IAP apresenta princípios orientadores, estando estes maioritariamente associados à valorização da pessoa enquanto detentora das ferramentas necessárias para o conhecimento, compreensão e tomada de decisão e à análise de uma realidade significativa para os sujeitos que dela são parte integrante (Lima, 2003). Pressupõe ainda a abertura para a reflexão crítica tendo por base uma atitude de constante questionamento e conhecimento (Lima, 2003). Desta forma, é uma metodologia “voltada para a resolução de problemas por actores capazes de problematizar e comunicar racionalmente e de agir” (Lima, 2003, p. 311) que se caracteriza pela produção de conhecimento sobre uma determinada realidade durante todo o processo de investigação (Amado, 2014).

É de salientar que a IAP, alicerçada no paradigma sociocrítico, pretende adotar “a visão do ser humano como capaz de se olhar e olhar o mundo de forma crítica e informada e capaz de resolver

os seus problemas” (Timóteo, 2010, p. 12), pelo que, é dado ênfase ao conhecimento que surge do local e que é coconstruído numa determinada realidade. A IAP torna-se assim numa ferramenta essencial num projeto de EIS na medida em que, garante que ao projeto estão inerentes duas dimensões muito significativas: a dimensão da participação e a dimensão científica (Serrano, 2008). Para que tal seja exequível é indispensável o recurso a técnicas de investigação-ação que permitam orientar o processo de investigação e que se apresentem como um fio condutor de todo o processo, dimensão que será explorada no subcapítulo seguinte. As técnicas utilizadas no decorrer do projeto foram, essencialmente, a observação participante, a análise documental, as conversas intencionais e a entrevista semiestruturada.

1.2.1. TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO

Para Coutinho (2015), as técnicas representam uma forma de atuar muito específica que resulta da opção metodológica, dado que “dentro de um método, que é sempre mais geral, podem utilizar-se diversas técnicas” (p. 24). No caso das técnicas específicas que foram utilizadas é de relevar que a escolha teve por base as características do contexto de desenvolvimento do projeto e os recursos existentes. Deste modo, num projeto de EIS, é importante conhecer, por um lado, as pessoas que o constituem e, por outro lado, os recursos existentes, sejam estes de caráter material e/ou humano. Só através deste conhecimento é possível escolher quais as técnicas a utilizar. Considerando que a IAP remete para um processo criativo, a escolha das técnicas deve ser realizada mediante o rumo da própria investigação e dos objetivos traçados. Dado o “dinamismo na forma de encarar a realidade, a maior interatividade social, a maior proximidade do real” (Coutinho, 2015, p. 362) e considerando que a IAP é uma metodologia que apela à participação e reflexão, as técnicas escolhidas têm na génese uma finalidade transformadora (Coutinho, 2015), que visa, essencialmente, responder às necessidades existentes numa determinada realidade.

Uma das técnicas utilizadas que esteve presente neste processo coconstruído desde a presença inicial no contexto foi a observação, nomeadamente a observação participante. Para que seja possível ao interventor social investigar e, por sua vez, intervir, é crucial que a ação parta da observação – observar pessoas de um determinado contexto, observar o espaço, as dinâmicas relacionais, as expressões faciais e gestos e observar, no fundo, tudo o que compõe um dado

lugar. Através da observação o investigador consegue tomar conhecimento sobre o que o rodeia de forma mais espontânea e informal. Deste modo, a observação pode ser perspectivada como uma ferramenta de apreensão, compreensão e de intervenção numa determinada realidade. Quando há observação e, em simultâneo, envolvimento, o investigador assume uma maior proximidade e participação na própria realidade, dado que “um observador é considerado participante quando se integra num grupo e na vida do mesmo” (Mónico, et al., 2017, p. 728). É por via desta participação que se conseguem criar condições para uma maior proximidade ao contexto e, conseqüentemente, criar um espaço de partilha e de mudança para os intervenientes. Segundo a literatura, a observação participante caracteriza-se pelo papel ativo de quem investiga, dado que há uma maior proximidade e sentimento de pertença para com a realidade (Coutinho, 2015). Os momentos iniciais no contexto permitiram recolher muita da informação relevante sobre a forma como este se encontra organizado e sobre quem é parte integrante dele. A partir do recurso à observação participante foi possível a integração no contexto de forma gradual. Aliás, a própria observação das pessoas em contexto grupal e da dinâmica existente constituíram-se como ferramenta crucial para a compreensão da realidade e para o desenho do projeto. Neste sentido, a observação participante teve por base a participação nas rotinas inerentes ao próprio funcionamento da instituição. Foi possível participar não só na dinâmica desta resposta, onde se integram todas as pessoas acolhidas como, também, em algumas das reuniões de equipa e acompanhamentos psicossociais. A observação permitiu, inclusive, tomar conhecimento sobre as práticas e sobre o trabalho social realizado nesta resposta em concreto, em particular, o trabalho realizado no âmbito da abordagem convencional da intervenção psicossocial.

Paralelamente, também a análise documental se revestiu de particular importância. Através da análise documental é possível recolher informação já existente e, em conjugação com outras técnicas, construir conhecimento sobre a realidade (Souza, et al., 2011). A análise de documentos permite recolher informação de forma organizada, na medida em que permite ter uma noção cronológica dos acontecimentos (Souza, et al., 2011) e, neste caso em particular, recolher informação ao nível dos documentos que orientam a organização e o funcionamento da instituição, entre eles, por exemplo, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades. Deste modo, a análise dos documentos “implica uma pesquisa e leitura de documentos escritos que se constituem como uma boa fonte de informação” (Coutinho, 2015, p. 370). A leitura e análise destes

documentos demonstrou ser uma importante ferramenta na construção do conhecimento, no sentido em que permitiu compreender não só a forma como se encontra organizado todo o funcionamento da CA como, também, conhecer a constituição da equipa técnica e auxiliar e as respetivas funções e estatutos. Neste seguimento, importa realçar que as conversas intencionais demonstraram ser uma técnica muito importante neste projeto na medida em que permitiram aceder à realidade das pessoas, constituindo-se como ferramenta de intervenção privilegiada. Estas conversas foram realizadas junto das pessoas acolhidas e de algumas das profissionais que integram as respetivas equipas da CA. De forma mais abrangente, o recurso às conversas intencionais foi fundamental para criar “ambientes de diálogo e de interação” (Coutinho, 2015, p. 370). Das conversas intencionais surgiu a necessidade de uma abordagem mais organizada, sendo que, para o efeito, foi realizada uma entrevista semiestruturada à educadora social, elemento da equipa que apresenta um trabalho mais direto com as pessoas que integram a CA.

No que concerne à entrevista, importa referir que a mesma se caracteriza por ser uma técnica de recolha de dados cujo principal fio condutor remete para a comunicação e, por isso mesmo, tem subjacente processos de interação humana (Quivy & Campenhoudt, 1998), quer ao nível da comunicação verbal, quer ao nível da comunicação não verbal. Aliás, as entrevistas revestem-se de particular importância por promoverem o diálogo e a interação (Coutinho, 2015). Através desta técnica é possível apelar à reflexão, quer de quem entrevista, quer de quem é entrevistado (Quivy & Campenhoudt, 1998). Apesar de existirem diferentes tipologias de entrevista, a tipologia que se privilegiou foi a entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada tem subjacente um conjunto de questões previamente construídas, pelo que, existe um guião que é construído e que serve como mote para iniciar e dar seguimento a toda a entrevista (Quivy & Campenhoudt, 1998). Este guião contempla tópicos e questões que ajudam a recolher informação direcionada para a finalidade da entrevista (Quivy & Campenhoudt, 1998). Todavia, a entrevista semiestruturada pressupõe, em simultâneo, abertura no diálogo (Bogdan & Biklen, 1994) e a reconceptualização de indicadores e esclarecimentos (Coutinho, 2015). Trata-se, portanto, de uma técnica de recolha de informação que privilegia a interação e onde é possível recolher informação sobre um tema base e, em simultâneo, abordar questões que se considerem pertinentes (Coutinho, 2015). A realização da entrevista à educadora social da CA teve na génese a necessidade de compreender, de forma mais detalhada, o funcionamento desta resposta, abrindo espaço para a reflexão sobre as práticas e sobre a intervenção. Para o efeito, foi criado um guião de entrevista que pode ser

consultado no Apêndice A. A entrevista decorreu num dos gabinetes da CA e teve a duração de cerca de uma hora, sendo apresentadas as principais ideias no capítulo referente à análise da realidade.

Independentemente dos métodos e técnicas escolhidos para o desenho e desenvolvimento do projeto, as questões éticas e deontológicas constituíram-se como guia orientador no decurso de toda esta caminhada, dado que a investigação “lida com pessoas reais que têm direitos e a quem são devidas obrigações morais” (Coutinho, 2015, p. 138). Durante todo o processo de coconstrução do projeto foi garantida a confidencialidade dos dados e o anonimato. As participantes foram informadas dos objetivos e da finalidade, bem como, da possibilidade de não participação sem nenhuma penalização associada. A participação foi, por isso mesmo, voluntária. Neste seguimento, foram criados e entregues aos participantes os consentimentos informados apresentados no anexo A, sendo assinados pelas pessoas depois de garantida a compreensão da informação veiculada. Para a realização da entrevista foi ainda construído um consentimento informado (Apêndice B). Para prevenir a identificação das pessoas, foram rasurados todos os dados pessoais e foram atribuídos nomes fictícios.

1.3. AVALIAÇÃO DE PROJETOS

Num projeto de EIS é importante considerar quer o conhecimento sobre as especificidades da realidade, quer o conhecimento teórico e científico que lhe está subjacente. Neste sentido, importa não só conhecer os moldes em que assenta como também os princípios orientadores e as técnicas de investigação-ação, aspetos apresentados nos subcapítulos anteriores. Para além disso, importa conhecer o impacto do projeto na vida das pessoas, sendo este impacto perspetivado através de uma componente de avaliação processual e de resultado. Segundo Carvalho & Baptista (2004), “a avaliação é determinante na definição da situação de partida” (p. 67), tendo também importância nas restantes etapas. Aliás, o processo de avaliação dos projetos potencia a participação de todos os intervenientes, dado que se pretende que todos tenham um papel ativo no processo de coconstrução do mesmo (Carvalho & Baptista, 2004). Esta participação ao nível da avaliação é crucial durante todo o processo e não apenas no final, no sentido em que, quando realizada de forma contínua, permite proceder a adaptações e ajustes no rumo do projeto (Carvalho & Baptista, 2004), sendo estas modificações um indicador comum

associado à metodologia IAP. Importa por isso perspetivar a avaliação como uma ferramenta que visa conhecer “o estado da realidade social de partida com o estado da realidade social após a intervenção, com o propósito de descobrir o eventual desvio entre os objetivos traçados e os resultados obtidos” (Serrano, 2008, p. 83). Desta forma, os processos de avaliação pressupõem um trabalho contínuo de auto e de heteroavaliação e de constante envolvimento com e na realidade (Serrano, 2008).

Considerando os princípios de participação nos quais assenta a metodologia IAP, abordada anteriormente, é possível constatar que a avaliação dos projetos é uma ferramenta útil na medida em que permite não só colocar em prática a dimensão avaliativa como, por sua vez, permite adotar uma postura reflexiva durante todo o processo (Serrano, 2008). Avaliar um projeto implica, desta forma, garantir que os atores sociais recorrem à participação e que, por esta via, têm possibilidade de conhecer de forma mais aprofundada a realidade e de encontrar as estratégias que consideram adequadas para responder àquelas que são as suas necessidades (Cembranos et al., 2001). Deste modo, estabelecendo uma ponte entre a metodologia IAP e a avaliação de projeto, importa realçar que o modelo escolhido remete para o “Context, Input, Process and Product”, conhecido por CIPP e desenvolvido em 1987 por Stufflebeam e Shinkfield. Segundo o modelo proposto por estes autores, a avaliação está subjacente a todo o processo e parte de todos os atores sociais que participam no projeto, sendo que, como verificado anteriormente, inclui a avaliação do contexto, a avaliação de entrada, a avaliação do processo e a avaliação do produto (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Deste modo, à semelhança da IAP, também neste modelo de avaliação a participação é contínua e prolongada no tempo, sendo por isso útil na avaliação dos projetos de EIS, pelo que, importa compreender de que forma é que a avaliação se posiciona neste modelo.

Numa primeira etapa, deve proceder-se à avaliação do contexto, sendo que esta se refere à avaliação das especificidades do contexto, nomeadamente, ao nível das necessidades e recursos existentes (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Importa ainda nesta fase identificar aqueles que são os recursos existentes e fragilidades da própria realidade e, a partir destes dados, estabelecer os objetivos do projeto, tornando-o mais sustentado (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Segue-se a avaliação de entrada, etapa esta que permite aos atores sociais refletirem sobre a forma como o projeto está a ser desenhado e aquelas que podem ser as potencialidades e os constrangimentos do mesmo, conseguindo assim compreender se será um projeto exequível e se resulta da

realidade específica onde está a ser desenhado (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Trata-se de, através da avaliação de entrada, conseguir compreender se o projeto se aproxima da realidade, tendo como base a participação dos múltiplos atores que nela participam (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Realizada a avaliação do contexto e a avaliação de entrada, dá-se primazia à avaliação do processo. Esta etapa remete para a reflexão sobre o rumo que o projeto está a tomar e, por esta via, permite compreender se está a decorrer como desenhado (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Aliás, é essencialmente neste momento que se compreende e analisa de forma mais reflexiva o impacto que as ações desenvolvidas estão a ter e, conseqüentemente, se percebe o impacto que a coconstrução do projeto está a ter nos seus intervenientes (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). É ainda na avaliação do processo que se procura perceber se é necessário proceder a reajustes ou alterações, de modo a que o projeto procure chegar de forma mais adequada à realidade (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Por fim, a avaliação de produto, etapa final de avaliação, remete para a análise de dois indicadores: as necessidades identificadas e o impacto das ações realizadas (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). É nesta altura que se reflete sobre a forma como as ações desenvolvidas responderam às necessidades previamente identificadas, permitindo perceber se o próprio projeto deu resposta a estas mesmas necessidades (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). É na avaliação do produto que se consegue compreender o verdadeiro impacto do projeto na realidade onde foi coconstruído (Stufflebeam & Shinkfield, 1987).

Como se pode verificar, a avaliação é uma dimensão central do desenvolvimento de um projeto, dado que, ao ser realizada por todos os elementos, permite identificar e analisar aspetos importantes que podem definir o rumo do projeto e o seu impacto na realidade. Segundo Monteiro (2019), “há uma procura dinâmica entre investigação e ação transformadora ao garantir a voz necessária de todos/as e em todas as formas que a participação possa assumir” (p. 70), pelo que, é também neste processo de participação na avaliação que se potencia a mudança, pois há “uma participação efetiva, uma voz partilhada com um sentido coletivo e transformador” (Monteiro, 2019, p. 73). Este deve ser um processo pautado pela confiabilidade e pela praticidade e deve, sobretudo, ser realizado de forma oportuna e válida (Serrano, 2008). Apresentado o enquadramento metodológico que orienta o presente projeto, torna-se crucial proceder a uma abordagem conceptual da problemática em questão – a VD. Deste modo, o capítulo que se segue integra conhecimentos teóricos relevantes para o desenvolvimento do projeto.

2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Apresentado o quadro metodológico, importa explorar a dimensão teórica e conceptual da VD enquanto fenómeno multidimensional com impacto significativo na vida das pessoas. Para que seja possível uma maior compreensão sobre este fenómeno, torna-se premente apresentar e desconstruir alguns conceitos pelo que, o presente capítulo tem como objetivo principal a conceptualização da VD. De forma a enquadrar este fenómeno serão apresentados dados estatísticos referentes à VD, bem como, será apresentada uma breve referência no âmbito da intervenção com e para as vítimas de violência, tendo por base a resposta CA. Considerando que a CA em questão é direcionada para vítimas de VD do sexo feminino acompanhadas ou não pelos filhos menores, será ainda realizada uma pequena abordagem à violência contra mulheres e à desigualdade de género e, por sua vez, à violência contra crianças. Deste modo, o presente capítulo encontra-se subdividido, pelo que, serão apresentados subcapítulos que visam, sobretudo, contextualizar esta problemática nas diversas dimensões que pode assumir.

2.1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Segundo o Artigo 3.º da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as mulheres e a VD (2011), a VD compreende uma panóplia de ações de cariz psicológico, sexual, físico e/ou económico que são praticadas em meio doméstico, ou seja, no espaço partilhado por determinado agregado familiar. Todavia, importa referir que também é considerada VD toda a violência praticada por atuais ou ex-companheiros independentemente de ter existido ou não partilha da mesma residência entre a/s vítima/s e o agressor (Conselho da Europa [CE], 2011). Aliás, “embora o qualificativo ‘doméstica’ pareça restringir o contexto em que esta violência ocorre, ela não supõe a residência conjunta da pessoa vítima e da pessoa agressora” (Conselho Económico e Social [CES], 2023, p. 11), pelo que, mesmo não residindo em espaço comum, é possível que existam situações caracterizadas como situações de VD. Pode, desta forma, traduzir-se num conjunto de comportamentos e atitudes de carácter coercivo e violento que, com o aumento da frequência e da intensidade, podem resultar em danos emocionais, físicos e psicológicos (Manita, et al., 2009).

Importa por isso referir que o fenómeno da VD é muito abrangente e complexo e não se restringe apenas às relações de amor romântico, na medida em que pode ocorrer entre pessoas que detêm outros laços e graus de parentesco (CES, 2023). Esta tipologia de violência pode assumir um carácter intergeracional, quando praticada entre membros que constituem uma determinada família (por exemplo, de pais para filhos ou de filhos para pais) sendo que, à semelhança do que foi explanado anteriormente, pode ocorrer mesmo não existindo coabitação (CES, 2023). Deste modo, a VD engloba a prática de um ou mais atos que, pela sua natureza violenta, são precursores de sofrimento para a vítima (quer seja este sofrimento físico, sexual, económico ou psicológico), podendo ser considerados como tal quer a efetiva concretização do ato, quer a ameaça sobre a possível concretização do mesmo (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2021). Neste conjunto abrangente de atos podem ser integrados os referentes à violência física, à violência verbal, emocional e psicológica (intimidação, ameaça/coação), assim como, à violência sexual e económica (Manita, et al., 2009). Neste sentido, a problemática da VD pode afetar diferentes pessoas independentemente da sua condição económica e social, da sua cultura ou religião, da sua idade ou sexo ou da sua orientação sexual e estado civil (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2012). Segundo a APAV (2012), a VD tem subjacente um ciclo, sendo este ciclo denominado por “Ciclo da Violência Doméstica”. Importa assim realçar que a problemática da VD e a forma como os atos são perpetuados funcionam de forma circular, tendo subjacentes três fases: aumento da tensão, ataque violento e lua de mel (APAV, 2012).

A primeira fase, denominada de aumento da tensão, é resultado da forma como decorre o relacionamento e da dinâmica entre a vítima e o agressor, na medida em que tem por base as ameaças, insultos e práticas violentas do agressor sobre a vítima, causando nesta sensação de perigo e de medo (APAV, 2012). No aumento da tensão é recorrente o agressor exercer sobre a vítima controlo e, regra geral, é no aumento da tensão que as discussões escalam para a violência física (Manita, et al., 2009). Na segunda fase, intitulada de ataque violento, a vítima é maltratada pelo agressor, sendo que, nesta fase, os ataques do agressor tendem a escalar ao nível da gravidade dos atos e da intensidade e frequência (APAV, 2012). Desta forma, é nesta fase, também conhecida como “episódio de violência” que o agressor tende a conjugar a violência verbal com outros tipos de violência, sendo a violência física e a violência psicológica as mais recorrentes (Manita, et al., 2009). Da violência exercida pode resultar a necessidade de a vítima ser acompanhada em contexto médico/hospitalar, sendo este acompanhamento, regra geral,

negado pelo agressor (Manita, et al., 2009). O principal objetivo do agressor é manter a violência no seio mais privado e relacional e, por isso, tende a evitar situações em que os danos causados na vítima sejam expostos em contextos exteriores (Manita, et al., 2009). Aliás, é nos momentos que seguem os episódios violentos que a pessoa agressora tende a justificar os seus atos, recorrendo sempre à manipulação e culpabilização da vítima (Manita, et al., 2009). Por fim, na última fase, conhecida por lua de mel, a pessoa que perpetua as agressões tende a adotar um comportamento distinto e oposto do anterior perante a vítima, marcado por uma postura de maior afetividade e carinho (APAV, 2012). Desta forma, esta fase do ciclo surge como uma fase de apaziguamento e reconciliação entre os intervenientes (Manita, et al., 2009). Esta mudança de atitude surge muitas vezes como um fator de esperança na relação e no agressor, o que faz com a vítima permaneça no relacionamento abusivo (Walker, 1999), dado que, a “oscilação comportamental do agressor e consequente ressonância e impacto cognitivo-afectivo na vítima constitui um dos factores que mais dificultam a ruptura por parte desta” (Manita, et al., 2009, p. 29). A pessoa sobre a qual a violência é exercida tende, através desta breve mudança de atitude, “a acreditar, ora que existe amor na relação, ora que existe a efectiva possibilidade de mudança do comportamento do agressor” (Manita, et al., 2009, p. 29).

O ciclo da VD tende a funcionar de forma circular porque a violência não termina na terceira fase, aliás, os comportamentos e a postura violenta do agressor tendem a repetir-se e a intensificar-se no decurso do tempo (APAV, 2012). Esta intensificação da violência ocorre quer ao nível da frequência, quer ao nível da perigosidade, logo, há uma forte exposição ao risco e ao perigo que se agudiza a cada comportamento violento (Manita, et al., 2009). Esta exposição traz à vítima a ideia de que está a perder o controlo sobre a sua vida e que não lhe é permitido tomar decisões, ficando sobre a alçada do agressor e, por sua vez, é frequente a vítima entrar numa espiral de “desânimo aprendido” (Manita, et al., 2009).

No que diz respeito ao impacto da exposição e vivência da VD, é importante destacar as sequelas ao nível físico (agressão física que resulta em lesões e danos corporais que podem levar a uma nova configuração da imagem corporal) e ao nível psicológico e emocional (Manita, et al., 2009). Para além de muitas vezes resultar em danos irreversíveis, a VD pode trazer à vida da vítima alterações na alimentação e no sono, bem como, o surgimento de sintomatologia que integra quadros de psicopatologia (Manita, et al., 2009). Pode, ainda, resultar em evitamento e posterior

isolamento social e em mudanças ao nível do autoconceito e da autoestima, assim como, pode ter como consequência direta alterações da memória e da função cognitiva (Manita, et al., 2009). Estas são algumas das consequências que quem experiencia uma situação de violência pode sofrer, sendo que, cada situação merece uma atenção particular, dada a própria complexidade deste fenómeno. Em casos mais extremos, a VD pode resultar na perda de uma ou mais vidas, quer por via do homicídio, quer por via do suicídio (Manita, et al., 2009). Deste modo, é possível afirmar que a VD afeta de diversas formas a vida das pessoas que a vivenciam, podendo constituir-se como uma experiência traumática com repercussões significativas na vida do sujeito e na de quem o rodeia (Sullivan, et. al, 2017). Aliás, a exposição a esta problemática pode condicionar a saúde mental da pessoa, na medida em que é frequente a ocorrência de sintomatologia nas vítimas de VD (Sullivan, et. al, 2017), como referido anteriormente.

A investigação neste domínio revela que existe uma associação entre a exposição à violência e o stress pós traumático, a depressão, as perturbações de ansiedade, bem como a ideação suicida (Sullivan, et. al, 2017), pelo que se deve priorizar a intervenção neste domínio. A VD tem impacto quer no momento em que é vivenciada, quer no futuro e, é frequente a presença de “ansiedade generalizada; depressão; dependência; obesidade e distúrbios alimentares (...) distúrbios obsessivos-compulsivos (...); distúrbios borderline (...) e disfunções sexuais” (Diniz & Angelim, 2003, p. 25). Importa por isso referir que esta exposição condiciona, de forma particular, o quotidiano da pessoa, podendo trazer à sua rotina uma maior instabilidade e insegurança que, por sua vez, produz efeitos ao nível da funcionalidade diária (Sullivan, et. al, 2017). Esta funcionalidade pode ser afetada de diferentes formas, quer ao nível das rotinas, como por exemplo, a satisfação das necessidades básicas, quer ao nível da própria organização espaço temporal. Pode, ainda, estar associada à dificuldade nos processos de tomada de decisão e a um nível reduzido de confiança, quer em si, quer nos outros (Sullivan, et. al, 2017). Segundo a literatura produzida nesta área, as pessoas que vivenciam VD tendem a sofrer quer pela vivência em concreto da violência, quer pelo estigma social, na medida em que são muitas das vezes colocadas à margem da sociedade e culpabilizadas pela situação de violência em que se encontram (Ferreira & Moreira, 2019). Aliás, “não são as vítimas quem mais ordena em Portugal” (Ferreira & Moreira, 2019, p. 173) e “é a elas que se aponta o dedo, é delas que se desconfia, são elas quem se senta no banco dos réus” (Ferreira & Moreira, 2019, p. 174).

2.1.1. DA DESIGUALDADE DE GÉNERO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Segundo a perspectiva de Costa e Dell'Aglio (2010), para além de se manifestar em grande escala, a VD tem impacto na saúde das pessoas e, por sua vez, constitui-se como uma grave violação dos direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Apesar de ser uma problemática que pode afetar qualquer pessoa, independentemente das suas características individuais, a VD afeta mais mulheres, pelo que importa refletir sobre a VD exercida contra as mesmas. Considerando a perspectiva defendida pelo CE (2011), a violência contra mulheres incorpora aspetos relacionados com o género, dado que tem subjacente uma postura discriminatória face à mulher, nomeadamente ao nível do poder exercido sobre a mesma. Esta forma de violência reflete uma transgressão ao nível dos direitos humanos e consiste, essencialmente, em ações que geram “danos ou sofrimento de natureza física, sexual, psicológica ou económica para as mulheres” (CE, 2011, p. 4). Aliás, é possível constatar que no quadro da VD, a violência de género é parte constituinte das “formas de violência muito maioritariamente praticadas contra mulheres, constituindo manifestações generalizadas e persistentes de discriminação estrutural contra as mulheres” (CES, 2023, p. 9). Esta tendência é, de certo modo, resultado dos papéis desiguais entre mulheres e homens na sociedade (CES, 2023).

Neste sentido, a VD sobre mulheres surge associada a uma ideia pré-concebida sobre o papel que esta assume na sociedade e nos diferentes sistemas e subsistemas que integra, entre eles a família, a comunidade e os contextos sociais (CES, 2023), pelo que, nas palavras Conselho da Europa (2011), é exercida “contra uma mulher por ela ser mulher” (p. 4). A violência contra mulheres constitui-se como uma forma de violência baseada na discriminação de género, sendo um fenómeno abrangente que pode integrar a VD (CES, 2023). Impactante e desestruturante, a VD contra mulheres resulta em efeitos severos que condicionam a trajetória de vida (Ferreira & Moreira, 2019). As vítimas não vivem, mas, sobrevivem. Cada dia é sinónimo de medo, de angústia, de stress e de sofrimento. Todavia, este sofrimento não está presente apenas na vida da mulher, repercutindo-se na vida dos/as filhos.

2.1.2. A VIVÊNCIA DO TESTEMUNHO

A VD tem impacto significativo na vida de quem a vivencia de forma direta, mas, é importante adotar uma visão holística e compreender o impacto geral deste fenómeno no quadro geral das relações interpessoais e do próprio sistema familiar. Mesmo que de forma indireta, “as crianças são sempre vítimas” (Larcher, 2012, p. 63) quando no seio da família ocorrem episódios de VD. Neste sentido, mesmo quando a pessoa agressora não apresenta para com a criança comportamentos ou atitudes agressivas, a criança testemunha a violência exercida (Machado & Gonçalves, 2002). Importa por isso, nestas situações, perspetivar a criança como vítima de VD dado que, a violência tem um impacto negativo nas diferentes dimensões da sua vida, tanto ao nível emocional e psicológico, como ao nível comportamental e físico (Machado & Gonçalves, 2002). Aliás, “assistir à violência pode ser muito lesivo da integridade física e psicológica da criança” (Ferreira & Moreira, 2019, p. 143), principalmente, quando a violência decorre num espaço que deveria ser pautado por amor, segurança e proteção.

Mesmo que de forma indireta, a violência provoca na criança insegurança, medo, instabilidade e tensão e “tem efeitos profundos (...) dada a proximidade e continuidade da experiência e a importância que o contexto familiar tem para o seu desenvolvimento” (Coutinho & Sani, 2008, p. 286). Aliás, segundo Diniz e Angelim (2003), a exposição à violência pode resultar em limitações ao nível pessoal e, em particular, ao nível do estabelecimento e manutenção dos laços relacionais. Segundo os mesmos autores, é frequente a presença de doenças do foro psiquiátrico, entre elas a depressão, a ansiedade e as perturbações associadas ao medo (Diniz & Angelim, 2003). Paralelamente, “podem surgir distúrbios de aprendizagem e de comportamento” (Diniz & Angelim, 2003, p. 26), bem como, dificuldades ao nível da concentração e do desempenho escolar, que se traduzem num estado de maior irritabilidade nas relações interpessoais (Diniz & Angelim, 2003). É ainda recorrente a presença de alterações ao nível da dimensão fisiológica, associadas maioritariamente aos padrões de alimentação e de sono, onde se registam mudanças significativas que condicionam o desenvolvimento da criança/jovem e a sua qualidade de vida e bem estar (Ferreira & Moreira, 2019). Na dimensão psicológica, destacam-se os comportamentos de manipulação, a dificuldade em gerir as emoções e os desafios acrescidos ao nível do desenvolvimento das competências sociais e relacionais (Ferreira & Moreira, 2019). Tendo por

base a informação apresentada no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens referente ao ano de 2022, a VD é a segunda categoria diagnosticada nas situações de perigo identificadas (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJ], 2023). Das 15 287 situações de perigo diagnosticadas, 4 188 remetem para a exposição à violência, o que representa cerca de 27.4% do total de situações conhecidas e identificadas (CNPDPJ, 2023). Segundo o mesmo relatório, a faixa etária onde se verificam mais sinalizações de situações de perigo associadas à exposição à VD é a faixa etária que compreende o intervalo de idades entre o nascimento e os 10 anos de idade (CNPDPJ, 2023). É ainda de realçar que é no sexo masculino que se registam o maior número de situações reportadas (CNPDPJ, 2023). Considerando as diferentes formas que a VD pode assumir, é de realçar que 98.4% das situações de perigo diagnosticadas remetem para a exposição à violência, por sua vez, as ofensas físicas assumem um relevo de cerca de 1.6% (CNPDPJ, 2023). Comparando com dados de anos anteriores, é de relevar que o número de situações comunicadas e diagnosticadas de exposição à VD tem vindo, tendencialmente, a aumentar (CNPDPJ, 2023).

Considerando os diferentes contributos apresentados pela literatura, é possível afirmar que a exposição à violência tem um impacto significativo na vida das crianças e jovens, no sentido em que coloca em disfuncionalidade o próprio sistema familiar (Ferreira & Moreira, 2019). O contexto familiar, que deveria ser um abrigo seguro para cada criança/jovem passa a ser um lugar de instabilidade e de perigo, um lugar de medo e de insegurança.

2.2. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DADOS E INDICADORES

Perante uma problemática que afeta diferentes pessoas, de diferentes lugares e com características distintas entre si, importa conhecer o panorama nacional. O conhecimento amplo da realidade permite desenhar e construir respostas direcionadas e sustentadas, como por exemplo, ao nível das políticas públicas (CES, 2023). Tendo por base os dados apresentados pela APAV referentes ao ano de 2022, foram identificadas 8 122 mulheres adultas vítimas de VD (APAV, 2023). Neste mesmo ano, foram ainda identificadas 1 528 pessoas idosas, 1 547 homens e 2 595 crianças e jovens vítimas desta mesma problemática (APAV, 2023). Importa, por isso,

apresentar os dados existentes relativos ao ano de 2023. Segundo o Portal da VD (2024), no ano transato, foram comunicadas às entidades competentes 30 279 crimes de VD, tendo este número resultado em cerca de 5 736 acolhimentos efetuados através da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de VD, conhecida como RNAVVD. Dos 5 736 acolhimentos, 2 943 são relativos ao acolhimento de mulheres, 2 718 relativos a crianças e jovens e, por sua vez, 75 relativos ao acolhimento de homens (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género [CIG], 2024). Deste modo, é possível afirmar que a grande maioria dos crimes de VD é praticado contra mulheres, tendo um peso significativo de cerca de 51.33% no total dos acolhimentos (CIG, 2024). Seguem-se os acolhimentos de crianças e jovens, com um peso de cerca de 47.40% e, por último, com menor prevalência, o acolhimento de homens, que totaliza cerca de 1.27% (CIG, 2024). Importa ainda realçar que, no mesmo ano, perderam a vida por via do homicídio 22 pessoas, das quais 17 mulheres, 3 homens e 2 crianças, sendo que, em 81.8% das situações as vítimas coabitavam com o agressor (CIG, 2024). Por sua vez, há a registar 8 suicídios no âmbito da VD. Neste sentido, torna-se importante referir que um dos indicadores que pode representar um peso significativo no fenómeno geral remete para o papel do homem e o papel da mulher na sociedade (Antunes & Rodrigues, 2022).

As perspetivas e representações culturais dos papéis de homens e mulheres, apesar de terem vindo a sofrer alterações, continuam a colocar a pessoa do sexo masculino numa posição de superioridade e poder (Antunes & Rodrigues, 2022). Deste modo, a violência contra o masculino e a violência contra o feminino assumem representações distintas (Antunes & Rodrigues, 2022), pelo que, os próprios trajetos e percursos, desde a vivência da violência até ao pedido de ajuda, tomam rumos distintos. Também a representação sobre a masculinidade atribuída ao homem assume importante relevo para compreender a forma como a violência contra os homens é perspetivada (Antunes & Rodrigues, 2022). Segundo Antunes e Rodrigues (2022), o “conceito de masculinidade tradicional transporta em si mesmo (...) uma premissa justificadora da agressividade do homem nas relações” (p. 101), baseando esta ideologia em crenças e valores enraizados na cultura e na sociedade. Considerando os fatores de risco associados à prática do crime, tendo por base as especificidades dos crimes praticados no ano de 2023, realça-se a exposição à violência de forma continuada e prolongada no tempo, os consumos (ao nível dos comportamentos aditivos), o controlo e a instabilidade associada à saúde mental (CIG, 2024). Esta

disparidade remete também para a própria desigualdade social e para a prevalência da violência de género, apresentada num dos subcapítulos anteriores.

Num panorama mais abrangente, direcionado para realidade ao nível da união europeia e, tendo por base os dados do CE, apresentados em 2024, duas em cada vinte mulheres já experienciaram pelo menos uma situação de VD, sendo esta informação relativa à violência perpetuada por uma pessoa próxima, como por exemplo, o conjugue (CE, 2024). A mesma fonte refere ainda que em cada vinte mulheres, metade já sofreu assédio sexual e que, todos os dias, perdem a vida (na União Europeia) cerca de duas mulheres por via do homicídio (CE, 2024). A literatura e a investigação ao nível da VD estima que, à data, apenas 20% das mulheres vítimas de VD expõe a situação e pede ajuda profissional (CE, 2024). Apresentados os dados sobre a VD importa aprofundar a intervenção psicossocial e a relação de ajuda estabelecida neste domínio.

2.3. A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL E A RELAÇÃO DE AJUDA COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Segundo os dados supracitados podemos afirmar que a VD tem um peso significativo na sociedade, pelo que é importante não só conhecer a realidade como, por sua vez, intervir sobre a mesma. Segundo a literatura, a VD reveste-se de multidimensionalidade, dado que, na grande maioria das situações, surge associada a outros fatores (Ferreira & Moreira, 2019). Deste modo, “é necessário considerar a interseção de condições estruturais, que poderá deixar as vítimas numa situação de particular vulnerabilidade” (Ferreira & Moreira, 2019, p. 89), pelo que, torna-se crucial colocar a pessoa no centro da intervenção. É importante conhecer quer o percurso de vitimização enfrentado pela pessoa, quer a história de vida da mesma nas suas mais diversas dimensões (Ferreira & Moreira, 2019). Aliás, segundo Ferreira e Moreira (2019), “existe um relativo consenso sobre a necessidade de intervir em múltiplos níveis para se atingir a máxima eficácia na intervenção” (p. 89), pelo que, a pessoa deve ser vista como um todo e não como uma parte isolada.

Da necessidade de uma intervenção centrada na pessoa, que considere e valorize as suas potencialidades e recursos, surge a relação de ajuda, enquanto ferramenta primordial numa

intervenção psicossocial. Segundo Carl Rogers (1985), a relação de ajuda assenta numa relação coconstruída entre, pelo menos, duas pessoas, onde o principal foco remete para a criação de um espaço seguro e partilhado onde a pessoa se possa desenvolver. Este espaço é, assim, um espaço de identificação e exploração daqueles que são os recursos e ferramentas que a pessoa detém (Rogers, 1985). A relação de ajuda surge como um mecanismo transformador que tem como fio condutor um processo de capacitação da pessoa (Rogers, 1985), onde há subjacente uma valorização intrínseca das suas características enquanto ser único (Simões, et al., 2006). Numa relação de ajuda há, por um lado, uma pessoa que cria condições para a transformação, tendo por isso um papel de facilitador e, por outro lado, uma pessoa que se desenvolve e que, por meio da relação, potencia e desenvolve as suas capacidades (Simões, et al., 2006). Segundo Rogers (1985), a relação de ajuda tem subjacente um processo de participação e de consciencialização da pessoa, onde uma assume um papel de facilitador e a outra dá rumo ao seu próprio processo transformativo, dando ênfase às suas características e recursos pessoais.

Este caminho envolve sempre processos de interação e comunicação que assentam, sobretudo, na adoção de uma postura empática (Simões, et al., 2006). É ainda importante que neste processo de criação e de manutenção da relação, a pessoa seja escutada e que se validem os seus sentimentos, expectativas, dúvidas e anseios, valorizando sempre o seu processo de tomada de decisão e a sua independência (Le Greta Viva 5, 2008). Trata-se, por isso, de olhar para pessoa enquanto ser, capaz de se desenvolver e de encontrar em si mesmo os instrumentos que necessita para que tal seja possível (Le Greta Viva 5, 2008). Cabe ao interventor social, enquanto parte envolvida na relação, intervir com e para a pessoa através de uma atitude que privilegie a compreensão e aceitação da sua trajetória, criando assim um espaço seguro e livre de julgamentos que potencie a mudança e a transformação (Guerra & Lima, 2005).

Sendo a VD uma problemática tão presente nas sociedades e que, tal como verificado anteriormente, apresenta múltiplas dimensões, é necessário que também os profissionais sejam dotados de uma capacidade específica para intervir neste domínio. Deste modo, segundo Ferreira e Moreira (2019), o apoio e suporte prestado às pessoas deve ter na génese uma abordagem multidimensional que considere não só o apoio psicossocial, mas, também, o apoio ao nível das restantes necessidades identificadas, pelo que, torna-se crucial a preparação dos profissionais para intervir. A intervenção nesta área tem por base múltiplos recursos, que vão desde as políticas

públicas às respostas sociais. No domínio da intervenção são de destacar os Planos Nacionais de Ação, nomeadamente a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (2018-2030) que se subdivide em três planos distintos: Não discriminação em razão do sexo e igualdade entre mulheres e homens (IMH); Prevenção e combate de todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (VMVD) e, por fim, Combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género, e características sexuais (OIEC), planos estes que visam, essencialmente, combater todas e quaisquer formas de violência e erradicar a discriminação e desigualdade de género (CIG, 2024). Um dos aspetos que deve estar sempre presente é o facto de que não existem intervenções ideais, na medida em que, “não existe uma intervenção ideal, única, dirigida a todas as situações, nem tão pouco uma forma de ajuda considerada mais eficaz a partir de uma componente singular” (Matos & Machado, 2011, p. 20), pelo que, é necessário que a intervenção parta da singularidade de cada pessoa, e por isso, seja centrada nela mesma.

No que concerne às respostas existentes são de destacar as respostas prestadas nos centros de atendimento e as respostas de acolhimento, nomeadamente as CA de carácter de emergência e as CA (Instituto da Segurança Social [ISS], 2021). Os centros de atendimento têm como principal finalidade o atendimento e apoio às vítimas de VD, tendo por base uma intervenção realizada por profissionais de diferentes áreas do saber (ISS, 2021), com vista à proteção das pessoas. Por sua vez, as CA têm como principal objetivo proteger as pessoas vítimas de VD e prestar apoio às mesmas nas mais diversas necessidades que vão surgindo (ISS, 2021). Esta resposta será, assim, aprofundada no subcapítulo seguinte.

2.4. ENQUADRAMENTO LEGAL: AS CASAS DE ABRIGO COMO RESPOSTA

As CA são uma das múltiplas respostas para vítimas de VD consagradas na lei. Esta resposta visa retirar a/s vítima/s do contexto onde a violência é perpetuada, com o intuito de garantir, acima de tudo, segurança e proteção. Segundo o Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro, as CA assumem-se como uma resposta de acolhimento, na medida em que são “unidades residenciais destinadas a acolhimento temporário a vítimas de VD do mesmo sexo, acompanhadas ou não de

filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência” (Artigo 2.º). Deste modo, para que da sua dinâmica resulte um bom funcionamento é necessário a existência de regras e de condições específicas, previstas no mesmo decreto. As CA têm como objetivos principais prestar acolhimento às vítimas e, por sua vez, acompanhamento. Deste acompanhamento deve resultar suporte ao nível da inserção das vítimas na comunidade, quer por via da integração em meio escolar, quer por via da inserção laboral, tal como previsto no artigo 36.º do respetivo decreto (Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro).

A estas estruturas compete ainda a estabilização das vítimas e a garantia da sua segurança, tendo por base a construção de um projeto de vida que vá ao encontro daquilo que são as vontades da pessoa. Ainda no Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro, mais especificamente, no Artigo 37.º, são apresentados os requisitos de admissão, partindo estes da necessidade de uma pré-identificação por parte de uma entidade encaminhadora. Já no Artigo 39.º n.º 1 e n.º 2, referente à duração do acolhimento, é possível concluir que o acolhimento em contexto de CA não deve ser superior a seis meses, podendo ser prorrogado quando necessário por um período adicional de seis meses, o que perfaz um total máximo de doze meses de acolhimento (Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro). A cessação do acolhimento antes deste período é possível, como verificado através do Artigo 39.º n.º 3, sendo que, pode ocorrer quando terminado o prazo estabelecido, quando existe por parte da pessoa acolhida a vontade de cessar o acolhimento e/ou quando existe incumprimento das normas e regras constantes no regulamento da CA que orientam para o funcionamento desta resposta (Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro).

No que concerne à tipologia de apoios existentes e direcionados para as pessoas vítimas de VD, é de realçar uma recente atualização referente ao subsídio de desemprego. Segundo o Decreto-Lei n.º 113/2023 de 30 de novembro, as vítimas de VD com estatuto de vítimas (estatuto atribuído tendo por base o artigo n.º 14 da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro) que se encontrem inseridas no mercado de trabalho e que necessitem de cessar o contrato têm acesso a um regime de proteção social especial. Deste modo, nestas situações concretas, a cessação do contrato coloca a pessoa numa situação de desemprego involuntário, tendo por isso acesso ao subsídio de desemprego. Esta atribuição é muito importante na medida em que permite à pessoa reorganizar a sua vida. Considerando que as pessoas, por norma, ficam em regime de acolhimento longe do

local de residência, a cessação do contrato é essencial, dado que ficam impedidas de regressar ao meio de origem e às suas rotinas. Logo, apesar de consagrar uma cessação unilateral do contrato de trabalho, a pessoa acaba por não ter outra opção, sendo por isso, involuntária. Trata-se de proteger a pessoa afastando-a do alegado agressor e das rotinas que este conhece. Esta alteração é, por isso mesmo, crucial para a reestruturação e reorganização da pessoa enquanto não (re)ingressa no mercado de trabalho.

Com o intuito de tornar esta abordagem legal mais ilustrativa e perceber, de forma mais prática, como funciona uma CA e quais as dinâmicas subjacentes ao quotidiano, torna-se relevante apresentar a forma como se encontra organizada a instituição onde foi desenvolvido o projeto “Ser tempo”. A apresentação da CA tem por base a construção do conhecimento e análise do contexto inerente ao processo de participação no mesmo. O capítulo seguinte é, deste modo, direcionado para o conhecimento e análise da realidade.

3. CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Com o intuito de enquadrar o desenho e desenvolvimento do projeto, torna-se importante apresentar uma breve caracterização sobre a instituição onde o mesmo foi realizado. Segundo Oliveira, et. al. (2024, citada por Monteiro, et. al., 2024), através da análise da realidade é possível conhecer não só o contexto de desenvolvimento do projeto como, também, embarcar num processo de problematização da realidade, tendo em conta as suas mais diversas características, vulnerabilidades e potencialidades. A informação presente neste capítulo foi construída através da consulta de documentos oficiais da instituição e através da observação e participação no contexto. Por questões de segurança, anonimato e confidencialidade da informação e, com o objetivo de não divulgar o nome da instituição, não serão partilhadas as respetivas fontes documentais. É de destacar, no entanto, o recurso ao Regulamento Interno da instituição e ao documento que aprova os estatutos.

Localizada na zona norte do país, numa zona privilegiada ao nível da acessibilidade de serviços e das respostas existentes na comunidade, apresenta-se como uma instituição sem fins lucrativos. Um dos grandes objetivos que rege a sua atuação prende-se com o trabalho ao nível da melhoria das condições de vida das pessoas e, em particular, daquelas que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade. Para que tal seja possível apresenta diferentes respostas de cariz social. Uma das suas dimensões de atuação remete para as respostas ao nível da VD, direcionadas para o atendimento, acompanhamento, apoio e encaminhamento das vítimas. Nesta resposta é de realçar o centro de atendimento a vítimas de VD, o acolhimento em regime de vagas de emergência e a CA, tendo o projeto sido desenvolvido nesta última resposta. Com o objetivo de dar a conhecer de forma mais clara a organização e o funcionamento da CA, será realizada uma breve apresentação da mesma no subcapítulo seguinte, seguindo os mesmos princípios éticos anteriormente elencados.

3.1. A CASA DE ABRIGO “FLOR”

Um dos primeiros passos a dar aquando da chegada ao contexto foi tomar conhecimento sobre a forma como a CA funcionava e como se encontrava organizada. Esta inserção nas rotinas e

dinâmicas da CA permitiu uma maior proximidade às pessoas que a integram e, por sua vez, um maior conhecimento sobre o que é o quotidiano desta resposta. Com o intuito de conhecer a CA e as suas pessoas, a abordagem da sociologia do quotidiano, em particular, a abordagem defendida por José Machado Pais (1986), demonstrou ser uma importante ferramenta. Através desta abordagem foi possível viajar pela CA e conhecer não só as suas características e dinâmicas como os motivos pelos quais esta resposta se encontra estruturada de uma forma tão específica. A abordagem da sociologia do quotidiano aplicada a este contexto permitiu construir o conhecimento sobre a realidade dia após dia, tendo por base o pressuposto da espontaneidade (Pais, 1986). De forma paralela, também o modelo transaccional, proposto por Sameroff (2009), demonstrou ser uma importante ferramenta na compreensão da realidade, dado que, segundo este modelo, há uma relação entre a pessoa, o ambiente em que se encontra e a forma como está nesse mesmo ambiente, pelo que, é necessário que se compreenda não só a pessoa e o ambiente como, essencialmente, a pessoa no ambiente. Nesta linha de raciocínio destaca-se, ainda, a perspetiva bioecológica do desenvolvimento proposta por Urie Bronfenbrenner. Segundo esta perspetiva, o ambiente tem um impacto significativo no desenvolvimento da pessoa, todavia, é a forma como a pessoa experiencia esse mesmo ambiente que se revela particularmente relevante na compreensão dos seus processos desenvolvimentais e de interação (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Deste modo, é possível afirmar que foi esta abordagem multidimensional que permitiu coconstruir o conhecimento sobre a CA e sobre as suas pessoas.

A CA é uma resposta que funciona 24 horas por dia durante todo o ano, tendo sempre profissionais distribuídos por turnos (de 8 horas) para dar suporte às pessoas que se encontram em regime de acolhimento. Ao nível das instalações, é de realçar que estas se encontram organizadas de forma a atender às necessidades quer das pessoas acolhidas, quer das próprias profissionais, separando os diferentes espaços e criando condições de segurança e privacidade. Um dos polos está direcionado para a equipa e, o outro polo, direcionado para o espaço privado das pessoas residentes nesta resposta. O espaço direcionado para as profissionais conta com gabinetes e com uma sala de reuniões assim como, uma sala de formação, uma copa/refeitório, uma sala para descanso das profissionais, dois vestiários, instalações sanitárias e sala de arrumos/armazém. Por sua vez, a CA conta com uma cozinha multiusos para uso exclusivo das residentes, dez quartos individuais/partilhados (adaptados consoante a necessidade do agregado, sendo que se privilegia que o agregado fique sempre junto; alguns destes quartos têm

instalações sanitárias e outros apresentam instalações sanitárias partilhadas fora do quarto), sala de arrumos, espaço de convívio e um quarto destacado para vaga de emergência. A CA conta ainda com uma sala ampla dedicada aos mais novos (com brinquedos e equipamentos lúdico-pedagógicos) que é constituída, também, por aparelhos desportivos. Considerando ainda as instalações, dispõe de espaços verdes, salas de arrumos e equipamentos de diversão para as crianças assim como, uma lavandaria e uma cozinha onde são preparadas as refeições quer para as pessoas acolhidas, quer para as pessoas abrangidas por outras respostas sociais. Importa ainda referir que apresenta boas condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada/reduzida e que os espaços se encontram em bom estado de conservação, reunindo condições de habitabilidade e de salubridade.

A equipa técnica alocada para o trabalho com e para as pessoas integradas na CA é constituída por uma psicóloga e duas educadoras sociais (sendo que uma desenvolve funções de direção técnica). Por sua vez, a equipa dispõe ainda de cinco auxiliares de ação direta e de uma cozinheira bem como, uma profissional nos serviços gerais. No que concerne aos serviços prestados, importa salientar que para além do acolhimento temporário e da alimentação, é prestada segurança e proteção, apoio psicológico e social e apoio ao nível da orientação jurídica. Relativamente aos horários de funcionamento e, como referido anteriormente, a CA funciona de forma permanente, sendo que as pessoas integradas nesta resposta têm acesso às zonas comuns (sociais e de lazer) entre as 7 e as 22 horas. As refeições encontram-se, também, organizadas em horários programados. A organização e limpeza dos quartos é da responsabilidade do agregado/pessoa singular que nele se encontra e, de forma quinzenal, é distribuída a escala de tarefas relativas aos espaços comuns pelas residentes, tendo sempre para o efeito o suporte da equipa. Por questões de segurança, existem horários estabelecidos para a entrada e para a saída da CA, sendo que, quando é manifestado o interesse em sair, este deve ser comunicado à equipa que se encontra de serviço. Importa ainda realçar que se a equipa técnica considerar que não se encontram reunidas as condições de segurança e proteção para a respetiva saída, a mesma fica condicionada. Aliás, a permanência na CA requer sigilo, pelo que, a pessoa acolhida não pode informar terceiros sobre o sítio onde se encontra. Na eventualidade do/a alegado/a agressor/a descobrir, a pessoa é reencaminhada para outra resposta abrangida pela rede de cobertura nacional. Por sua vez, a utilização de dispositivos eletrónicos, como telemóveis, tablets e computadores é permitida, desde que as definições de localização estejam desativadas

e desde que não sejam realizadas videochamadas e captadas imagens nas instalações da CA. Na chegada a este contexto, todas as pessoas são informadas dos seus direitos e deveres, bem como das regras de funcionamento da CA, assinando para o efeito um contrato de permanência nesta resposta.

Através da inserção neste contexto e da integração nas rotinas da CA foi possível conhecer a dinâmica do grupo de pessoas acolhidas. É de realçar que uma das características desta resposta remete para a mobilidade das pessoas acolhidas. Ao longo da minha presença no contexto (desde novembro de 2023 a junho de 2024) registaram-se oito entradas e dez saídas. Na chegada ao contexto estavam em regime de acolhimento na CA doze mulheres, das quais oito com filhos também acolhidos nesta resposta, registando-se um total de catorze crianças/jovens. Por sua vez, na saída do contexto, encontravam-se acolhidas dez mulheres, das quais sete com filhos também acolhidos, totalizando onze crianças/jovens em acolhimento. Relativamente às saídas, destaca-se a saída de um agregado por motivos de proteção e segurança. De uma forma geral, a maioria das pessoas que saíram desta resposta integraram outra resposta social, nomeadamente, comunidades de inserção e apartamentos de autonomização.

O recurso à observação participante e às conversas intencionais permitiu, deste modo, tomar conhecimento destas rotinas. A título exemplificativo, o dia começa bem cedo na sala de refeições, sendo o pequeno-almoço servido pela equipa auxiliar. Estas profissionais têm ainda a tarefa de distribuir a medicação a cada pessoa, sendo a mesma preparada na noite anterior. Regra geral e, apesar do horário limite para o pequeno-almoço se estender até às 10 horas, as pessoas tendem a fazer a refeição entre as 8 e as 9 horas. De seguida, é da responsabilidade de cada mãe acompanhar a criança no percurso CA-Escola e Escola-CA. As pessoas que se encontram inseridas no mercado de trabalho tendem a sair, também, por volta desta hora. É neste período da manhã que se iniciam as tarefas domésticas individuais, nomeadamente, a limpeza dos espaços comuns (sala de refeições, corredores, sala de convívio, sala dos brinquedos/espço desportivo e espaço exterior). Tendencialmente, as pessoas que não trabalham ficam por casa neste período, preferencialmente nos espaços privados (quartos). Segue-se o horário de almoço, onde a concentração de pessoas no mesmo espaço e horário é menor, dado que as pessoas que se encontram a trabalhar, regra geral, realizam a refeição no local de trabalho e, as crianças/jovens, almoçam em equipamento escolar. A dinâmica das tardes na CA é, normalmente, menos agitada

do que a dinâmica das manhãs, na medida em que não existe tanto movimento na CA e as pessoas estão mais recolhidas nos respetivos quartos. Deste modo, tanto as tarefas individuais como os acompanhamentos/atendimentos individualizados ocorrem, com maior frequência, no período da manhã. Por sua vez, os dias festivos, os fins de semana, os feriados e as férias escolares são os momentos onde é perceptível uma maior movimentação de pessoas e uma dinâmica mais agitada. No que concerne ao período da noite, existe um horário estabelecido para a recolha até aos quartos, sendo este diferente consoante os dias (por exemplo, ao fim de semana este horário é mais alargado). É no período do jantar que a CA regista maior movimento, no sentido em que é neste momento que todas as pessoas se reúnem no refeitório.

Ao nível da promoção dos momentos de convívio e de lazer, é de realçar que estes são escassos, na medida em que não existe nenhuma atividade que promova este convívio de grupo. Existem algumas parcerias estabelecidas com outras entidades e projetos, mas, não são direcionadas para o grupo como um todo, tendo como maior foco os momentos individualizados. A título exemplificativo, existe uma parceria estabelecida com uma empresa municipal para a prática de natação uma vez por semana. Esta é, assim, uma das necessidades identificadas por parte de alguns elementos do grupo nas conversas intencionais. Por ter sido um dos aspetos mais realçados pelas pessoas, acabou por tornar-se num eixo central do projeto “Ser tempo”, eixo direcionado para a intervenção no seio do grande grupo. Em simultâneo, também os acompanhamentos individuais, pautados por um acompanhamento de maior proximidade em ambiente informal se destacaram na intervenção realizada no âmbito do referido projeto. Estes acompanhamentos foram direcionados para duas pessoas em particular, devido ao facto de terem sido aquelas com quem se estabeleceu uma relação de maior proximidade e de confiança e com as quais foi possível realizar uma intervenção mais prolongada no tempo, estando estes contemplados no segundo eixo do projeto.

Um dos principais mecanismos que influenciou e potenciou o rumo deste projeto surge associado à criação e manutenção de uma relação de ajuda. Através da integração gradual no contexto e nas rotinas, da escuta ativa de cada pessoa e do grupo, enquanto contexto privilegiado de intervenção, foi possível criar pontes de ligação com e para estas pessoas. A perspetiva das profissionais que trabalham de forma direta nesta resposta demonstrou-se, também, crucial, dando especial ênfase às conversas intencionais e à entrevista semiestruturada realizada à educadora social.

Importa ainda destacar um aspeto que demonstra influenciar a própria dinâmica do grupo e a relação estabelecida com as pessoas: a elevada taxa de mobilidade dos profissionais que compõem a equipa técnica. No presente ano, das três profissionais que integravam a equipa técnica, é de registar a saída de duas, mais especificamente, a saída da psicóloga e da educadora social. Esta mobilidade teve impacto na vida das pessoas que se encontram acolhidas na CA, na medida em que se registou a descontinuidade das relações de ajuda. Nas conversas estabelecidas com o grupo no momento de saída destas profissionais, foi possível perceber que, a saída destas profissionais condicionou o próprio rumo da intervenção e, por sua vez, a dinâmica da CA, na medida em que, foi perceptível um sentimento de tristeza pela saída das profissionais (Dália: “mas porque é que a doutora vai embora?” ; Jasmim: “tenho uma prenda para a doutora, mas, não lhe diga nada”). Aliás, estes momentos foram bastante emotivos. Num primeiro momento, com a saída da psicóloga, a equipa técnica ficou reduzida à diretora técnica e à educadora social. Esta alteração na equipa teve um impacto significativo na medida em que toda a intervenção psicossocial ficou sob a responsabilidade destas duas profissionais. O volume de trabalho destinado a cada profissional aumentou, por isso, significativamente. Por sua vez e, três meses depois, é de registar a saída da educadora social. Neste momento em concreto, a equipa técnica ficou reduzida à diretora técnica, tendo sido contratada uma psicóloga. Em cerca de três meses as pessoas acolhidas viram duas das pessoas com quem tinham estabelecido uma relação de maior proximidade sair desta resposta. Paralelamente, a disponibilidade e o tempo dedicado a cada uma destas pessoas e ao grupo também ficou condicionado. Na saída do contexto a equipa técnica contava com o trabalho da diretora técnica e com o trabalho da psicóloga que, à data, se encontrava num processo de conhecimento da realidade e das pessoas. Deste modo, a mobilidade destas profissionais teve implicação no desenvolvimento do projeto (assunto que retomarei mais à frente).

3.2. AS PESSOAS

Desenhar e desenvolver um projeto de EIS implica conhecer a realidade que o constitui, pelo que, torna-se importante conhecer, de forma breve, cada uma das pessoas envolvidas na sua construção. O projeto “Ser tempo” é o resultado da dedicação, da presença e da relação estabelecida entre os seus elementos. Importa realçar que, dada a elevada mobilidade de

peessoas, quer mulheres e crianças acolhidas, quer de profissionais, o grupo de pessoas foi, no decorrer do tempo, sofrendo alterações. Se por um lado se realizou uma intervenção direcionada para o grupo enquanto um todo, por outro lado, foi desenhada e desenvolvida uma intervenção psicossocial com alguns dos seus elementos, mediante as necessidades identificadas. Nestes sete meses de presença e participação no contexto, foram seis as pessoas que, de forma regular, demonstraram interesse em participar. Tal como referido, por uma questão de proteção, segurança e sigilo, cada uma das pessoas será identificada por um nome fictício.

Violeta é uma jovem de 24 anos que se encontra acolhida na CA há quase um ano, juntamente com os seus dois filhos, em idade pré-escolar. Violeta não se encontra inserida no mercado de trabalho e, ao nível das habilitações literárias, tem concluído o 2º ciclo do ensino básico. Por sua vez, as duas crianças encontram-se integradas em equipamento escolar. Violeta demonstra interesse pelas artes, mais especificamente, pelo desenho. Os seus dias são passados no quarto, saindo para o exterior da CA de forma muito pontual. Violeta tem uma forte relação com os filhos, demonstrando afeto, preocupação, cuidado e responsabilidade pelos mesmos. É uma jovem que, ao longo do tempo, foi abrindo as portas do seu mundo e foi permitindo que a conhecesse, de uma forma mais profunda. Violeta demonstra ser uma pessoa com algumas fragilidades ao nível do autoconceito, realçando-se a baixa autoestima e a baixa autoconfiança. É uma pessoa comunicativa, participativa e que investe nas relações interpessoais quando se sente num espaço seguro. Ambiciona ter a oportunidade de, um dia, frequentar uma formação direcionada para a realização de tatuagens. Ao nível do seu projeto de vida, deseja cessar o acolhimento na CA e integrar uma habitação com os seus dois filhos, sendo este um dos aspetos que mais a preocupa.

Hortênsia é uma jovem de 19 anos que, juntamente com a mãe e com a irmã, integrou a CA há cerca de 7 meses. Hortênsia terminou recentemente o ensino secundário num curso profissional direcionado para a multimédia. Sonha ingressar no ensino superior e seguir multimédia ou design. Os últimos meses foram passados na CA a estudar para os exames nacionais e a preparar a entrega do trabalho final de curso e a candidatura ao ensino superior. É uma jovem dedicada e focada nos seus objetivos, sendo comunicativa, resiliente e afetuosa. Hortênsia estabelece uma boa relação com o seu agregado familiar, sendo por isso muito próxima da mãe e da irmã. Por se tratar de uma fase bastante exigente, passa grande parte do seu dia no quarto a estudar, não tendo por isso o hábito de sair da CA com regularidade.

Jasmim é uma mulher de 38 anos. Tem um filho em idade escolar e integra a CA há mais de um ano. Jasmim encontra-se desempregada e, ao nível das habilitações literárias, concluiu o ensino secundário. Atualmente, encontra-se numa fase de transição para uma habitação própria, tendo para o efeito cessado acolhimento na CA na fase final do projeto. A rotina de Jasmim e a sua passagem pela CA foram pautadas por um maior distanciamento face ao grupo. Jasmim saía apenas do quarto para ir levar e buscar o filho à escola e para realizar as tarefas domésticas. O seu dia era passado no quarto, sozinha, a ver filmes. Com o passar do tempo e, depois de ser incentivada, Jasmim começou a sair mais do quarto, a passar mais tempo nos espaços comuns e a sair mais para o exterior da CA. As conversas eram, em grande medida, muito objetivas, sem espaço para desenvolver o diálogo. Esta postura foi tendo cada vez menos força e, aos poucos, Jasmim começou a abrir a porta do seu quarto. Jasmim começou a permitir a entrada no mesmo e a tomar iniciativa para o diálogo. As conversas deixaram de ser tão centradas em questões logísticas e passaram a ser mais centradas na sua vivência pessoal.

Dália tem 35 anos e integrou a CA há cerca de um ano, juntamente com os seus filhos Íris e Ivo, ambos em idade escolar. Dália não se encontra integrada no mercado de trabalho, tendo concluído o ensino secundário. Dália e as crianças, à semelhança de Jasmim, encontram-se numa fase de mudança, dado que, irão regressar ao meio de origem. Dália é uma pessoa muito extrovertida, divertida e comunicativa. Os seus dias são passados fora do quarto. Costuma passear pela cidade no período da manhã e, no período da tarde, costuma estar nos espaços comuns da CA. Gosta de ver filmes e o seu lugar favorito para passar as tardes é a sala de convívio. Dália apresenta iniciativa para o diálogo e vontade em participar nos momentos de convívio, dando frequentemente sugestões e ideias. Quando se sente segura para tal, Dália toma iniciativa para fazer partilhas pessoais. Grande parte dos momentos individuais com Dália foram passados na sala de convívio, ao sabor das suas memórias e histórias. Estes momentos foram também pautados por partilhas pessoais muito profundas.

Camélia, de 48 anos, é mãe de Hortênsia e de Catarina. Encontra-se acolhida na CA há cerca de 7 meses e, atualmente, integra o mercado de trabalho, tendo o ensino secundário concluído. É uma pessoa muito afetuosa. Todavia, encontra-se mais distanciada no grupo, na medida em que, tendencialmente, evita juntar-se ao grande grupo. Os momentos com Camélia, apesar de poucos, foram muito ricos do ponto de vista do contacto e da partilha, na medida em que, Camélia foi

demonstrando uma crescente confiança e segurança. Esta aproximação permitiu criar um espaço seguro para falar sobre si e sobre as suas preocupações e medos. Apesar de ser uma pessoa muito reservada, demonstrou sempre abertura para estar em grupo.

Por fim, Papoila, de 44 anos, encontra-se acolhida na CA há cerca de 6 meses, juntamente com o seu filho Dinis. Papoila encontra-se desempregada e completou o ensino secundário. É uma pessoa muito empenhada e interessada. A rotina de Papoila, até ao momento, tem sido direcionada para a resolução das questões inerentes ao acolhimento, nomeadamente, ao nível dos processos mais burocráticos. Apesar disso, com a integração do filho em equipamento escolar, Papoila tem vindo a delinear como projeto de vida a saída, o mais cedo possível, desta resposta. Papoila é uma pessoa muito recetiva ao diálogo e, quando sente necessidade de partilhar, procura as pessoas em quem confia. Nos diversos momentos em que estivemos juntas, Papoila confidenciou-me aspetos mais pessoais e sensíveis, entre eles, alguns dos episódios de VD que vivenciou.

Enquanto participantes do grande grupo – pessoas acolhidas na CA –, estas são as pessoas que participaram com mais frequência nos encontros e momentos realizados. O grande grupo de pessoas acolhidas na CA é constituído por alguns grupos de pares e por alguns subgrupos com maior dimensão. Todavia, não é comum a existência de momentos de grupo que potenciem estas relações, pelo que, o convívio dá-se, maioritariamente, nos momentos de refeição. O grande grupo é constituído por mais pessoas, no entanto, nem todas participaram no projeto, pelo que, as pessoas aqui apresentadas são as pessoas que participaram de forma mais ativa e direta no mesmo. Deste modo, estes são alguns dos traços gerais que caracterizam cada uma das pessoas que se encontra acolhida e que, de forma livre, aceitou participar no projeto. Por questões de privacidade e, sobretudo, de segurança, não serão relatadas informações pormenorizadas sobre cada uma das pessoas. Cada uma destas pessoas tem uma história e um percurso. Em determinado momento das respetivas trajetórias de vida, encontram-se aqui, na CA. Apesar deste encontro partir de um ponto comum – da vivência de situações de violência e de abuso – há aqui uma esperança para que possam florescer, num lugar livre de violência e onde se sintam seguras e protegidas. Importa, por isso, conhecer e refletir sobre como é experienciada esta trajetória e como é perspectivada por quem trabalha, de forma diária, nesta resposta social.

3.2.1. O ACOLHIMENTO: VIVÊNCIAS E PERSPETIVAS

Conhecer as pessoas que compõem a CA é um dos primeiros passos para conhecer a realidade. A realidade é um lugar construído por quem dela faz parte e pelas dinâmicas relacionais que lhe estão subjacentes. Neste subcapítulo são apresentadas as perspetivas de algumas das pessoas que participam no projeto “Ser tempo”. Estas perspetivas são resultado, por um lado, de um exercício de dinâmica de grupo realizado e, por outro lado, de conversas intencionais que foram surgindo ao longo do tempo, cujo principal objetivo remete para a reflexão sobre a experiência do acolhimento e para a promoção da partilha.

No que concerne ao exercício de dinâmica de grupo, centrado essencialmente na vivência do acolhimento, importa referir que este surgiu da necessidade de criar um espaço e um momento de partilha e de reflexão sobre o percurso de acolhimento. Deste modo, este exercício teve como objetivo promover a reflexão sobre o/s significado/s do próprio percurso de acolhimento. Paralelamente, era também objetivo apelar à participação e tomada de decisão, com o intuito de valorizar e escutar as narrativas e a voz de cada uma das participantes. Com o intuito de dar mote ao diálogo e à respetiva reflexão, procedeu-se, assim, à realização de um momento de grupo numa das divisões da CA. Esta dinâmica teve lugar numa fase mais avançada do projeto, onde já existia uma relação de confiança previamente estabelecida e, por isso, já existia um espaço seguro para a escuta e para a partilha. Foi, por isso mesmo, sublinhada a abertura para a não participação. Cada uma das pessoas foi informada do objetivo do exercício de dinâmica de grupo bem como, da possibilidade de desistência do mesmo, sem risco de existência de qualquer penalização. Importa assim apresentar as narrativas das pessoas, estando estas contempladas em envelopes, apresentados no Apêndice C do presente relatório. O exercício consistia em completar as expressões existentes nos envelopes, uma vez que se encontravam incompletas, com uma mensagem.

No envelope relativo à experiência de chegada à CA e ao grupo de pessoas acolhidas (“Quando entrei para o grupo senti ...”), foram registadas as seguintes respostas: “Nervosismo”; “Amor”; “Esperança”; “Alívio por tudo o que vivi anteriormente, muitos momentos alegria, medo. Enfim, um mix de sentimentos à medida que as coisas do dia a dia aconteciam” e “Acolhida”. As respostas evidenciam, assim, uma ambivalência no processo de acolhimento. Se por um lado este

acolhimento demonstra ser símbolo de esperança, proteção e segurança, por outro lado, demonstra ser uma fase de angústia e anseio. Este facto pode ser alicerçado no envelope “Os primeiros dias foram ...”, onde uma das respostas foi “Um turbilhão de emoções”. A chegada a esta resposta é, de facto, um momento impactante para a vida das pessoas, quer por via do próprio processo de vivência e experiência das situações de VD, quer pela integração num contexto completamente novo e com pessoas desconhecidas. A este aspeto soma-se a própria estruturação da resposta e as questões associadas à dinâmica relacional e funcional. Com o intuito de dar mote à reflexão e àquilo que cada uma das pessoas sente, surge o envelope intitulado de “Sinto falta de ...”. Neste envelope as respostas direccionaram-se para o sentimento de solidão e de isolamento, bem como, para um sentimento de desenraizamento e de desempoderamento. Aqui registam-se as seguintes respostas: “Paz e da minha família”; “Família” e “Sinto falta que me oiçam, sinto-me sem voz, parece que só fazem as coisas na altura para dizer que nos ouvem, mas depois fica tudo igual”. De forma paralela e complementar, surge o envelope que remete para aqueles que foram e são os entraves deste processo (“A maior dificuldade que senti foi ...”). Em resposta a esta questão surgiram as seguintes partilhas: “Ficar longe de casa” e “Encontrar trabalho”. Deste modo, é perceptível o impacto que a ausência da família e de suporte tem quer na vivência das situações de VD, quer nas etapas que se seguem à saída do meio de origem e à integração numa resposta social de acolhimento. É ainda perceptível o sentimento de impotência e de perda de voz e autonomia, muito direccionado para a própria organização da resposta e para o cumprimento dos pressupostos de segurança e de proteção. No envelope relativo aos desejos e vontades (“Gostava de ...”), as respostas remetem, essencialmente, para a prospeção sobre o futuro, nomeadamente, “Ir embora”; “Ter uma vida feliz, independente e cheia de paz com meus filhos”; “Organizar a minha vida profissional, ter a minha casa, dar o melhor para o meu filho dentro das minhas possibilidades” e “Ir embora o mais rápido daqui”. O desejo de cessar o acolhimento está presente nas partilhas evidenciadas, sendo que, apesar de reconhecerem a importância da CA enquanto espaço seguro e protetor, reconhecem que esta não é uma resposta que se vá prolongar no tempo. Com o objetivo de refletir sobre as mudanças inerentes ao processo de acolhimento e sobre a própria transformação pessoal e respetivo impacto da intervenção, são de relevar dois envelopes. O primeiro envelope (“Agora os dias são ...”) remete para a reflexão sobre a evolução do processo de acolhimento. O segundo (“Desde que cheguei o/s melhor/es momento/s foi/foram ...”) remete para a importância de ressignificação

do acolhimento. Assim, no que concerne ao primeiro, as respostas remetem para um sentimento de ambivalência na vivência deste processo, dado que, por um lado, os dias agora parecem ser “Mais difíceis”; “Cansativos e stressantes”; “Corridos, tenho desejo de estar numa casa nem que seja arrendada, porque o meu filho sente a necessidade das rotinas anteriores, além dos seus cuidados especiais” e, por outro lado, “Mais alegres e coloridos”. Considerando o segundo envelope, alusivo aos melhores momentos vividos na CA, destacam-se: “Estar com o meu filho”; “Convívio em grupo durante as festas (Ano Novo, Natal, Aniversários, etc ...)” e “Passar mais tempo com as crianças”.

É neste eixo que parece existir uma necessidade e uma valorização dos momentos em grupo como momentos positivos e significativos no processo de acolhimento. Por último, surge o envelope “Viver aqui é ...”. Este envelope teve como principal objetivo dar ênfase à experiência geral do acolhimento e, em particular, à vivência nesta resposta. As respostas registadas remetem para: “Cansativo, stressante”; “Testar os nossos limites”; “Uma prisão – viver aqui é uma prisão” e “Sinto-me presa, eu sei que é por uma questão de segurança, mas estou presa, aqui há muitas regras e deixamos de ser como somos”. Através destas respostas é possível perceber que, apesar de existir o reconhecimento da necessidade de proteção e segurança, há um descontentamento geral com a vivência nesta resposta, relacionado, essencialmente, com as regras de funcionamento existentes.

Importa realçar que este exercício surgiu como forma dar ênfase aos discursos e conversas intencionais que foram surgindo ao longo do percurso na CA. Aliás, as temáticas subjacentes a cada um dos envelopes têm na sua origem os aspetos mais evidenciados nas conversas que se foram estabelecendo com as pessoas. Este exercício de dinâmica de grupos surgiu, assim, como meio complementar de promoção da reflexão e da partilha. Por ser de carácter anónimo, onde nenhuma das pessoas e das respetivas respostas foi identificada, tornou possível uma maior abertura face ao exposto nas conversas. Estes envelopes permitiram conhecer, de forma mais profunda, a perspetiva e a voz destas pessoas sobre a sua experiência de acolhimento. Com base nas respostas foi realizado um trabalho com o grupo, tendo este trabalho culminado na criação dos momentos de partilha e de reflexão em contexto não formal. A partir das respostas dadas e do conhecimento que se foi coconstruindo foram abordados alguns dos aspetos inerentes a estes envelopes em momentos informais. Deste modo, a reflexão sobre as partilhas realizadas foi

tomando lugar nos diversos momentos com o grupo, em particular, nos momentos que ocorreram fora da instituição. Esta abordagem serviu de mote para o próprio desenrolar do projeto “Ser tempo”, tornando-se estes momentos de reflexão e de partilha num dos grandes objetivos do projeto.

3.3. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO E PRINCIPAIS INDICADORES

Tendo por base os conteúdos explanados no subcapítulo 1.3 do presente relatório, a avaliação do contexto é uma fase crucial para o desenho e desenvolvimento de um projeto. Deste modo, torna-se importante apresentar por um lado, as fragilidades e problemas identificados e, por outro lado, as potencialidades do contexto de desenvolvimento do projeto. Importa por isso referir que a informação aqui apresentada foi alvo de reflexão, quer no contexto (com as pessoas e com as profissionais), quer nas sessões de orientação tutorial e seminários. Com o intuito de tornar a leitura e análise mais clara e concisa, encontra-se em apêndice (Apêndice D) o quadro síntese referente à avaliação do contexto que contém a identificação dos problemas, os indicadores, as respetivas causas e, por fim, as necessidades identificadas. Este quadro contém mais informação do que a informação apresentada neste subcapítulo, pelo que se apresenta com bastante relevo na análise e avaliação do contexto. No que diz respeito ao primeiro elemento, que remete para os problemas e fragilidades, é de realçar que foram identificados, no total, quatro problemas. Apesar de distintos entre si, existe uma interligação evidente entre estes problemas. Sendo o projeto desenvolvido tendo por base a metodologia IAP, os momentos de interação que permitiram a avaliação do contexto foram simultaneamente momentos cruciais para o desenvolvimento de relações de confiança. Desta construção de conhecimento, surgiram então os quatro problemas a seguir apresentados (Apêndice D).

O primeiro problema (P.1.) surge relacionado com o sentimento de isolamento e de solidão inerente ao próprio processo de acolhimento. Este problema pode ser perspetivado à luz de duas dimensões. A primeira dimensão remete para o sentimento implícito de isolamento e solidão relacionado com o afastamento forçado da rede de suporte social (quando existente) por questões de proteção e segurança. De forma paralela, é possível identificar o afastamento do mercado de trabalho e a conseqüente perda de rendimentos, na medida em que, os acolhimentos em CA dão-se, sempre que possível, a uma distância considerável do local de residência/local

onde reside o agressor. Esta deslocação geográfica coloca a pessoa vítima de VD numa posição de maior vulnerabilidade, onde o principal suporte passa a ser dado pelos profissionais e pelas entidades que atuam no âmbito da VD. Nas narrativas das pessoas acolhidas é possível perceber o sentimento de angústia face ao afastamento da família (“Sinto falta de paz e da minha família”; “A maior dificuldade que senti foi ficar longe de casa”). Na perspetiva das profissionais, este é um processo pautado por muitos desafios (Educadora Social: “O facto de as utentes estarem deslocadas é muitas vezes um obstáculo porque têm de começar do zero num sítio que não conhecem, deixam o emprego e estão aqui sozinhas, é muito difícil”; “Estabelecer uma relação de confiança com as vítimas pode ser um desafio”). Por sua vez, importa dar destaque à segunda dimensão implícita no sentimento de isolamento e de solidão: a integração numa resposta (CA). Esta dimensão de análise surge relacionada com as relações interpessoais estabelecidas no decurso do acolhimento. Segundo a avaliação realizada, as relações interpessoais estabelecidas não são, na sua grande maioria, coesas e satisfatórias. A ausência de coesão resulta de falhas nos processos de comunicação e da conflitualidade entre os elementos do grupo (Jasmim: “Eu só comecei a ir porque a X também vai todos os dias e ninguém lhe diz nada”). Paralelamente, realça-se ainda a integração num contexto perspetivado como pouco recetivo para a criação de relações entre as pessoas e para a criação de um espaço seguro no seio do grupo. Segundo as narrativas, a vivência na CA tem subjacente regras e dinâmicas muito específicas que são impostas e que influenciam os próprios processos de participação (“Viver aqui é uma prisão”; “Gostava de ir embora o mais rápido daqui”; Dália: “Não ouvem o que digo não vale a pena falar”). Esta estrutura é frequentemente perspetivada como uma “prisão” (Dália: “Sinto-me presa, eu sei que é por uma questão de segurança, mas estou presa, aqui há muitas regras e deixamos de ser como somos”), o que transparece um claro sentimento de perda de poder de decisão e de controlo e restrição. As causas identificadas que estão na base deste problema remetem, essencialmente, para a dimensão da quebra dos laços sociais e das relações interpessoais, para a mudança geográfica, para a estruturação das respostas no âmbito da VD e para o desenraizamento das pessoas. Neste sentido, as principais necessidades identificadas estão associadas à construção de momentos de grupo e partilha, ao acompanhamento de maior proximidade e à valorização dos momentos reflexivos como mecanismo de transformação e mudança.

O segundo problema identificado (P.2.) remete para a ausência de espaços reflexivos que permitam a integração das experiências vivenciadas e a reflexão e projeção de projetos de vida.

À semelhança do primeiro, este problema tem na sua génese duas dimensões: o modelo organizacional e funcional da CA e a elevada mobilidade dos profissionais que integram esta resposta. Esta ausência de espaços reflexivos influencia quer a própria vivência do acolhimento e das experiências, quer o próprio sentimento de pertença ao grupo, logo, surge relacionado com o sentimento de isolamento e de solidão evidenciado anteriormente (“Viver aqui é cansativo, stressante”; “Viver aqui é testar os nossos limites”; Violeta: “Não penso coisas más, mas sinto-me cansada e sinto que tenho a cabeça cheia”). A própria organização do trabalho, enquanto dimensão subjacente, impacta o tipo de resposta e acompanhamento que é dado (Educadora Social: “Sobrecarga de trabalho também é uma dificuldade significativa devido ao elevado número de casos e à complexidade das situações”; “Falta de pessoal qualificado agrava este problema, levando a uma distribuição desigual das tarefas e a uma pressão constante sobre os profissionais”). Assim, considerando as possíveis causas para este problema, importa destacar o excesso de trabalho destinado a cada profissional, a elevada mobilidade dos profissionais que integram a equipa, a abordagem pré-definida no acompanhamento individual, a intervenção muito direcionada para as questões burocráticas e logísticas, a escassa intervenção psicossocial direcionada para o grupo e a inexistência de espaços e momentos que promovam a interação e participação do grupo. Tendo por base as causas identificadas, a principal necessidade funde-se, essencialmente, com a reflexão sobre as práticas profissionais e com o potenciar do grupo enquanto espaço dinâmico e relacional.

O terceiro problema identificado (P.3.) tem na sua origem as questões associadas à forma como esta resposta se encontra estruturada e à abordagem que é realizada no âmbito das práticas em respostas direcionadas para a VD. Trata-se, portanto, da escassez de momentos orientados para o empoderamento das pessoas acolhidas e a consequente perda de autonomia subjacente ao acolhimento. Neste problema, foram identificados indicadores que realçam o facto do acolhimento em CA ser alicerçado num sentimento de perda de autonomia e de controlo sobre as mais simples questões da rotina (Dália: “Sinto-me presa, temos regras e horários para tudo (...) os meus filhos estão sempre a perguntar-me quando é que cozinho para eles, acho que até eles não se sentem livres”; Dália: “Não me vou chatear, estou no meu canto, também estou quase a sair daqui”; Diretora Técnica: “Elas não estavam à espera de tanto”). A perspetiva profissional também reconhece este problema, elencando a falta de recursos como fator que condiciona a própria intervenção (Educadora Social: “Falta de recursos financeiros e materiais adequados é uma

realidade comum nestas instituições”; “Escassez de financiamento limita a capacidade das casas de abrigo de oferecerem serviços abrangentes, desde apoio psicológico até ao apoio jurídico e programas de capacitação”). À luz das respetivas causas, é possível elencar o desenraizamento das pessoas, a falta de coesão e sentimento de pertença ao grupo, a intervenção psicossocial pouco centrada na pessoa e na vivência do processo de acolhimento, a escassez de recursos (entre eles, financeiros e humanos) e a consequente definição de regras e dinâmicas de funcionamento da CA. Neste seguimento, as necessidades identificadas traduzem-se na valorização dos processos de ressignificação das experiências subjacentes ao acolhimento, na reflexão sobre o trabalho desenvolvido, na valorização do acompanhamento de proximidade e na existência de parcerias e protocolos com entidades/instituições e projetos que promovam atividades lúdico-pedagógicas. De forma paralela, surge a necessidade de trabalhar com a equipa, nomeadamente, através da criação de momentos reflexivos que potenciam a valorização e a participação das pessoas nas dinâmicas funcionais da CA e nos processos de tomada de decisão. Este problema, embora evidenciado à luz da integração neste contexto particular, pode ser analisado tendo por base o próprio modelo de intervenção na VD, estando por isso associado com o problema que se segue.

Por fim, o quarto problema (P.4.), remete para questões macroestruturais e sistémicas, entre elas, as questões relacionadas com a ineficácia do modelo de intervenção social atual na construção de projetos de vida sustentados a longo prazo. Neste problema é possível identificar duas dimensões distintas: por um lado, os processos de autonomização cada vez mais complexos (“A maior dificuldade que senti foi encontrar trabalho”; Educadora Social: “Um dos principais obstáculos que sentimos por aqui, as rendas estão muito altas, a oferta é reduzida e sempre com valores elevados e as pessoas não recebem rendimentos que lhes permitam fazer face a esses valores e acabam por ficar aqui mais tempo (...) e depois também há muitas entidades que não sabem o que fazemos e como é a intervenção com as vítimas, o que dificulta o nosso trabalho”) e, por outro lado, a ineficácia do modelo de intervenção atual. Apesar de não ter sido um problema ao qual se deu uma resposta objetiva no projeto, foi um problema identificado e refletido, dado que, tem implicações diretas na qualidade das respostas e nos problemas anteriormente identificados. Aliás, a principal causa identificada remete para a própria estruturação das medidas e políticas públicas, cuja necessidade remete para a reflexão sobre os moldes em que assenta o

modelo de intervenção e sobre o impacto que tem na vida das pessoas em termos de construção de projetos de vida autónomos e dignos.

Identificados os problemas, torna-se importante compreender os constrangimentos/fragilidades e os recursos/potencialidades existentes, na medida em que, são aspetos importantes quer na análise da realidade, quer no próprio desenho e desenvolvimento do projeto. Deste modo, os principais constrangimentos encontrados neste contexto prendem-se, essencialmente, com os recursos humanos. A equipa técnica que integra a resposta CA é constituída por duas profissionais da área social e por um profissional da área da psicologia. Todavia, com a elevada taxa de mobilidade destas profissionais e com o excesso de trabalho destinado a cada uma, o tempo disponível para refletir com a equipa demonstrou estar condicionado. Apesar deste condicionamento, os elementos da equipa demonstraram sempre interesse, recetividade e abertura para a realização do projeto, o que demonstrou ser uma potencialidade. Para além disso e, considerado os recursos locais, destacam-se os espaços da CA como uma das potencialidades para a realização do projeto, bem como, os recursos materiais. Por fim, importa destacar como principal potencialidade a envolvimento, interesse e disponibilidade das pessoas acolhidas para criar e integrar o projeto “Ser tempo”, sendo este o fator crucial para o desenvolvimento do mesmo. Com o intuito de apresentar e enquadrar o projeto, segue-se o capítulo quatro, referente ao desenho do projeto.

4. DESENHO DO PROJETO

4.1. AVALIAÇÃO DE ENTRADA

Num projeto de EIS, a coconstrução do conhecimento sobre o contexto deve partir de todos os elementos que o compõem. Por sua vez, os processos de avaliação do projeto devem seguir a mesma linha orientadora, dado que devem estar presentes no decorrer de todo o projeto. Tendo em conta os contributos apresentados por Stufflebeam e Shinkfield (1987), um dos primeiros caminhos a definir na avaliação de um projeto remete para a dimensão da avaliação de entrada, sendo esta um dos eixos de avaliação proposto no modelo CIPP, apresentado teoricamente no subcapítulo 1.3. do presente relatório. A avaliação de entrada permite analisar as diferentes dimensões de um projeto e, tendo por base esta análise, permite perceber se o que foi pensado e desenhado se adequa à realidade e se responde às suas especificidades (Stufflebeam & Shinkfield, 1987), nomeadamente ao nível das suas potencialidades e fragilidades. Permite, assim, perspetivar os problemas e necessidades identificados no contexto, bem como as potencialidades e fragilidades (Stufflebeam & Shinkfield, 1987), pelo que, reveste-se de particular importância.

A avaliação de entrada do projeto “Ser tempo” realizou-se através da voz ativa de todos os seus participantes, sendo as conversas intencionais a ferramenta privilegiada para que a avaliação fosse possível. Através das conversas intencionais foi possível perceber se o desenho do projeto, ainda que de uma forma muito precoce, estava orientado para as reais necessidades e quais os aspetos que deveriam ser repensados. Esta avaliação partiu da escuta das pessoas e da coconstrução do conhecimento sobre o contexto. Foi através da integração nas rotinas da CA e da permanência no contexto que foi possível conhecer as pessoas que o integram. O conhecimento sobre cada pessoa que participa no contexto contribuiu, assim, para o conhecimento da CA como um espaço relacional, pautado por dinâmicas. Aliás, são estas dinâmicas relacionais que dão mote ao próprio desenrolar do projeto, que se encontra organizado em dois eixos de intervenção.

No que concerne ao primeiro eixo, referente à intervenção grupal, importa referir que este foi desenhado tendo como principal suporte a observação participante do contexto e das suas pessoas e as conversas intencionais estabelecidas, quer com as pessoas acolhidas, quer com as profissionais. Não obstante, um dos momentos cruciais para a aproximação a cada uma das pessoas e, por sua vez, ao grupo, foi a participação nas sessões desenvolvidas por técnicos de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP). Estas sessões, onde foram trabalhadas diversas temáticas, permitiram construir conhecimento sobre o processo de vivência do acolhimento e sobre a forma como cada uma das pessoas via e sentia esta caminhada (no Apêndice E podem ser consultados alguns dos registos das sessões). Foi através do diálogo estabelecido nestas sessões, que contaram com a minha presença, com a presença de técnicos externos à CA e com a presença de algumas das mães acolhidas que foi possível tomar conhecimento sobre alguns dos constrangimentos e desafios. Destaco ainda a presença nos momentos informais como ferramenta para a coconstrução do conhecimento. Estes momentos traduziram-se na realização de conversas intencionais em momentos muito diversos, entre eles, na realização das tarefas domésticas, nos momentos em que se assistia a programas de televisão, na presença em momentos lúdicos e de brincadeira entre mães e crianças, no acompanhamento a saídas ao exterior, na presença nos momentos de refeição, entre outros. Apesar de estes serem momentos informais, onde era realizado o acompanhamento da rotina de cada pessoa, a permanência nestes momentos ocorreu de forma intencional. Subjacente a esta intencionalidade está a necessidade de criar um espaço seguro para a partilha e a necessidade de criar relações de confiança e de ajuda que se distanciem da abordagem psicossocial convencional, contrariando a uniformização da intervenção.

No que diz respeito ao segundo eixo do projeto, referente à intervenção individualizada, é de relevar que foi realizada tendo por base as necessidades existentes e identificadas nos processos inerentes à criação e manutenção da relação de ajuda. Este acompanhamento foi desenvolvido com duas pessoas em particular, Violeta e Hortênsia, tendo sido traçados objetivos com cada uma das pessoas. Deste modo, foram realizados encontros individuais, de natureza distinta, tendo por base as necessidades identificadas. Os momentos com Violeta e com Hortênsia foram acontecendo à medida que existia a manifestação desse interesse, tendo ocorrido já numa fase mais avançada do projeto. A principal potencialidade destes encontros prende-se com o facto de,

ao ser um contexto mais pessoal, face ao contexto do grande grupo, as partilhas e o estabelecimento de um vínculo mais próximo deram-se com maior fluidez.

Importa considerar ainda nesta fase um elemento muito importante e que, por vezes de forma mais direta e, por vezes, de forma mais indireta, se tornou parte integrante do projeto: a equipa da resposta social CA. Desde o primeiro contacto com a resposta que a equipa da CA se mostrou recetiva e disponível para ser parte integrante deste projeto, tendo por isso facilitado o acesso a este contexto. A equipa técnica e a equipa auxiliar constituíram uma ponte para o conhecimento da realidade, principalmente, numa fase inicial de conhecimento da resposta e das suas dinâmicas e formas de organização. De forma a tornar a intervenção mais ajustada e articulada, a equipa técnica foi informada de todas as ações a desenvolver e das especificidades de cada uma, sendo este um passo crucial dada a natureza da resposta CA. Foi, ainda, incentivada a participar nestes momentos. Paralelamente, foram realizados momentos individuais com as profissionais com vista à promoção da reflexão. Estes momentos com a equipa traduziram-se em conversas intencionais, em momentos de discussão e reflexão informal e numa entrevista semiestruturada. Desta entrevista resultam informações muito importantes relacionadas com a intervenção em VD no âmbito da resposta social CA e, de forma mais particular, informações e dados sobre a respetiva dinâmica relacional, funcional e organizacional. As informações recolhidas foram enquadradas no quadro de sistematização da avaliação do contexto e no quadro de sistematização do desenho do projeto, podendo estes ser consultados no Apêndice D e no Apêndice F, respetivamente.

4.2. FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Com o intuito de desenhar um projeto capaz de responder às necessidades reais das pessoas é necessário construir uma finalidade, sentida como potencialmente transformadora. Desta finalidade devem surgir objetivos que orientem quer as estratégias a adotar, quer as ações a realizar. Aliás, segundo Ferreira e Bertão (2022, citados por Monteiro, et. al., 2024), é a finalidade de um projeto que orienta as ações e que dá intencionalidade ao trabalho. A finalidade deve almejar, por isso, o sentido de mudança e de valorização de cada um dos participantes, dando ênfase às suas potencialidades enquanto mecanismo de transformação (Monteiro, et. al., 2024).

O projeto “Ser tempo” tem por finalidade potencializar a vivência do acolhimento enquanto experiência segura e empoderadora. Deste modo, através deste projeto pretende-se criar um espaço seguro, que potencie as relações interpessoais e que promova a partilha, tendo por base a dinâmica que o próprio grupo pode assumir. Para que tal seja possível, o presente projeto conta com ações que visam responder aos objetivos traçados. Cada um destes objetivos tem subjacente estratégias e, é na interdependência destes aspetos que, de forma utópica, se pretende atingir a finalidade proposta. Deste modo, com o intuito de tornar a organização do projeto mais clara, as duas dimensões do projeto serão apresentadas em subcapítulos distintos.

4.2.1. INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM GRUPO

No que se refere ao primeiro eixo, relacionado com a intervenção psicossocial em grupo, importa referir que foi desenhado e perspectivado tendo por base os quatro problemas identificados e, de forma mais específica, os três primeiros, relativos ao sentimento de isolamento e solidão (P.1.), à ausência de espaços reflexivos que permitam a integração das experiências vivenciadas e a reflexão e projeção de um projeto de vida (P.2.) e ao desempoderamento das pessoas acolhidas e consequente perda de autonomia subjacente ao acolhimento (P.3.). Identificados os problemas e, depois da observação, escuta e reflexão, é possível identificar como causa comum a reduzida envolvência das pessoas nas dinâmicas e atividades da CA, o escasso sentimento de pertença (ao grupo) e o desenraizamento das pessoas que se encontram acolhidas. Na mesma linha de raciocínio e, depois de analisar os discursos e narrativas das pessoas que integram o contexto, é de destacar a causalidade existente entre este aspeto e a escassa oferta de momentos/atividades de lazer em grupo. Alicerçado nesta análise, destaca-se o reduzido número de parcerias estabelecidas com entidades externas à instituição e o elevado volume de trabalho associado à elevada mobilidade das profissionais que integram esta resposta. Deste modo, estes foram os indicadores privilegiados no desenho do projeto, tendo por base as necessidades reais manifestadas. É nesta linha de raciocínio que surge a necessidade de criar momentos que potenciem a envolvência do grupo, tendo sempre como finalidade melhorar a experiência individual e, por sua vez, grupal, do acolhimento nesta resposta. Na interação com as pessoas foi possível perceber que esta é uma necessidade real, tendo o grupo refletido sobre esta questão em diversos momentos. Destacam-se algumas das conversas intencionais, a

observação participante das rotinas e das interações que lhes estão subjacentes, os momentos de reflexão realizados em grupo e a presença nas sessões em parceria com o CAFAP. Da finalidade identificada e da contínua construção do conhecimento e reflexão sobre a realidade, são objetivos gerais e objetivos específicos desta primeira dimensão do projeto:

OG.1. Potenciar a participação das pessoas na dinâmica funcional da CA e na comunidade (P.1, P.2. e P.3.), tendo como OE: OE.1.1. Comunicar os seus interesses, as suas vontades e os seus desejos; OE.1.2. Resgatar os seus lugares de tomada de decisão, consciencializando-se para o poder da sua voz e OE.1.3. Mobilizar os recursos da comunidade e redes coconstruídas para momentos de lazer.

OG.2. Criar um espaço que potencie as relações e as trocas interpessoais e que diminua os conflitos existentes (P.1, P.2. e P.3.), tendo como OE: OE.2.1. Ampliar a sua rede de suporte social; OE.2.2. Criar espaços de partilha e de reflexão e OE.2.3. Refletir sobre a sua trajetória e perspetivar o seu futuro através da partilha de vivências.

OG.3. Potenciar a reflexão sobre a intervenção realizada e sobre as implicações para a vida das pessoas (P.4.), tendo como OE: OE.3.1. Criar um espaço seguro para escutar as pessoas; OE.3.2. Reunir/criar condições que promovam a participação das pessoas na dinâmica da CA e OE.3.3. Criar condições que permitam a intervenção individualizada com vista à valorização das histórias de vida.

Neste seguimento, para que os OG sejam alcançados é necessário encontrar estratégias que respondam, de forma clara, aos OE desenhados. Das estratégias utilizadas são de relevar as conversas intencionais, a observação participante, os exercícios de dinâmica de grupo e, sobretudo, a presença e integração nas rotinas das pessoas integradas na CA. Importa por isso afirmar que foram desenhadas e desenvolvidas atividades com vista a dar resposta aos OG e, de forma mais integrada, aos OE, sendo que estas atividades se integram em ações específicas. Foram desenhadas e desenvolvidas duas ações, nomeadamente: Ação 1– “Vamos?” e Ação 2 – “Vamos ser parceiros?”. Da primeira resultaram quatro atividades, mais concretamente: Atividade 1: “Vamos ao Cinema?”; Atividade 2: “Vamos à Festa?”; Atividade 3: “Vamos à Praia?” e Atividade

4: “Vamos Passear?”. Por sua vez, a segunda ação integra como dimensão da intervenção o estabelecimento de contactos com vista à realização de parcerias e protocolos.

Considerando a primeira ação, referente às atividades lúdicas e de lazer, importa referir que com cada atividade se pretendeu mobilizar o grupo através da participação em momentos lúdicos, permitindo abrir espaço para o convívio, para a partilha e para a criação de um espaço seguro, tendo por isso um caráter intencional muito específico. À exceção da primeira atividade, que decorreu nas instalações da CA, as atividades foram desenvolvidas no exterior, em espaços públicos. Nestes momentos de grupo foi priorizado o diálogo entre as participantes, utilizando esta ferramenta como forma de potenciar as relações interpessoais estabelecidas. Por terem decorrido fora do espaço da CA, em locais desconhecidos e abertos, a interação estabelecida assumiu um papel distinto, face àquela que é estabelecida no contexto restrito da CA. Estas atividades visam, por isso, responder às necessidades e problemas identificados, tendo por base a intervenção psicossocial direcionada para o grupo. Mais do que um conjunto de atividades, estes momentos foram sinónimo de intervenção psicossocial, dado que permitiram trabalhar as questões inerentes aos processos de tomada de decisão e de empoderamento. Aliás, há nestas atividades uma intencionalidade premente: envolver o grupo, potenciando a respetiva dinâmica relacional e criar espaços seguros onde as pessoas possam ressignificar as suas experiências.

No que diz respeito à segunda ação, direcionada para a criação de parcerias, é de realçar que os contactos efetuados tiveram na génese os interesses manifestados pelas pessoas acolhidas que, na sua maioria, se direcionavam para os momentos lúdicos e de lazer. Estes interesses foram manifestados quer nos momentos com o grupo, quer nas conversas intencionais, pelo que, partiram da vontade das pessoas acolhidas. A opção de participar ou não e de escolher o que fazer, como fazer e com quem fazer partiu, assim, das vontades expressas pelas pessoas, pelo que, a intencionalidade desta ação visa muito mais do que estabelecer contactos com entidades parceiras. Visa, sobretudo, incentivar as pessoas a participar na dinâmica da CA, incentivar as pessoas a fazer com que a sua voz seja ouvida e fomentar a autonomia, o empoderamento e o sentimento de pertença ao grupo e à CA, mesmo que por um período reduzido. Com esta ação pretendeu-se, sobretudo, criar um espaço onde as vozes das pessoas acolhidas fossem consideradas. Para o efeito, foram efetuados contactos, via email e chamada telefónica, com diversas entidades, entre elas, escolas de surf, parques temáticos para crianças e

museus/espços recreativos. Estes contactos tiveram como principal objetivo estabelecer parcerias que permitissem um trabalho contínuo entre a CA e as mais diversas respostas, permitindo às pessoas acolhidas participar em atividades desportivas e de lazer, visitar espaços e passar tempo de qualidade fora da CA, a título gratuito e/ou a valores simbólicos. No que concerne à participação da equipa nesta ação, é de realçar que demonstraram vontade em participar bem como, demonstraram recetividade em estabelecer estas parcerias. Todavia, todo este trabalho foi realizado de forma autónoma, dada a escassez de tempo por parte da equipa para integrar estes momentos de contacto com as entidades. Aliás, esta foi uma das dificuldades sentidas. Por não ser parte integrante do quadro da equipa da CA, quando era estabelecido o contacto com as instituições/empresas, era pedido uma formalização do pedido por parte da resposta. Este trabalho foi sendo adiado devido às alterações que foram ocorrendo na CA, entre elas a mobilidade das profissionais. Com esta ação pretendia-se não só reafirmar as vontades das pessoas acolhidas como, de forma paralela, promover a autonomia, as relações interpessoais e o empoderamento das pessoas.

Estava ainda prevista uma terceira ação, a desenvolver com a equipa e intitulada “Vamos parar, e escutar?”, direcionada, essencialmente, para o P.4. Esta ação tinha como objetivo problematizar junto da equipa as questões inerentes à intervenção, que objetivavam refletir em torno das implicações de dimensões mais próximas (e.g., mobilidade das profissionais, escassez de abordagens individualizadas e escassez da participação das pessoas na definição das regras e rotinas da CA) e dimensões distais (e.g., como sendo as questões macroestruturais, o financiamento da intervenção, a escassez de apoios financeiros que permitam o desenvolvimento de projetos de vida e as dificuldades de uma intervenção sustentada e sistémica). A necessidade desta ação surge do perceptível impacto e interferência destes indicadores no trabalho desenvolvido. Todavia, apesar de terem sido desenvolvidas conversas intencionais em torno destas questões, a ação acabou por não ganhar o mesmo espaço que as ações apresentadas anteriormente. Dos principais constrangimentos e limitações a elencar destacam-se dois, nomeadamente, a sobrecarga de trabalho destinada a cada profissional da equipa e a dificuldade, por parte da investigadora/interventora social em conseguir criar estes espaços reflexivos. Apesar de estes momentos reflexivos com a equipa serem perspetivados como essenciais, a sua concretização acabou por ocorrer de forma mais pontual e informal. Deste modo, importa referir que, apesar de existir disponibilidade e recetividade das profissionais para que tal acontecesse, a

elevada carga de trabalho associada às questões práticas de funcionamento da instituição acabou por condicionar a efetiva concretização destes momentos. Por sua vez, da parte da investigadora/interventora, existiu um obstáculo que condicionou o próprio rumo do projeto nesta dimensão: conseguir criar momentos reflexivos em torno da intervenção e da dinâmica da CA quando, diariamente, assistia ao excessivo volume de trabalho existente. No fundo, a dificuldade em criar estes momentos surge intrinsecamente associada ao facto de não querer que o tempo dedicado a estas sessões condicionasse e/ou limitasse o trabalho desenvolvido ou se constituísse como mais um elemento de carga laboral. Não obstante, existiu também alguma dificuldade em passar à equipa algumas ideias e perceções sobre o trabalho desenvolvido, na medida em que existia uma crença (por parte da investigadora), ainda que pontual, de que estes momentos poderiam gerar nas profissionais algum sentimento de confronto ou dúvida sobre as práticas inerentes à intervenção psicossocial nesta resposta.

Importa assim afirmar que, dependendo do rumo que estes espaços iriam tomar na rotina e funcionamento da CA, existia a hipótese de que estivessem presentes não só as profissionais como, também, as pessoas acolhidas. Esta presença justifica-se pelo facto de serem as pessoas acolhidas as principais vozes da dinâmica da CA. A sua inclusão nestes momentos seria não só benéfica para o melhoramento e aperfeiçoamento das dinâmicas da CA e das regras como, também, seria um momento de empoderamento, na medida em que teria subjacente o incentivo aos processos de tomada de decisão, de autonomia e de expressão. Esta possibilidade foi, no entanto, equacionada e repensada, dado que existia por parte de algumas das pessoas acolhidas resistência ao nível da expressão da opinião. No decorrer de algumas das conversas intencionais com algumas destas pessoas foram confidenciados aspetos que não eram do conhecimento da equipa. Quando se colocou a possibilidade de falar com a equipa sobre determinado assunto, a grande maioria das pessoas tendia a recusar fazê-lo. Estas partilhas surgiam frequentemente em torno das relações e dinâmicas estabelecidas entre as pessoas acolhidas e em torno das regras existentes na CA. Estes espaços reflexivos, apesar de não se encontrarem formalizados, foram tomando lugar nas conversas diárias com as profissionais. Apesar de não serem trabalhados temas em profundidade, os mesmos foram sendo abordados à medida que iam surgindo no dia a dia de trabalho da CA, pelo que, nas conversas intencionais houve a intencionalidade de o fazer.

Em suma, cada uma das ações apresentadas foi pensada e desenvolvida tendo por base os interesses manifestados, permitindo dar resposta às vontades e desejos das pessoas acolhidas na CA. Apesar de parecerem ações simples, é importante relevar que estas ações e, por sua vez, as respetivas atividades, se traduziram em mais do que simples saídas ao exterior ou momentos de grupo. Estas ações foram um ponto de partida para a estimulação da autonomia, da tomada de decisão, da expressão, do empoderamento, da confiança e do estabelecimento de relações interpessoais. Deste modo, cada um destes momentos teve subjacente um carácter intencional.

4.2.2. INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL INDIVIDUALIZADA

No que diz respeito ao segundo eixo do projeto “Ser tempo”, direcionado para a intervenção psicossocial individualizada, importa referir que este decorreu, separadamente, com duas das pessoas acolhidas na CA. Como evidenciado no quadro de sistematização referente à avaliação do contexto, o trabalho desenvolvido na CA está muito orientado para a vertente burocrática e logística inerente ao processo de acolhimento nesta resposta, pelo que, a intervenção de maior proximidade ocupa uma percentagem mais reduzida no trabalho desenvolvido. Este é assim um dos indicadores relevantes associado aos problemas identificados, em particular, ao P.1., ao P.2 e ao P.3. Importa enquadrar esta prática e modelo de intervenção tendo por base duas causas muito particulares e com grande influência: o extenso volume de trabalho atribuído a cada profissional e elevada mobilidade dos profissionais que integram a equipa desta resposta.

Esta intervenção psicossocial individualizada, alicerçada num acompanhamento de maior proximidade, foi uma das necessidades identificadas pelas pessoas, manifestada, sobretudo, na procura ativa por momentos individuais. Apesar de ser comum à grande maioria das pessoas acolhidas, o sentimento de isolamento e solidão manifestou-se, de forma mais profunda, nas pessoas que, por diversos motivos, se encontravam mais frequentemente em casa e que não se encontravam integradas no mercado de trabalho e/ou em contexto escolar. Neste sentido, foi perceptível esta procura por diversos elementos do grande grupo, todavia, por questões distintas (questões associadas ao tempo e à disponibilidade, entre outras) este acompanhamento direcionou-se, de forma mais aprofundada, para duas das pessoas em regime de acolhimento. Estes acompanhamentos de proximidade tiveram como fio condutor o suporte social, educativo e emocional, pelo que, definiu-se como objetivo: OG.4. Potenciar a integração de experiências

passadas e perspetivar o futuro (permite responder ao P.1., P.2., e P.3.), tendo como OE: OE.4.1. Valorizar a história e o percurso de vida; OE.4.2. Expressar as suas perspetivas, fazendo uso do seu poder de decisão e OE.4.3. Compreender a dinâmica da violência e as implicações desta na autoestima e no desempoderamento. Com vista a responder aos objetivos apresentados, foram realizados diversos momentos individuais com Hortênsia e com Violeta, as duas pessoas que integraram este segundo eixo de intervenção. Aliás, a criação destes momentos foi uma das estratégias utilizadas para o desenvolvimento de cada uma das intervenções psicossociais. Através destes momentos pretendeu-se, sobretudo, criar espaço para a transformação, tendo por base um espaço seguro para a partilha.

A intervenção psicossocial voltada para Violeta teve na génese o acompanhamento social e educativo. Das necessidades identificadas ao nível da intervenção são de destacar o reforço dos momentos individuais com vista ao empoderamento. Com estes momentos pretendeu-se criar espaço para trabalhar as questões relacionadas com a valorização dos recursos individuais, mais concretamente, em termos de autoestima, autoconfiança e autoconceito. Pretendeu-se, ainda, criar um espaço onde fosse possível trabalhar o poder de decisão e a voz ativa, nomeadamente, ao nível dos processos de tomada de decisão inerentes à trajetória de vida. Por sua vez, na intervenção psicossocial direcionada para Hortênsia, o trabalho desenvolvido passou pelo acompanhamento educativo. O principal fio condutor foi o suporte dado no processo de término do ensino secundário e na preparação para o ingresso no ensino superior. Este foi o mote para os momentos individuais com Hortênsia que, rapidamente, se tornaram num espaço de partilha de anseios, medos e dúvidas. Este espaço, pautado pela reflexão sobre as diversas mudanças que estavam a ocorrer na sua vida, foi palco para trabalhar a gestão de expectativas, a ansiedade e a própria ambivalência da transição entre o ensino secundário e o ensino superior.

Estas foram as duas caminhadas individuais realizadas no âmbito do segundo eixo deste projeto, alicerçadas na segurança, confiança, entrega, partilha, respeito e reciprocidade. Sem estes alicerces não seria possível dar seguimento a esta caminhada. O projeto “Ser tempo” é, assim, o desenho de relações que foram criadas através da presença no contexto e, sobretudo, através do tempo. Foi o tempo destinado a cada uma das pessoas envolvidas que permitiu conhecê-las e criar relações significativas.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

Um projeto de EIS, tendo por base a metodologia IAP, requer uma contínua coconstrução do conhecimento sobre a realidade e requer abertura para refletir sobre este mesmo conhecimento. É através da disponibilidade das pessoas para conhecer e refletir que é possível “responder aos problemas dos indivíduos, promovendo, através de ações, o seu bem-estar, e na necessidade, com esta atitude, de promover o conhecimento da ação por si” (Cardoso & Moreira, 2017, p. 104). Neste sentido, o desenvolvimento do projeto “Ser tempo” teve como voz privilegiada a voz das pessoas que aceitaram refletir sobre a experiência do acolhimento e sobre as suas vidas. Para o efeito, foi respeitado o tempo de cada uma das pessoas e as suas vontades, bem como, o desejo de embarcar (ou não) nesta caminhada. Deste modo, é possível encontrar no Apêndice G o quadro síntese do trabalho desenvolvido.

5.1. INTERVENÇÃO GRUPAL

Considerando o primeiro eixo do projeto, direcionado para a intervenção psicossocial em grupo, foram desenvolvidas quatro atividades integradas na ação “Vamos?”, nomeadamente: “Vamos ao Cinema?”; “Vamos à Festa?”; “Vamos à Praia?” e, por fim, “Vamos Passear?”. Cada uma destas atividades contou com a minha presença e com a presença de algumas das pessoas acolhidas na CA, incluindo mães e crianças. Estes momentos partiram das sugestões dadas pelas pessoas nas conversas intencionais e resultaram numa tarde de cinema em casa, numa ida a uma festa popular, num passeio à praia e num passeio pela cidade do Porto. O desenvolvimento desta ação teve na sua génese a possibilidade de dar resposta aos OG e aos OE traçados no capítulo anterior. Mais do que atividades, estes momentos assinalaram marcos importantes de um processo contínuo e errático de partilhas e momentos reflexivos que ocorreram ao longo do tempo. Foi a partir da integração gradual no contexto que foi possível criar relações de confiança e proximidade com as pessoas e que, por sua vez, surgiram partilhas pessoais.

A criação e desenvolvimento destes momentos em grupo partiu da necessidade de dar resposta aos problemas identificados. Mais do que criar momentos de convívio, pretendeu-se criar um

espaço coeso e seguro no seio do grupo que potenciasses a criação e manutenção de relações interpessoais que permitissem aos elementos do grupo encontrar um local seguro e de pertença. Deste modo, estes momentos de convívio foram mais do que meros instantes de socialização, foram pontes para a partilha, para a descoberta, para a reflexão, para a esperança e para a resignificação. Foi através da dinâmica do grupo que foi possível abordar diferentes temas, desde as preocupações do dia a dia aos anseios inerentes ao percurso do acolhimento. Foram partilhados sonhos, medos, desejos e expectativas. Foi nas conversas informais, realizadas também em contextos informais, que foi possível aprofundar temas que até então não tinham um espaço específico para serem trabalhados, tais como a vivência do abuso, a preocupação com os filhos/as e as decisões sobre o futuro. Estes momentos deram o mote para que o grupo se conhecesse de forma mais aprofundada, emotiva e, sobretudo, empática.

Se até então as vivências passadas e a caminhada de vitimização inerente aos processos de VD eram temas fechados em gavetas, foi a partir destes momentos em grupo que se começaram a abrir as gavetas. Cada uma destas gavetas estava preenchida de mágoas, de sofrimento, de medo, de angústia e de desesperança. Não foi fácil abrir cada uma destas gavetas e verbalizar aquilo que magoa e que ainda está em ferida, todavia, foi a partir destes momentos de grupo que cada um dos seus elementos, de livre e espontânea vontade, decidiu partilhar. Foram partilhados percursos de sofrimento, conquistas, receios, aprendizagens e planos para o futuro. As partilhas sobre o que estava a acontecer em determinado instante foram-se cruzando com as partilhas relacionadas com o sentimento de impotência sobre o futuro, com o sentimento de angústia pela falta da família, com o medo em não conseguir encontrar trabalho, com a baixa autoestima, com a baixa autoconfiança e, sobretudo, com a necessidade de exteriorização de tudo o que, naquele momento, estava a acontecer. A primeira partilha não foi fácil e demorou o seu tempo a tomar lugar, mas, pouco a pouco, foram surgindo as partilhas e, em consequência, processos de identificação. O próprio sentimento de pertença ao grupo foi aumentando de forma gradual como, aliás, as próprias relações estabelecidas. Estes momentos foram transformadores não pela execução da atividade em si, mas, sim, pelo sentimento de proximidade, confiança e empatia que destes momentos surgiu. Importa, por isso, apresentar e descrever cada uma destas atividades, tendo sempre como princípio o sigilo profissional, motivo pelo qual não serão divulgadas nem exploradas as partilhas mais pessoais e sensíveis.

A primeira atividade, denominada de “Vamos ao cinema?”, ocorreu em março de 2024 e teve lugar nas instalações da CA. Como referido anteriormente, surgiu no âmbito de conversas intencionais previamente estabelecidas com as pessoas, onde surgiu a ideia de uma tarde de cinema. Apesar de existir já esta vontade expressa, existiu a necessidade de perceber junto das pessoas acolhidas se sempre queriam participar e como gostavam de organizar esta tarde. De forma complementar, questioneei a equipa sobre a possibilidade de utilizar um dos espaços da CA e os recursos da instituição. Depois de fazer o levantamento da informação, divulguei os detalhes da sessão num cartaz informativo, colocado no refeitório da CA (que pode ser consultado no Apêndice H). Para garantir que todas as pessoas que demonstraram interesse teriam a oportunidade de estar presentes, a data foi ajustada consoante as disponibilidades. Ao perceber o interesse das pessoas neste momento em particular, decidi direcionar a sessão para um momento que incluísse tanto as mães, como as crianças. Este foi um aspeto que levou ao condicionamento da escolha do filme, dado que teria de ser direcionado para diferentes faixas etárias. Ciente desta questão procurei perceber junto das pessoas quais seriam os seus interesses, tendo sido eleito um filme da Disney, o filme “Encanto”. Este filme retrata a história de uma família, tendo como principal fio condutor a importância dos laços nas relações interpessoais e o empoderamento feminino, de uma forma leve, dinâmica e apelativa. Apesar de este ser um momento de lazer, a escolha do filme teve uma intencionalidade específica: trabalhar o sentimento de pertença ao grupo e o próprio empoderamento das pessoas que o compõem, abrindo espaço para a reflexão. Aliás, este momento teve um objetivo muito claro: escutar as pessoas, escutar os seus planos e escutar as suas sugestões e ideias. Pretendeu-se, acima de tudo, que as pessoas sentissem que aquilo que queriam e que escolhiam tinha valor e era escutado, tentando assim, por esta via, envolver e potenciar a participação das pessoas na rotina da CA, mesmo que de forma tão informal e dinâmica.

Reunidas todas as condições para que este momento se realizasse, preparei a sala para receber as pessoas. Organizei o espaço de forma a torná-lo mais acolhedor, com colchões, almofadas e mantas. Escureci a sala com o intuito de a tornar o mais próxima possível de uma sala de cinema e organizei um lanche, envolvendo, para o efeito, alguns dos elementos da equipa na respetiva preparação. Preparada toda a sala, as pessoas começaram a chegar. Do lado de fora da sala iam olhando com curiosidade para o interior da sala e, antes da hora marcada, já aguardavam no exterior. Participaram Luís, Leonor, Dália, Camélia, Jasmim, Zélia, Papoila e Dinis. Mais tarde,

chegou Violeta, com os seus filhos, Inês e Ricardo. Ao entrar na sala, cada uma das pessoas escolheu o lugar onde queria ficar e, no decorrer do filme, houve espaço para o diálogo e para a partilha. No momento em que entraram na sala, Leonor referiu “Uau, temos direito a pipocas e suminho”. Por sua vez, Dália afirmou: “Com esta chuva sabe bem estar cá dentro com cinema, quem está mal é quem está na rua agora com chuva”. Estas duas partilhas foram muito interessantes porque demonstraram que este cuidado com as pessoas, pensado ao pormenor, não é algo frequente nas práticas. Aliás, foi notável o ar de admiração das pessoas quando entraram no espaço. Numa outra perspetiva e, tendo em consideração a segunda partilha, é possível afirmar que a CA pode (e deve) ser um espaço confortável, cuidado e próximo das pessoas e que, mesmo através de simples gestos, podem ser potenciados os processos de ressignificação e de empoderamento.

No decorrer do filme fomos partilhando, de forma descontraída, o que se ia passando, o que fez com que fossem trabalhados outros temas. Foi perceptível a boa disposição que se sentia, através das gargalhadas, do olhar atento sobre o filme e da expressão. Aliás, no decorrer do filme Papoila partilhou “Há muito tempo que não vou ao cinema” e, ao abrir espaço para o diálogo, Leonor referiu que aquele momento tinha servido “para nos rirmos um pouco e esquecermos algumas coisas”. Tendo por base esta segunda partilha, é notória a importância do grupo e dos momentos informais e de convívio/lazer, na medida em que são um mecanismo facilitador da interação e da criação e manutenção de laços e de relações de confiança. Foi a partir de uma das cenas do filme que falamos sobre a importância do estabelecimento de relações interpessoais saudáveis, onde predomine o respeito pelo outro. Com este momento reflexivo pretendeu-se pensar não só nas relações interpessoais futuras e nos respetivos alicerces que devem estar presentes como, também, nas relações interpessoais do passado e naqueles que foram os indicadores que não sustentam e tornam coesa uma relação. Ao abrir espaço para a partilha que, com o passar do tempo se tornou mais ativa e evidente, foi trabalhado o próprio sentimento de pertença ao grupo, tendo sido manifestado o interesse em perpetuar estes momentos (Jasmim: “Foi uma tarde diferente, podemos fazer mais vezes”).

O filme teve a duração de cerca de uma hora e meia, mas acabamos por ficar mais uma hora a conversar sobre o filme. Reparei que aquando do seu término, as pessoas não se levantaram do lugar, permanecendo nos colchões. Dália, Camélia, Papoila e Leonor acabaram por assumir uma

postura mais participativa. Por sua vez, surgiu o tema da ocupação dos tempos livres e, quando questionei o grupo sobre “O que é que gostavam de fazer aqui na CA ou lá fora?” obtive as seguintes respostas: Dália: “Eu gostava de fazer isto mais vezes, até gostava de fazer umas massagens aqui (...) até gostava de uma zumba”; Leonor: “Gostava de fazer umas caminhadas e um piquenique, com música para dançarmos”; Violeta: “Eu gostava que houvesse um *personal trainer* para treinarmos” e Papoila: “Tenho o colesterol alto e deixei a academia, gostava de fazer exercício na passadeira, mas não sei como é que essa funciona”. No decorrer do debate consegui perceber o interesse das pessoas pelas atividades artísticas e desportivas, tendo sido evidenciado particular interesse por realizar atividades em grupo. Aliás, uma das atividades sugeridas por Leonor foi um “grupo de caminhada”, tendo Dália sugerido ir “andar juntas à praia como costumamos ir”. Foi também referida a natação como sendo uma atividade de interesse, nomeadamente por Leonor, por Papoila e por Camélia. Dália colocou ainda a possibilidade de colocar na sala de desporto vídeos de ginástica para fazerem em conjunto os exercícios.

No final, Leonor, Dália, Papoila e Violeta, mesmo sem nenhum pedido expresso, tomaram a iniciativa de arrumar a sala e de distribuir tarefas para me ajudar, tendo agradecido pela iniciativa (Camélia: “Obrigada por esta iniciativa, gostei muito”) e demonstrado interesse em realizar mais vezes estes encontros. Este foi um aspeto muito interessante, dado que, se verifica uma resistência geral por parte das pessoas acolhidas em cumprir e realizar as tarefas domésticas definidas pela equipa. É comum as pessoas demonstrarem insatisfação com as tarefas e, por isso, demonstrarem alguma resistência em executá-las, sendo necessária a intervenção da equipa para que estas tarefas sejam concretizadas. Todavia, neste momento em particular, as pessoas mobilizaram-se de livre e espontânea vontade para arrumar e limpar o espaço, organizando-se em grupo.

Abordada por um dos elementos da equipa, que me questionou sobre a atividade e sobre a minha perspetiva sobre o que se tinha passado, foi referido o seguinte: Diretora Técnica “elas não estavam à espera de tanto”. Considerando esta partilha e, tendo por base a própria dinâmica e funcionamento da CA, importa referir que esta expressão surge associada ao próprio modelo de intervenção perpetuado. Este momento lúdico e de lazer não é um acontecimento comum nesta resposta. As pessoas não dispõem de momentos de convívio que lhes permitam criar relações interpessoais e sentir-se parte integrante de um espaço e de um grupo. Esta abordagem permitiu

falar, de forma intencional, sobre a importância de envolver as pessoas na definição das rotinas, permitindo e valorizando os processos participativos. É a crescente participação e democratização das decisões que estão subjacentes ao processo de acolhimento que empodera e autonomiza as pessoas, tendo este momento de reflexão surgido de forma intencional.

Neste seguimento, considero que este momento foi importante, dado que, potenciou a participação e o envolvimento do grupo. Apesar de terem surgido alguns constrangimentos ao nível dos recursos audiovisuais, nomeadamente a nível do som, considero que esta tarde deu mote para que a participação das pessoas na dinâmica da CA. Senti que as pessoas estavam confortáveis e que estavam, acima de tudo, abstraídas do mundo “lá fora”. Senti, ainda, que as pessoas se aperceberam e reconheceram que aquele momento tinha sido pensado para elas e que as vontades e interesses manifestadas tinham sido considerados. A própria preparação do espaço foi pautada pela intencionalidade de representar, naquele momento, os desejos das pessoas. Nos dias seguintes, senti que o grupo estava mais unido e que a própria comunicação tinha melhorado. As pessoas demonstraram estar mais recetivas e participativas o que fez com que a própria dinâmica do grupo se tornasse mais fluída. Foi perceptível, ainda, uma maior abertura para o diálogo e para a partilha. As pessoas foram relembrando esta atividade e foram demonstrando que tinham gostado da mesma, pedindo para repetir.

A segunda atividade, intitulada “Vamos à festa?” teve lugar em maio de 2024. A realização desta saída da CA partiu da necessidade de criação de espaços de partilha e de convívio. Deste modo, uma das ideias que surgiu foi a visita a uma festa popular muito conhecida na zona norte do país. Este foi um passeio que já tinha sido sugerido por algumas das pessoas que integram a CA e que, por isso mesmo, foi concretizado dentro dos moldes que tinham sido perspetivados pelas pessoas. Deste modo, para que todas as pessoas estivessem informadas e soubessem os pormenores deste passeio decidi colocar previamente no refeitório, um cartaz alusivo à saída (Apêndice I). Enquanto colocava o cartaz, algumas das pessoas chegavam para o lanche e, de forma entusiasmada, referiram: Dália: “Ai que bom (...) eles vão poder andar nos divertimentos?”; Carlota: “Eu vou, já levei os meninos lá e eles gostaram” e Jasmim: “O Miguel gosta de tudo o que seja para brincar por isso vai gostar de ir”. Foi por isso perceptível o entusiasmo e a vontade em participar nesta atividade.

Chegado o dia do passeio, fui recebida por Miguel que já se encontrava na porta à minha espera, tendo o mesmo referido “Eu sabia que tu vinhas, eu sabia, eu disse”. Esta partilha sugeriu que Miguel confiava em mim e que sabia que o passeio se iria realizar. Foi uma receção calorosa onde foi perceptível a vontade em participar. Depois de me ter juntado ao grupo de participantes que decidi vir, partimos em direção à festa. Para além de termos andado num dos inúmeros divertimentos, paramos para lanchar e, no final, conversamos sobre aquele tarde. Através da partilha percebi que tinham gostado deste passeio e que existia interesse em perpetuar estes momentos de grupo (Jasmim: “Podíamos ir um dia ao cinema, mas, só nós as mães (...) até podíamos ir àquele museu ali na rua” ; Violeta: “Eu gosto é destas atividades e de poder sair”; Miguel: “Podemos ficar só mais um bocadinho?”). Percebi, ainda, de forma reforçada, a necessidade existente em sair da CA e em ter uma rotina que incluía momentos fora desta resposta. Senti que as pessoas tendem a não tomar iniciativa para sair da CA porque, para além do difícil percurso que estão a percorrer, vão perdendo autonomia. Esta autonomia não é um aspeto que seja trabalhado e/ou reforçado, pelo que, as pessoas vão perdendo o contacto com o mundo exterior e com o que se passa fora da CA. Apesar de reconhecerem e manifestarem interesse em sair e em realizar atividades no exterior, tendem a não o fazer a título individual, pelo que esta saída demonstrou ser um mecanismo importante para incentivar as pessoas a fazê-lo. Este momento serviu para me aproximar ainda mais do grupo e, em particular, para me aproximar das pessoas que participaram no passeio. Consegui perceber a dinâmica distinta que existe entre a interação dentro da CA e a interação fora dela. As pessoas tendem a estar mais disponíveis, mais extrovertidas e com maior abertura para o diálogo e para a partilha. As partilhas tendem, por isso mesmo, a ser mais espontâneas e profundas, na medida em que o próprio espaço e contexto não é fechado e rígido. Jasmim foi uma das pessoas que mais me surpreendeu, dado que tende a ficar pelo quarto e raramente participa nas atividades. Aliás, quando sugeri este passeio a resposta que obtive de Jasmim foi “eu acho bem, mas vem só você connosco, não vem? É mesmo só você, não é?”. Esta foi, aliás, uma partilha muito interessante porque demonstrou, de certa forma, que Jasmim estava confortável com a minha presença e que confiava em mim, o que demonstra a criação de uma relação de maior proximidade.

Relativamente à terceira atividade (“Vamos à praia?”), importa referir que a realização do passeio pela praia (em junho 2024) teve lugar por iniciativa de Violeta e de Jasmim, nomeadamente, numa das conversas tidas num momento de reflexão. Em conversa sobre aquilo que gostariam de fazer,

surgiu a ideia de passear pela praia. Combinamos, por isso, um passeio pela praia, que ficou agendado para o dia seguinte no período da manhã. Violeta e Jasmim confidenciaram que não costumavam sair de casa e que sentiam falta desses momentos e, quando questionei o lugar que gostariam de visitar, sugeriram um passeio matinal pela praia. No dia do passeio, ao chegar à CA, verifiquei que se encontravam em casa as seguintes pessoas: Diana e a filha Susana, Camélia e a filha Hortênsia, Jasmim, Papoila, Violeta e Dália. Como não tinha tido oportunidade de convidar algumas das pessoas para o passeio, acabei por fazê-lo naquele momento. Susana, filha de Diana, manifestou muito interesse em ir, tendo referido, por diversas vezes, “mãe, eu quero muito ir, vamos à praia, anda lá, anda lá”. Todavia, depois de estabelecer contacto com Diana percebi que, apesar de querer ir, tinha medo de sair da CA. À data, Diana e Susana estavam acolhidas na CA há cerca de duas semanas e ainda não tinham saído de casa. Diana (reportando-se ao alegado agressor) referiu que “ele tem amigos que trabalham por aí e não sei quem são, se ele sabe que estou aqui vem atrás de mim”. Neste seguimento, agradeceu o meu convite, lamentando não vir connosco. Este foi um dos aspetos que me fez refletir sobre o modelo de intervenção em VD e, em específico, nas respostas de CA. Para além de ser perceptível o sentimento de insegurança, é perceptível o sentimento de impotência. Se por um lado a pessoa vítima de VD sai do seu meio de origem para que seja possível criar condições de segurança e de proteção, por outro lado, mesmo num contexto novo e, aparentemente seguro, continua a sentir-se desprotegida e com medo. Este sentimento condiciona a forma como encara o próprio percurso de acolhimento e a forma como reorganiza e usufrui do seu poder de decisão. Aliás, apesar de ser crucial a integração das pessoas na comunidade e no mercado de trabalho as pessoas vítimas de VD tendem, muitas vezes, a ficar à margem, esquecidas. A este facto acresce o próprio modelo de intervenção no âmbito da saúde, em particular, da saúde mental. As primeiras consultas e os posteriores acompanhamentos não acompanham o ritmo e tempo das pessoas, o que faz com que estas não beneficiem de um acompanhamento ajustado e adequado que lhes permita fazer face a estas questões. O sentimento de medo e de angústia e a própria ansiedade e isolamento deles decorrente não é trabalhado de forma contínua e ajustada, o que potencia um terreno fértil para a própria experiência em doença mental e para a instabilidade emocional e social.

Por seu turno, enquanto estabelecia contacto com as pessoas, encontrei Camélia, que se encontrava-se de folga e, por esse mesmo motivo, estava por casa. Quando me viu agarrou-se a mim, perguntando como estava e se estava tudo a correr bem. Aproveitei este momento para

conversarmos sobre os meus últimos dias na CA. Camélia demonstrou admiração, afirmando “a sério? tem ajudado tanto (...) a Hortênsia tem-me dito que tem passado várias vezes lá pelo quarto para ajudá-la” e “eu gostava de agradecer a toda a gente o que fazem cá por nós, mas a si em particular, um dia ainda a vou ver na televisão vai ver”. Deste modo, falamos da minha saída e dos passos seguintes a dar. Consegui perceber pelo discurso de Camélia que tinha como foco principal estabilizar a sua vida e a das suas filhas e, de seguida, procurar uma casa para as três, de forma a reorganizar-se. Aproveitamos ainda para falar sobre a sua recente entrada no mercado de trabalho e sobre como tudo estava a ocorrer e como se sentia. A conversa terminou com um abraço e com palavras de carinho. Relativamente ao passeio até à praia, Camélia referiu que, por estar a atravessar um momento mais delicado (por questões de saúde), iria ficar por casa, agradecendo o convite. De seguida, fui convidar Hortênsia, que referiu não poder vir porque iria ter um teste *online*. Por sua vez, também Papoila não conseguiu estar presente, dado que, naquele mesmo momento tinha uma reunião agendada na escola do filho Dinis. Nesse mesmo momento chegou Violeta a casa, referindo “não vou mesmo conseguir ir, desculpa, o Ricardo passou a noite toda sem dormir e eu não dormi nada, vou descansar um pouco (...) não sei o que se passa com ele, ultimamente acorda assim a meio da noite e nada o consola, só chora, não tenho conseguido dormir”. Tranquilizei-a e pedi que ficasse a descansar, referindo que mais tarde passaria pelo quarto para ver como estava e que iriam existir outras oportunidades. Neste seguimento, ao ir ao encontro de Jasmim ao quarto percebi que já estava quase pronta para o nosso passeio, pelo que, enquanto esperava, fui ter com Dália. Dália demonstrou muita vontade em vir, dizendo “dá 5 minutinhos e já desço, que vou sair daqui”. Acabei por aguardar por Jasmim e por Dália no andar de baixo.

Depois de estarmos prontas, saímos e fomos em direção à praia. Jasmim é que “comandou”, pelo que acabamos por ir por onde ela indicava. Pelo caminho fomos falando de muitos assuntos. Todavia, por estarmos numa zona de restauração acabamos por falar sobre comida. Falamos sobre as nossas comidas favoritas e sobre aquelas que não gostávamos, falamos sobre o que gostaríamos de provar, sobre os restaurantes que gostávamos de visitar e terminamos o assunto a falar sobre a comida que costumam servir na CA. Pelo discurso, fui percebendo que são mais os dias em que não apreciam a comida do que os dias em que apreciam. Tendo surgido este tema, decidi abordar a questão da importância da voz ativa e da participação, com o intuito de que percebessem que o que sentiam e pensavam era algo importante. Incentivei-as, por isso, a

apresentar melhorias para as refeições, onde fosse possível valorizar aquilo que mais gostavam e que menos gostavam. Aproveitei para lhes transmitir que todo o trabalho a desenvolver deveria ser em torno das suas necessidades e interesses, pelo que, ninguém melhor do que elas mesmas para falar sobre aquilo que menos gostavam, sobre aquilo que valorizavam e sobre aquilo que gostariam de mudar. Este foi o principal fio condutor e a principal intencionalidade inerente a este momento. Todavia, apesar de considerar que este aspeto deveria ter sido trabalhado com a equipa, acabou por não ser possível fazê-lo. Esta impossibilidade deu-se, essencialmente, pela inexistência de um momento e espaço para o fazer. Como foi apresentado anteriormente, uma das limitações inerentes a este projeto remete para a dificuldade em conseguir conciliar o projeto com a própria dinâmica de trabalho na CA, pelo que, um dos motivos que fez com que esta informação não fosse transmitida à equipa foi o facto de não querer que este se constituísse como mais um trabalho acrescido. Paralelamente, existiu ainda o receio de estar a colocar em causa as práticas da instituição. Chegadas à praia fomos, a pedido de Jasmim, até perto do mar. Acabamos por lá ficar a apreciar o mar e a falar das praias que já tínhamos visitado. Dália partilhou histórias sobre o seu país, enquanto ambas fotografavam o mar. No percurso de regresso, acabamos por falar sobre este momento e sobre a experiência, tendo surgido na conversa os sítios e lugares que gostariam de visitar. Dália falou na possibilidade de irmos conhecer a zona histórica do Porto, tendo por isso surgido a ideia de uma ida de autocarro até lá. Neste sentido, Jasmim acabou por referir “eu bem que podia vir até aqui quando estou sozinha, ou até vir lanchar cá fora, mas é difícil para mim sair de casa, só saio quando estou com o Miguel”. Dália aproveitou, também, para fazer uma partilha “eu gostei deste momento, gosto de tudo o que seja para sair, sabe bem ver o mar, obrigada por se ter lembrado de nós e de vir connosco aqui”. Estas partilhas vieram reforçar a necessidade de uma intervenção mais centrada nos interesses e desejos das pessoas, em detrimento de uma abordagem convencional e padronizada.

Por fim, a quarta atividade, com o nome “Vamos passear?”, marcou o término da minha presença no contexto e teve lugar no final de junho. À semelhança dos momentos que se têm vindo a perpetuar ao longo deste tempo no contexto e, com vista a marcar o término da minha presença na rotina das pessoas e na CA, decidimos passear pela zona histórica da cidade do Porto. Este passeio foi organizado tendo por base o interesse manifestado numa conversa anterior com as pessoas, que demonstraram interesse em visitar a cidade, algo que ainda não tinham conseguido realizar. Para o efeito, foi construído um cartaz com o respetivo convite, que pode ser consultado

no Apêndice J. Este passeio foi, assim, o culminar de um percurso que fomos coconstruindo estes meses. Éramos no total 12 pessoas. Para além de mim, participaram no passeio Camélia, Catarina, Hortênsia, Jasmim, Miguel, Dália, Papoila, Dinis, Susana, Diana e Carlota. Quando cheguei à CA percebi que as pessoas estavam entusiasmadas com este passeio. Algumas já se encontravam no terraço da CA reunidas, enquanto outras estavam nos quartos a prepararem-se. O Miguel, mal me viu, veio logo agarrar-se a mim e deu-me um abraço, dizendo “a mãe está lá em cima e disse que era só mais uns minutinhos”. Já a Susana, ao ver a reação de Miguel, pediu-me um abraço. Subi ao andar dos quartos e visitei os espaços comuns com o intuito de perceber se existiria alguém que não viria. Encontrei a Carlota na cozinha multiusos que, por estar preocupada com o filho António (que estava a passar férias com o pai), se encontrava muito agitada. Pelo seu discurso percebi que estava desorientada, preocupada e com medo (devido a uma situação que tinha ocorrido minutos antes). Tentei tranquilizá-la e, posteriormente, pedi que me acompanhasse até ao quarto para que fosse possível ajudá-la. Depois de resolvida a situação e depois de a ter tranquilizado, Carlota demonstrou vontade em vir. Enquanto isso, já o grupo estava à minha espera no pátio e, quando consegui reunir todas as pessoas neste espaço, demos início à saída da CA.

Por sermos um grupo relativamente grande, o trajeto até aos transportes foi realizado em pequenos grupos de pares. Fui passando pelos diversos subgrupos e, depois de comprados os bilhetes e de aguardarmos a chegada do autocarro, iniciamos a viagem. Este foi um momento particularmente interessante, dado que foi aqui que, efetivamente, começou a maior interação entre os elementos. Dália ia contando histórias engraçadas e soltavam-se gargalhadas no autocarro. Por sua vez, Hortênsia, Catarina e Camélia encontravam-se mais distanciadas do grupo e menos comunicativas. A meu lado ia Miguel e, do outro lado, Papoila com Dinis ao colo e Jasmim. Já atrás seguia Dália e Carlota. Mais atrás estavam Susana e Diana, Camélia e Hortênsia e, Catarina. No percurso, acabei por estar em maior interação com Papoila, que me confidenciou “Andreia está a ver o Dinis, não sabia que ele ficava tão calmo a andar de autocarro, quando ele estiver mais agitado já sei o que vou fazer, vou chamá-la para irmos andar de autocarro”. Por sua vez, Jasmim e Dália iam captando fotografias dos lugares pelos quais íamos passando.

Chegadas ao destino do passeio, sendo este destino definido pelas pessoas, que escolheram em que paragem queriam sair, incentivei o grupo a construir o próprio roteiro da viagem. Incentivei as

peessoas a guiarem o caminho, com o intuito de que fossem elas mesmas a escolher as ruas pelas quais queriam seguir e os lugares que gostariam de visitar. Naquele momento, o principal objetivo era chegar a uma vontade grupal, tendo em consideração as vontades individuais. Foi essa principal intencionalidade subjacente à inexistência de uma rota pré definida. Aliás, um dos aspetos interessantes subjacente a este momento foi o facto de, quer nos dias que antecederam a esta saída, quer no próprio dia da saída, terem surgido muitas questões: “Mas vamos por onde?”, “O que é que vamos fazer? Lá no convite não diz”. Mesmo com este grau de imprevisibilidade, as pessoas aceitaram participar e, sobretudo, organizaram-se em grupo, verificando-se um nível de coesão e de partilha consideravelmente diferente dos primeiros momentos em que as observei na CA. Deste modo, começamos por visitar a ribeira e por lá ficamos uns minutos. Seguimos para perto da ponte Luis I, onde paramos para apreciar um espetáculo de música e dança que estava a decorrer. Jasmim dirigiu-se a mim dizendo “o Miguel pode tirar uma foto consigo? é para recordação”. Tiramos a foto e, como já estava a ficar perto da hora do lanche e, por sugestão de algumas das pessoas, fomos lanchar. O local escolhido foi o Mc Donald’s, onde acabamos por ficar até ao final da tarde e, até à hora de regresso à CA. Quando chegamos à CA recebi muitos abraços e mensagens de agradecimento. Hortênsia, Camélia e Catarina tinham saído umas paragens antes para ir ao supermercado e, quando regressaram, eu ainda lá estava. Camélia referiu “ai doutora, ainda bem que ainda está cá, a Hortênsia reclamou tanto comigo por não se ter despedido de si (...) é que saímos do autocarro a correr e ela nem percebeu que já não ia estar mais consigo, ainda bem que ainda a apanhamos cá”. Enquanto isso, Catarina e Hortênsia abraçavam-se a mim. Por ter tido uma relação de maior proximidade com Hortênsia, acabei por ficar a falar com ela durante mais tempo, desejando-lhe as maiores felicidades e felicitando-a por tudo o que tinha conseguido até àquele momento. Aproveitei para reforçar a ideia de que acreditava que ela iria conseguir obter boas notas nos exames nacionais e que iria conseguir entrar no seu curso de sonho. Foi neste preciso momento que Dália me disse “é a minha doutora preferida”. Foi um momento particularmente intenso e emocionante.

Por fim, importa referir que, paralelamente ao trabalho desenvolvido em contexto de projeto, foram realizadas algumas atividades pontuais, nomeadamente, para celebrar momentos festivos. A apresentação destas atividades pode ser consultada no Apêndice L e no Apêndice M do presente relatório. A descrição destas atividades não faz jus àquilo que foi partilhado e àquilo que foi vivido. Estes momentos foram bem mais do que meras atividades, foram espaços

reflexivos, foram uma oportunidade para falar sobre a família, sobre a mágoa, sobre os percursos de violência, sobre os sonhos e, essencialmente, sobre a vida. No entanto, por uma questão de proteção, segurança, anonimato e suscetibilidade, as partilhas mais pessoais não serão apresentadas nem discutidas no presente relatório. Apesar de serem apresentadas as quatro atividades, o projeto teve como principal palco os momentos informais e a intencionalidade de proceder a uma intervenção psicossocial distanciada do modelo tradicional e convencional de intervenção, pelo que, todos os dias de presença no contexto foram dias repletos de momentos individuais e de grupo e, conseqüentemente, dias repletos de partilhas pessoais.

5.2. INTERVENÇÃO INDIVIDUALIZADA

O segundo eixo do projeto centrou-se no desenvolvimento de duas intervenções psicossociais individuais realizado com a Violeta e a Hortênsia. Esta necessidade foi identificada quer por mim, quer por cada uma destas pessoas. Estes dois acompanhamentos seguiram rumos distintos, consoante as necessidades e o trabalho desenvolvido com e para cada uma destas pessoas. Importa por isso afirmar que não existiu uma escolha prévia das pessoas. Com o intuito de conhecer melhor cada uma destas pessoas, que integram, também, o primeiro eixo do projeto, foi realizada uma primeira apresentação que pode ser consultada no subcapítulo 3.2.

5.2.1. VIOLETA

Violeta é uma jovem de 24 anos que se encontra acolhida na CA há cerca de um ano juntamente com os seus filhos, Inês e Ricardo, que se encontram em idade pré-escolar. Os primeiros contactos com Violeta tiveram início na minha chegada ao contexto. Inicialmente, a Violeta não tomava iniciativa para o diálogo nem me procurava para conversar. Mesmo quando estabelecia contacto, Violeta limitava-se a responder ao que era perguntado. Com o passar do tempo Violeta foi dando mais abertura para que se construísse um conhecimento mútuo. Comecei por procurar Violeta sempre que ia ao contexto, procurando saber como se sentia, como estavam os filhos e se precisava de ajuda em algum aspeto em concreto. Um dos primeiros contactos mais pessoais com Violeta deu-se nas primeiras semanas em que integrei o contexto. Um dos elementos da equipa da CA partilhou comigo que, ao passar pelo quarto de Violeta, o mesmo estava

“desarrumado, com muita coisa fora do sítio” e que até a roupa não se encontrava no devido lugar. Decidi passar pelo quarto de Violeta, como sempre fiz e, naquele dia, ao perceber que estava bastante agitada a arrumar o quarto, ofereci-me para ajudar. Pela sua forma de estar e pela expressão corporal que apresentava, era perceptível que Violeta se encontrava desorientada. Foi então que perguntei se poderia ajudar, tendo obtido uma resposta positiva. Violeta estava a arrumar a casa de banho enquanto eu estava no quarto a arrumar a prateleira dos livros e brinquedos. Enquanto estávamos em divisões distintas o diálogo foi muito breve, tendo sido mais fluído quando Violeta regressou ao quarto. Depois de tudo se encontrar no devido lugar e ao gosto de Violeta, começamos a arrumar a roupa. Perguntei se o poderia fazer e se aceitava a minha companhia. Conversamos sobre questões do dia a dia e, no final, depois da roupa estar toda arrumada, Violeta partilhou comigo o seguinte: “obrigada (...) normalmente não costumo gostar que mexam na minha roupa, mas ajudou-me muito”, tendo esboçado um sorriso.

Os momentos individuais com Violeta foram ocorrendo à medida que a minha presença no contexto se ia perpetuando. Pelas conversas intencionais com Violeta fui percebendo que não se encontra nem a estudar, nem a trabalhar. Um dos seus maiores anseios remetia para a integração no mercado de trabalho, pelo que, foi desafiada pela equipa a construir o seu currículo. Ao perceber que Violeta estava, em parte, ansiosa com esta tarefa, disponibilizei-me para ajudá-la e para fazermos o currículo juntas. Reunidas numa das salas da CA, incentivei-a a procurar os modelos disponíveis e a escolher o que mais gostava. Fi-lo por saber que Violeta tem alguma dificuldade em tomar iniciativa e em tomar decisões. Depois de alguns minutos, Violeta escolheu o modelo que queria, tendo várias vezes referido “gosto deste, mas acha que é o melhor?” e “tenho dificuldade em escolher porque não sei qual é que costumam usar”. Consegui perceber, através das suas narrativas, que estava insegura e com medo de não corresponder às expectativas. Depois de Violeta escolher o modelo que queria utilizar, procedemos ao levantamento da informação necessária para preenchê-lo. Ao perceber que estava a ser difícil para Violeta elencar as suas competências e os seus pontos fortes, procurei, de forma intencional, tornar aquele momento como uma oportunidade segura para falar sobre si e, sobretudo, uma oportunidade para decidir por si e para si. Procurei encorajar Violeta a encontrar em si mesma potencialidades e, a partir delas, a construir o seu próprio currículo.

Aproveitei que estávamos sozinhas e que o ambiente estava mais descontraído e referi: “imagina que me enviaste o teu currículo, vieste hoje à entrevista e que queres muito que te contrate, o que é que tens para me dizer sobre ti?”. Violeta sorriu e, apesar de nos primeiros momentos não ter referido nenhum aspeto, acabou por fazer algumas partilhas: “eu já trabalhei num café, costumava servir os clientes que apareciam no balcão”. A partir desta partilha começamos a desconstruir as tarefas que desempenhava e quais as competências que eram necessárias para as desempenhar. Violeta foi partilhando o que fazia e como fazia, bem como, foi partilhando histórias que tinha vivenciado nesta experiência laboral. Violeta foi, desta forma, preenchendo o seu currículo com as competências e capacidades que identificou. Por sua vez, completou os dados relativos ao percurso escolar e à experiência profissional e, passado cerca de 1h30m, tínhamos o currículo pronto. Neste seguimento, conversamos ainda sobre aquilo que, no futuro, gostaria de fazer e sobre as áreas em que não tem interesse profissional.

Os contactos com Violeta foram-se mantendo, tornando-se cada vez com uma duração de tempo maior e com conversas mais prolongadas e profundas. Violeta ia partilhando comigo as conquistas de Inês e de Ricardo e ia participando nos momentos e sessões em grupo. Foi nesta interação com Violeta que fui percebendo algumas das suas potencialidades e algumas das suas fragilidades. Violeta é uma pessoa bastante resiliente e comunicativa e tende a ser uma pessoa que privilegia o cuidar. É uma pessoa que sorri com facilidade e que investe nas relações onde sente que existe afeto e espaço para ser ela mesma. Gosta de cuidar de si, mesmo sendo uma pessoa insegura, quer com a sua imagem corporal, quer com as suas competências e capacidades. Aliás, este foi um aspeto que esteve presente nos diálogos que íamos estabelecendo. Violeta gosta de manter a sua rotina e tem dificuldade em assimilar e reagir perante a imprevisibilidade. No que concerne às relações interpessoais, mantém relação de afeto com alguns familiares, mas, segundo ela, os mesmos “não são uma opção” para lhe prestarem apoio em termos de suporte à habitação quando cessar o acolhimento na CA.

No que diz respeito à relação estabelecida com as outras mulheres acolhidas na CA, é de realçar o laço criado com uma das pessoas acolhidas, tendo esta relação sofrido algumas alterações quando esta pessoa cessou o acolhimento nesta resposta. A partir deste momento, Violeta não estabeleceu nenhuma relação de maior proximidade com as pessoas acolhidas, manifestando, no entanto, mais proximidade a Dália e a Jasmim. No grande grupo, Violeta assume uma postura

menos participativa e tende a ficar mais isolada, tendo tendência para não expressar a sua opinião. No seu dia a dia, Violeta gosta de ouvir música e gosta de desporto. É de realçar que uma das fragilidades identificada quer por mim, quer por Violeta, remete para a baixa autoconfiança e baixa autoestima e para a falta de suporte e de retaguarda nas relações que mantém com o mundo que a rodeia, sendo este conhecimento fruto das diversas conversas intencionais e da integração na rotina de Violeta. É perceptível nas suas narrativas que, apesar de não ter uma retaguarda familiar securizante, reconhece este como um aspeto essencial e fulcral para o seu futuro. Este foi, aliás, um dos temas que fomos abordando no decorrer dos momentos individuais: a importância do estabelecimento de laços afetivos securizantes que simbolizem proteção, segurança e confiança.

Num dos diversos momentos em que estive com Violeta percebi o interesse e o desejo que tinha pela prática de desporto, tendo esta conversa surgido enquanto partilhava algumas das inseguranças que sentia com o seu corpo. Encorajei-a a procurar uma atividade de que gostasse e a mesma referiu que gostaria de ir ao ginásio, mas que ainda não tinha ido porque “não tinha ninguém para ir” e porque “é uma seca ir sozinha”. Falamos da importância da autovalorização e da necessidade de validarmos os nossos interesses e, no dia seguinte, fui recebida por Violeta com a seguinte partilha: “já me inscrevi no ginásio e vou hoje, sabe, a Dália soube e também vem, vou com ela de tarde para fazer a inscrição”. Foi perceptível o entusiasmo que depositou no discurso, tendo concretizado os planos aos quais se propôs com Dália. Considero que este passo foi muito importante para Violeta, não pela atividade em concreto, mas, sim, pelo passo que deu, pelo avanço dado no processo de tomada de decisão e pela confiança que depositou em Dália. Estes são, por isso mesmo, os aspetos que foram trabalhados no decorrer da intervenção psicossocial. Mais do que o ato de iniciar uma nova atividade desportiva, esta decisão de Violeta foi um passo importante para que ganhasse mais confiança quer em si e nas suas decisões, quer nos outros. Senti que as conversas informais que fomos tendo ao longo dos diferentes momentos que partilhamos tiveram impacto significativo na caminhada de Violeta.

No decorrer destes momentos individuais fui percebendo que Violeta me procurava para falar e que, ao contrário do que acontecia numa fase inicial, tinha iniciativa para me contar as novidades e as pequenas conquistas do dia a dia. Também Inês e Ricardo me procuravam, em particular, Inês, que sempre que me via corria para o meu colo. Envolvida na rotina de Violeta na CA, questioneei-a

sobre a possibilidade de começarmos a ter estes momentos fora da instituição, tendo Violeta demonstrado interesse. Exemplo disso remete para o dia em que a acompanhei no percurso até ao infantário de Inês e até à creche de Ricardo. Este momento ficou pautado pela exposição de alguns dos seus receios e anseios relativamente aos filhos, particularmente, relacionados com Inês. Foi um momento que teve a duração de cerca de duas horas, onde foi possível explorar algumas das preocupações manifestadas por Violeta e de pensarmos, de forma conjunta, em estratégias para lidar com os anseios que Violeta estava a sentir. Neste momento em particular conversamos sobre a sua experiência de “ser mãe” e sobre os medos que tem. Exploramos as dificuldades que tem enfrentado e delineamos algumas estratégias a incluir na rotina.

Um dos momentos com Violeta que merece particular atenção ao nível do trabalho desenvolvido remete para os momentos artísticos, onde o recurso à arte e à expressão artística demonstrou ser uma estratégia fundamental na intervenção psicossocial. Estes momentos tiveram por base uma conversa anterior com Violeta no seu quarto. Enquanto falávamos do seu percurso, Violeta revelou que sempre gostou de desenhar e que gostaria de um dia frequentar uma formação que lhe permitisse exercer na área da estética, nomeadamente, na área da elaboração de tatuagens. Violeta revelou que quando era criança viveu perto deste mundo pois tinha na família uma pessoa que fazia tatuagens. Foi neste momento, com uma postura de abertura para o diálogo e de maior confiança e fluidez que decidiu mostrar os desenhos que tinha guardados, desenhos estes que tinha feito “há uns anos”. Revelou que nunca os tinha mostrado a ninguém e que ninguém sabia que gostava de desenhar, referindo que já não desenhava há bastante tempo. Segundo Violeta, fui a primeira pessoa da CA a quem ela os mostrou.

Os desenhos de Violeta, todos a preto e branco e com recurso a sombras e a técnicas específicas demonstravam uma grande aptidão nesta área. Segundo o que foi observado pelos desenhos, Violeta gosta de desenhar objetos, pessoas e partes do corpo humano, tendo estes aspetos sido confirmados verbalmente pela mesma. Apesar de não atribuir muito valor ao seu trabalho, foi perceptível o sorriso esboçado no rosto quando elogiei o magnífico trabalho e o brio em cada desenho. Violeta foi contanto a história por de trás de alguns dos desenhos e, por sua vez, referiu que desenhar lhe permitia “esvaziar a cabeça”. Com o intuito de valorizar o seu trabalho, propus que me ensinasse a desenhar e a utilizar algumas das técnicas que vi nos seus desenhos. O principal objetivo subjacente a estes momentos era abrir espaço para que Violeta valorizasse não

só as suas competências como, também, validasse os seus interesses e decisões. Existiu, portanto, uma intencionalidade específica: conseguir que Violeta atribuísse mais valor a si e ao seu trabalho.

No primeiro momento de desenho com Violeta, ofereci-lhe um caderno que personalizei, tendo oferecido o caderno e um kit de desenho. Violeta agradeceu e disse que não estava à espera, demonstrando gratidão. Demonstrou-se, inclusive, admirada com o presente. Referi que aquele caderno seria para si e que poderia ser um espaço para se expressar, caso lhe fizesse sentido. O principal objetivo era criar um espaço seguro para que Violeta se pudesse expressar e, essencialmente, valorizar o seu trabalho. Com o intuito de dar seguimento a este momento, demos início à primeira “aula”. Violeta pediu-me para utilizar o computador para ver algumas imagens, com o intuito de que estas servissem de mote para o trabalho. A primeira escolha foi um desenho com recurso às sombras, mais concretamente, a imagem de um acampamento numa floresta. Por sua vez, o segundo desenho foi uma caveira. A ideia era desenharmos as duas a imagem e, ao mesmo tempo, Violeta dar-me algumas orientações sobre as técnicas a utilizar para fazer as sombras. Todavia, subjacente a este momento estava implícito um objetivo: aproveitar aquele momento para conhecer melhor Violeta e as suas potencialidades e, sobretudo, criar um espaço confortável, seguro e protegido para que se pudesse expressar. Mais do que desenhar ou pintar, a intencionalidade deste momento estava direcionada para a criação de um espaço seguro que permitisse a partilha, a resignificação e o desenvolvimento e manutenção da relação. Deste modo, os desenhos realizados por mim e por Violeta podem ser consultados no Apêndice N.

Durante todo este tempo Violeta esteve comunicativa e, apesar de numa primeira fase estar com maior dificuldade na iniciativa para o diálogo, rapidamente foi estabelecendo o diálogo comigo. Começamos por falar sobre aspetos do dia a dia, passando a falar sobre algumas das suas preocupações. Violeta partilhou algumas das suas preocupações e angústias depois de ter referido que “não penso coisas más, mas sinto-me cansada e sinto que tenho a cabeça cheia”. A partir deste momento partilhou a ansiedade que estava a sentir com a integração numa formação, o medo de não conseguir cumprir os horários e o receio das alterações na rotina, principalmente as referentes às tarefas domésticas e à prestação de cuidados aos filhos. Partilhou, ainda, a sua experiência sobre “ser mãe”, os desafios na relação com os filhos e na sua relação com a mãe. No decorrer desta partilha, Violeta referiu por diversas vezes que este tema é um pouco “complicado”

porque “nunca gostou de crianças” e só começou a gostar quando se tornou mãe. Violeta foi partilhando várias histórias sobre o seu passado, relatando as situações de violência a que esteve exposta em criança. Confessou que a mãe “era uma pessoa violenta e que lhe batia”. Ainda na dimensão familiar, referiu que a mãe não a pretende acolher em casa com as crianças, apesar de manter o contacto com a mesma. Afirmou que uma das coisas que a deixa mais preocupada é a habitação – “sinto que não quero estar aqui na casa, mas depois penso que mesmo que queira sair não tenho para onde ir com os meninos”; “por isso é que estão sempre a reclamar comigo, por não lavar a loiça à noite ... não consigo entrar no refeitório com toda a gente lá, sinto-me sufocada, não gosto de viver com tanta gente ... por isso é que adormeço depois do jantar e não consigo ir lavar a loiça ... pelo menos em casa poderia fazer as tarefas quando quisesse, de tarde ou de manhã”. Foi a partir da necessidade que transmitiu que fomos falando sobre algumas das estratégias que poderia adotar para ajustar as suas rotinas e a rotina das crianças. Estas duas horas foram um momento de grande proximidade e partilha recíproca, tendo no final Violeta questionado: “a nossa sessão de terça-feira mantêm-se?”, referindo que “foi bom, gostei, deu para esvaziar a cabeça”. Violeta demonstrou, assim, abertura para que estes momentos se repetissem.

O acompanhamento de proximidade a Violeta teve na génese a relação de ajuda estabelecida e, por consequência, os processos reflexivos que foram tomados em consideração. Os principais objetivos alicerçaram-se na necessidade de uma intervenção psicossocial mais direcionada para as necessidades mais prementes de Violeta. Através deste acompanhamento foi possível embarcar por um processo de auto e heteroconhecimento, tendo por base o poder que uma voz e uma escuta ativa podem assumir. Para além de trabalhar as questões da autoestima e autoconfiança, através das conversas intencionais, foram trabalhadas as questões da participação e da expressão, quer no individual, quer no coletivo. A intencionalidade destes momentos remete, essencialmente, para a necessidade de tornar este processo de acolhimento num percurso mais leve, finalidade esta subjacente a todo o projeto. Nem sempre estiveram reunidos os recursos para que tal fosse possível, no entanto, é em pequenas transformações diárias que se conseguem grandes mudanças. Acredito que através das ferramentas e estratégias que fomos trabalhando, Violeta tenha conseguido fazer pequenas modificações na sua forma de ver, estar e sentir (Violeta: “Já me inscrevi no ginásio e vou hoje”; “No fim de semana fui com os meninos para aquela piscina que falamos, gostei muito e a Inês não teve medo da água, acredita?”).

Em suma, importa referir que esta caminhada foi sendo realizada ao longo de cerca de sete meses, sempre de forma informal e imprevisível. Cada momento com Violeta foi o resultado da identificação de necessidades reais, quer necessidades do quotidiano, quer necessidades intrínsecas ao próprio processo de acolhimento. No presente relatório são apresentadas algumas horas e alguns momentos em concreto, no entanto, o acompanhamento de proximidade foi muito mais do que isso. Mais do que sessões de desenho, acompanhamentos ao exterior ou conversas no quarto de Violeta, estes momentos refletem um processo de validação, valorização e empoderamento. O recurso à expressão artística e ao acompanhamento de maior proximidade foram apenas estratégias para trabalhar, no decorrer destes meses, o autoconceito, a autoestima, a autoconfiança, a tomada de decisão, a expressão e os laços sociais/relações interpessoais. Esta é, portanto, uma pequena apresentação daquele que foi o trabalho desenvolvido no decorrer do projeto. Aqui estão explanados alguns dos momentos chave com Violeta mas, de forma intencional, não é feita referência a determinadas partilhas, por uma questão de proteção, de segurança, de sigilo e de ética.

5.2.2. HORTÊNSIA

Hortênsia é uma jovem com cerca de 20 anos que se encontra acolhida na CA há cerca de sete meses, juntamente com a mãe Camélia e com a irmã Catarina. Os primeiros contactos com Hortênsia foram, de certo modo, muito breves. Antes de integrar esta resposta, Hortênsia encontrava-se a frequentar um curso profissional de multimédia. Todavia, devido ao processo de VD, alterou a sua residência. Apesar disso, prosseguiu os estudos à distância, pelo que todo o seu dia era passado no quarto, espaço onde estudava.

O primeiro contacto de maior proximidade com Hortênsia teve lugar em meados de abril de 2024 quando, numa visita ao seu quarto, percebi que estava ansiosa. Foi neste preciso momento que percebi que estava ansiosa e receosa relativamente às decisões que teria de tomar para o seu futuro, nomeadamente, ao nível do prosseguimento dos estudos. Com o intuito de quebrar o gelo, sentei-me ao seu lado e partilhei a minha experiência e como me tinha sentido na altura em que também eu tive de tomar decisões. Tranquilei-a e prontifiquei-me a ajudá-la em todo o processo, tendo Hortênsia aceite e agradecido. Foi neste momento em particular que se iniciaram os momentos individualizados com Hortênsia, tendo como fio condutor o acompanhamento

socioeducativo. Deste modo, importa realçar que estes momentos se prolongaram no tempo e foram acontecendo à medida que existia essa necessidade e interesse. Hortênsia procurava-me para conversar e era nas conversas que íamos tendo no seu quarto que me confiava as suas preocupações, anseios, dúvidas e desejos. Através do diálogo estabelecido consegui perceber que Hortênsia tinha um interesse em particular: ingressar num curso na área do design e/ou multimédia e permanecer, futuramente, na área geográfica onde se encontra integrada, pelo que exploramos a oferta nesse mesmo perímetro. O acompanhamento individualizado traduziu-se em conversas intencionais com Hortênsia, com o intuito de explorar e conhecer melhor todo o processo inerente a esta nova fase e, acima de tudo, encorajá-la a valorizar e validar o seu potencial. Nas conversas intencionais foi sempre este o fio condutor: tranquilizar Hortênsia face a esta nova etapa e dar-lhe suporte para que acreditasse em si e nas suas decisões. Apesar de ser uma fase onde os contactos foram mais frequentes, o tempo de Hortênsia era reduzido, pelo que, era Hortênsia que definia quando e onde conversávamos e, essencialmente, era Hortênsia quem decidia sobre o que queria falar. Nos dias em que estava no contexto ia passando pelo seu quarto e ia tentando perceber como estava a correr e de que forma é que a poderia ajudar.

Hortênsia é uma jovem muito dedicada, resiliente e consciente dos seus objetivos, pelo que esteve sempre muito focada em estudar para os exames nacionais. No meio de todo este caminho iam surgindo dúvidas, curiosidades, e anseios e, o meu papel era, essencialmente, desconstruir estas ideias e ajudar Hortênsia a responder às tarefas que tinha em mãos. Durante cerca de três meses foi esta a nossa caminhada. Apesar de ter uma relação securizante e próxima da mãe e da irmã, não estava com elas durante o dia. Catarina estuda e Camélia trabalha, pelo que, o dia a dia de Hortênsia era passado no quarto sozinha a estudar e a preparar a entrada no ensino superior. Esta relação de ajuda foi pautada por muito afeto, sendo que as conversas no quarto de Hortênsia terminavam sempre com um abraço e com uma palavra de confiança no seu trabalho. No diálogo estabelecido reconheci por diversas vezes o seu esforço e dedicação e o seu mérito e, depois de realizados os primeiros passos, nomeadamente, a inscrição nos exames nacionais, seguiu-se a construção do portfólio para avaliação na fase dos pré requisitos. O portfólio de Hortênsia resultava de uma integração de todos os trabalhos na área da multimédia que tinha desenvolvido até ao momento.

A construção e submissão deste trabalho era um dos pré requisitos existentes num dos cursos que Hortênsia selecionou, pelo que, foi necessária a aprovação para que transitasse para a fase seguinte. Com o intuito de a incentivar, estive presente em alguns dos momentos de construção do portfólio. Dias depois da submissão, ao chegar à CA, observei Hortênsia à porta do gabinete da diretora técnica e, ao aproximar-me, a diretora técnica referiu “Andreia vais gostar desta novidade”. Nesse mesmo momento, Hortênsia dirigiu-se a mim e referiu com entusiasmo “consegui, eu passei na fase do portfólio”. De seguida agarrou-se a mim, deu-me um abraço e voltou a agradecer-me. Já no gabinete com a diretora técnica, ao conversarmos sobre esta boa notícia, a mesma referiu “Viste o abraço que ela te deu?”, realçando a proximidade existente e a relação com Hortênsia. Importa por isso relevar que esta foi a caminhada percorrida ao lado de Hortênsia, onde foi possível acolher a ansiedade que resultava da entrada no ensino superior e de todos os procedimentos que lhe estão subjacentes e dar ênfase às próprias potencialidades de Hortênsia, através de processos de capacitação, valorização e ressignificação. Ao trabalhar alguns dos aspetos que mais lhe causavam ansiedade e receio, foi possível trabalhar, também, este processo de acolhimento. Ciente do papel importante que a IAP pode assumir nestas trajetórias, é possível afirmar que foi este grau de informalidade e de proximidade que permitiu que este acompanhamento psicossocial tomasse o rumo que tomou. Importa partilhar que, mais tarde, tive conhecimento de que Hortênsia tinha conseguido ingressar no ensino superior, através de uma troca de emails. Nesta partilha, Hortênsia referiu “Cá em casa estamos todos em festa com esta notícia maravilhosa. Quero agradecer-lhe por tudo, pelo seu incansável apoio durante estes meses. Só Deus poderá retribuir todo o bem que me fez”.

Em suma, à semelhança do que foi apresentado no subcapítulo anterior, estes são alguns dos momentos que marcaram este acompanhamento de proximidade. Durante cerca de três meses foi possível conhecer Hortênsia e conhecer as suas potencialidades e fragilidades. Foi a partir deste conhecimento e das necessidades identificadas, entre elas, o acompanhamento socioeducativo, que foi possível desenvolver um acompanhamento de maior proximidade. Este acompanhamento culminou na realização de diversos encontros com Hortênsia, sendo que, nem todos se encontram explanados no presente relatório.

6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO

O capítulo que se segue remete para a avaliação final do projeto “Ser tempo”, tendo por base o modelo CIPP, proposto por Stufflebeam e Shinkfield (1987). Através da avaliação final pretende-se perceber em que medida é que o projeto cumpriu com os objetivos a que se propôs e se teve ou não impacto na vida das pessoas que dele foram e são parte integrante (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Pretende-se, através desta abordagem, perceber de que forma e em que medida é que o rumo do projeto se aproximou e/ou distanciou dos seus objetivos e quais os fatores que contribuíram para que tal acontecesse (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Trata-se, por isso, de olhar para o projeto e perceber em que medida é que as expectativas se concretizaram em transformação.

No decorrer de todo o projeto e, como elencado anteriormente, a avaliação, quer a de entrada, quer a do processo de desenvolvimento, teve sempre na sua génese a voz das pessoas. Através da observação participante, das conversas intencionais e dos momentos reflexivos decorrentes das ações, foi possível tomar conhecimento sobre aquilo que foi experienciado e sentido pelas pessoas. Aliás, foram as sugestões e ideias das pessoas nas conversas intencionais que deram rumo ao próprio desenrolar do projeto. Estas reflexões surgiram quer por parte dos participantes diretos, quer por parte dos participantes indiretos, nomeadamente, por parte da equipa. Paralelamente, através das apresentações e momentos de reflexão nos seminários e nas orientações tutoriais foi possível conhecer uma visão e uma outra perspetiva, dada quer por colegas, quer por docentes. Estes diferentes momentos reflexivos permitiram repensar várias vezes o que é projeto, como é que se desenha e desenvolve projeto e como é que, na prática, se adapta a IAP a uma realidade institucional muitas vezes alicerçada em práticas distantes desta metodologia.

A avaliação final do projeto é, deste modo, uma síntese das vozes, dos sentimentos, das emoções, dos momentos e da relação criada com cada uma destas pessoas, numa caminhada com uma duração de cerca de sete meses espelhada nos discursos que vão surgindo no decorrer do presente relatório. Deste modo, como apresentado no capítulo referente ao desenho do projeto, foram identificados problemas que sustentam a própria análise da realidade. Tendo por base esta

exploração e compreensão da realidade, foram delineados objetivos, para os quais foram criadas estratégias. Considerando que os problemas identificados se cruzam entre si, os objetivos desenhados surgiram como resposta multidimensional, ou seja, pretendem dar resposta a mais do que um problema identificado.

Pensando no desenho do projeto, foram identificados quatro problemas centrais, nomeadamente: Sentimento de isolamento e solidão (P.1.); Ausência de espaços reflexivos que permitam a integração das experiências vivenciadas e a reflexão e prospeção de um projeto de vida (P.2.); Desempoderamento das pessoas acolhidas e conseqüente perda de autonomia subjacente ao acolhimento (P.3.) e Ineficácia do modelo de intervenção social atual na construção de projetos de vida sustentados a longo prazo (P.4.). Neste seguimento, foram igualmente explanados os indicadores, as causas e as necessidades, o que deu origem ao desenho das estratégias a utilizar. Estas estratégias passaram pelo desenho de ações e, por sua vez, atividades, com objetivos concretos que pretendiam dar resposta aos problemas e necessidades elencadas. Destes problemas surgiram OG e OE.

O primeiro OG, direcionado para a participação das pessoas na dinâmica funcional da CA e na comunidade teve como OE orientadores as questões associadas à importância de uma voz ativa, através da manifestação dos interesses, vontades e desejos, do resgate dos lugares de tomada de decisão, do poder da voz ativa e da mobilização dos recursos da comunidade. A estes objetivos está subjacente a estimulação da comunicação e da participação. Por sua vez, o segundo OG, vocacionado para a valorização das relações e trocas interpessoais, teve na génese uma intervenção psicossocial em grupo que potenciase o empoderamento de cada um dos elementos que o compõem. Através deste OG foram construídos OE direcionados para a ampliação da rede de suporte social, para a criação de espaços reflexivos e de partilha, para a valorização e reflexão da trajetória individual e para a projeção do futuro. Para dar resposta a estes objetivos foram desenvolvidas quatro atividades. Por último, foi criado o terceiro OG, direcionado para a equipa, cujos OE se direcionavam para a criação de espaços de reflexão. Com o intuito de perceber o impacto destes momentos foram criados cinco indicadores, como forma de orientar a reflexão e a avaliação deste eixo do projeto, a saber: 1) Envolvimento das pessoas na rotina da CA e conseqüente voz ativa sobre a mesma; 2) Grau de participação nas atividades; 3) Iniciativa das pessoas em estabelecer diálogo; 4) Diminuição dos conflitos existentes e das falhas no processo

inerente à comunicação e, por fim, 5) Grau de abertura e disponibilidade para a reflexão sobre as práticas. Este último indicador direciona-se para a equipa de profissionais da CA.

No que concerne ao primeiro, direcionado para o envolvimento das pessoas na rotina da CA e consequente voz ativa sobre a mesma, importa referir que, no decorrer do projeto, foi notória uma mudança na postura das participantes. De forma gradual, foram manifestando os seus interesses e preferências, exteriorizando os seus desejos e vontades nas conversas intencionais e nos momentos de grupo (exemplo disso remete para as sugestões que foram dando sobre o que gostavam de fazer na CA). De forma gradual começaram, ainda, a fazer partilhas sobre o que consideravam que deveria ser alterado na organização da CA, sobre os aspetos com os quais não concordavam (Dália: Aqui há muitas regras e deixamos de ser como somos”) e sobre aquilo que gostavam de fazer, nomeadamente, ao nível das atividades (Jasmim: “Podíamos ir um dia ao cinema, mas, só nós as mães (...) até podíamos ir àquele museu ali na rua”).

O segundo indicador, relacionado com a participação das pessoas, foi um dos indicadores com maior influência externa, dado que derivou, em grande escala, da disponibilidade das pessoas. Considerando as quatro atividades desenvolvidas, é possível afirmar que a participação nestes momentos foi satisfatória. Regra geral, todas as pessoas que se encontravam livres na data e hora marcada manifestaram interesse em participar. Por sua vez, relativamente ao terceiro, direcionado para o estabelecimento de diálogo entre as pessoas, importa referir que foi notório o aumento gradual relacionado com a disponibilidade para a partilha. À medida que as sessões e momentos de reflexão foram surgindo, foi notória uma alteração na postura das pessoas enquanto grupo e na interação que estabeleciam entre si. Apesar de o projeto “Ser tempo” não ter alcançado o fim dos conflitos no seio do grupo, contribuiu para a sua diminuição dado que as pessoas progressivamente se demonstraram mais recetivas e mais disponíveis para passarem tempo juntas e para, entre si, fazerem partilhas, aumentando por isso o sentimento de pertença ao grupo e aumentando a própria ressignificação do espaço. Importa por isso afirmar que, apesar de não ser quantificável, verificou-se a mudança, quer a nível individual, quer grupal.

No que concerne ao OE.1.3., direcionado para o estabelecimento de protocolos e parcerias com instituições e projetos, o indicador a avaliar remete para o número de parcerias estabelecidas. Neste sentido, não é possível realizar uma avaliação deste indicador, na medida em que, até à data

de término da presença no contexto, apesar de terem existido trocas de emails e chamadas telefónicas, bem como, respostas positivas, não ficou nada estabelecido nem alinhavado. Alguns dos contactos estabelecidos, entre eles, com duas escolas de surf, não deram seguimento ao processo. Deste modo, apesar de esta ação não se ter traduzido numa parceria concreta, foi útil para perceber, com a instituição, quais seriam as entidades e projetos com disponibilidade para participar, alargando para o efeito o conhecimento sobre a rede social e comunitária existente.

Considerando o último OG do primeiro eixo, que remete para a reflexão sobre as práticas na intervenção e o respetivo impacto na vida das pessoas, importa referir que esta dimensão do projeto não decorreu como idealizada. Na génese deste objetivo pretendia-se criar condições que promovessem a participação e que permitissem uma intervenção individualizada, através da valorização das histórias de vida. Por seu turno, pretendia-se, inclusive, criar um espaço reflexivo que permitisse à equipa refletir sobre as práticas e, a partir desta reflexão, proceder aos ajustes que considerasse necessários nos moldes da intervenção. Para avaliar este objetivo foi criado o quinto indicador, referente ao grau de abertura e disponibilidade para a reflexão sobre as práticas, sendo a respetiva avaliação insatisfatória. Na origem deste resultado estão diversas causas tais como, as dificuldades que fui sentindo como investigadora/interventora. No quadro geral das dificuldades sentidas destaca-se a dificuldade em devolver à equipa, de forma continuada, as necessidades existentes, nomeadamente, a necessidade de se desenvolver uma intervenção psicossocial individualizada e que eleja a especificidade de cada pessoa, as suas vivências e histórias como centrais na intervenção. Esta dificuldade espelha, por um lado, a minha insegurança e receio em desafiar a equipa para a reflexão e, por outro lado, a dificuldade em encontrar momentos oportunos para proceder a esta devolução, dado que, observava frequentemente a equipa como estando sobrecarregada com processos burocráticos. A elevada rotatividade de profissionais também dificultou este trabalho de continuidade. Estes fatores foram, por isso mesmo, entraves ao desenvolvimento de ações específicas que respondessem a este problema. Não obstante e, apesar de não terem sido realizados momentos formais com as profissionais, foram sendo devolvidas, ao longo do tempo, perspetivas de mudança, melhorias, preocupações e anseios, com a equipa. De forma mais continuada destaco os momentos de discussão com uma das profissionais, nomeadamente, com a educadora social. Nestes momentos foram abordados vários temas, entre eles, a complexidade dos processos de autonomização, a ineficácia da articulação das respostas no âmbito da VD e o próprio modelo de

intervenção. Nestes momentos verificou-se ainda abertura para a devolução de alguns dos problemas e preocupações identificados pelas pessoas.

A avaliação do primeiro eixo do projeto é, deste modo, satisfatória, mesmo com todos os constrangimentos que pautaram este percurso. Um dos constrangimentos maiores remete para a perspetiva da própria equipa e respetiva instituição sobre a tipologia do trabalho e, por sua vez, da intervenção. Apesar de desde o primeiro momento ter sido transmitido que não se tratava de um estágio curricular, mas, sim, de um projeto de EIS, a assimilação da metodologia – a IAP – foi, por vezes, difícil. Apesar da equipa se demonstrar receptiva ao desenvolvimento do projeto na CA, foram notórias as expectativas criadas sobre o meu papel e sobre as minhas funções. Estas expectativas colocaram-me, por diversas vezes, como “estagiária”, sendo este o papel assumido pela instituição relativamente à justificação para a minha presença no contexto. Aliás, este foi o principal motivo para a minha saída da CA aquando do término do ano curricular em junho de 2024. Considerando que os estágios curriculares estavam a terminar, dado o término do ano letivo, foi-me transmitido que não poderia continuar a marcar presença na instituição. Neste momento em particular, uma das profissionais da CA referiu: “não tenho mais forma de justificar à direção a tua presença cá, os estágios todos já terminaram ou estão para terminar (...) faz as intervenções todas que tens para fazer até ao final de junho”. Esta constante visão do projeto como sendo um estágio curricular condicionou, assim, quer o trabalho com as pessoas acolhidas na CA, quer o trabalho com a própria equipa da CA.

No que concerne às conversas intencionais com as pessoas acolhidas na CA, onde abordamos o término do projeto, estas foram algumas das mensagens que ficaram: Dália: “Querida dra Andreia, você é uma queridona, és uma fofa. Gostaria muito que trabalhasse cá na casa de acolhimento. Pessoas como você são muito raras de se encontrar. Gosto muito de você (...)”; Violeta: “A sua presença foi marcante (...) foi algo que nunca esquecerei (...) espero lhe encontrar um dia (...)” e Dália: “Epá não percebo, as pessoas boas é que se vão embora, estão todas a ir embora (...) porque é que não fica aqui a trabalhar?”. Por parte da equipa, foi identificada a relação estabelecida com cada uma das pessoas acolhidas como um aspeto conseguido e com impacto positivo. De forma complementar, podem ser encontrados outros indicadores de satisfação no decorrer da apresentação e análise das ações desenvolvidas.

Considerando o segundo eixo do projeto, relativo ao acompanhamento psicossocial individualizado a duas das pessoas em situação de acolhimento, importa realçar que, uma das necessidades comuns era a existência de um acompanhamento de maior proximidade capaz de responder aos desafios existentes nos percursos individuais. Para o efeito, foi definido como OG: “Potenciar a integração de experiências passadas e perspetivar o futuro”, alicerçado em OE direcionados para a valorização da história individual e respetivo percurso de vida, para o poder de decisão e da voz ativa e para a compreensão da dinâmica da violência e as implicações desta na autoestima e no desempoderamento. Para que tal fosse possível foram criadas condições que permitiram a criação de um espaço seguro e o desenvolvimento e manutenção da relação de ajuda. Tendo em consideração que a base de toda e qualquer intervenção social é o estabelecimento e a manutenção de uma relação de ajuda, é possível afirmar que foram criadas duas relações de ajuda, muito distintas entre si, com Violeta e com Hortênsia. Cada acompanhamento individual foi pautado por especificidades e rumos distintos, na medida em que, o principal objetivo era mesmo esse: valorizar cada uma das pessoas nas suas trajetórias tão únicas.

Em suma, importa referir que o projeto “Ser tempo” foi ao encontro da finalidade a que se propôs e, apesar de cumprir de forma distinta cada um dos objetivos a que se propôs foi, acima de tudo, um projeto recheado de desafios. Cada uma das pessoas que nele participou trilhou um caminho que deu sentido ao projeto e justificou a pertinência da metodologia utilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Ser tempo”, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, debruçou-se sobre uma realidade muito particular, a vivência em CA e os percursos de acolhimento de vítimas de VD. Na base de todo o projeto, a ferramenta privilegiada foi o tempo, nomeadamente, o tempo para a escuta das perspetivas, das vivências, dos medos, das preocupações, dos sonhos, das expectativas e dos desejos. Foi, no fundo, o tempo dedicado a cada uma das pessoas acolhidas e ao grupo, enquanto meio privilegiado para a transformação e para a mudança. Neste projeto participaram as pessoas para as quais fez sentido embarcar neste percurso. Cada uma destas pessoas trouxe um pouco de si, o que permitiu que esta abordagem fosse participada e representativa. A participação livre e espontânea de cada uma das pessoas tornou possível (re)criar a experiência do acolhimento e da própria intervenção social inerente a esta resposta.

Ciente de que a intervenção social é balizada por fatores quer individuais, quer macroestruturais que, de múltiplas formas a condicionam, este projeto procurou afastar-se da abordagem convencional. Se por um lado há um trabalho burocrático e logístico que deve ser realizado pelas equipas técnicas que se encontram no terreno, por outro lado, fruto da escassez de recursos e da limitação do próprio tempo, há uma intervenção psicossocial que fica para segundo plano, mesmo que de forma involuntária e inconsciente. As equipas estão, frequentemente, expostas a uma elevada carga de trabalho, o que potencia a própria mobilidade dos profissionais. Consequentemente, regista-se uma escassez de recursos humanos que condiciona o próprio rumo a tomar na intervenção com e para as pessoas. Estes indicadores tomam especial relevo nas práticas adotadas que, frequentemente, se direcionam para uma abordagem formatada e que antecede as pessoas. Se por um lado é essencial resolver questões que com o tempo vão ficando pendentes, entre elas, questões jurídicas, por outro lado, é necessário criar um tempo e um espaço para escutar cada pessoa. É necessário escutar o lado mais subjetivo e mais pessoal de cada pessoa, é necessário escutar sentimentos, emoções, desabafos e sonhos. É necessário escutar as perspetivas de vida da pessoa e aquilo que almeja para o seu futuro.

Através das conversas intencionais e da presença continuada no contexto foi perceptível a existência de pouco tempo para escutar e pouco tempo para estar. Surgiu, assim, a necessidade de acompanhar cada uma das pessoas acolhidas nas suas rotinas do dia a dia, desde a presença nos momentos de refeição às saídas ao exterior e, a título mais informal, nos momentos de lazer e de convívio. Este foi, aliás, um dos pontos fortes do projeto. A intervenção psicossocial não se precisa de restringir a um gabinete nem a um espaço formal nem precisa de existir uma secretária que separa as pessoas. A intervenção psicossocial enquanto acompanhamento de proximidade, pode “acontecer” no sofá e na discussão sobre um programa de televisão, pode ser a partilha de um lanche, de um filme, pode ser a realização de um desenho ou até mesmo a realização de uma tarefa doméstica. A intervenção social transformadora não tem, obrigatoriamente, que ser num espaço formal. Muitas vezes, a transformação dá-se nos pequenos passos, nas pequenas mudanças da rotina e das formas de estar, frequentemente invisíveis na abordagem convencional. Dá-se quando o outro percebe que estamos atentas, interessadas naquilo que têm para contar. Cada uma das pessoas que se cruzou neste projeto teve um papel importante, na medida em que, foi o conjunto de todas as vozes que deu origem à própria identificação dos problemas, das necessidades e dos recursos. Do conjunto de vozes, onde se incluem quer as pessoas acolhidas, quer as profissionais das equipas, surgiram partilhas, ideias, desabados e expectativas. Foram estas as linhas orientadoras do projeto “Ser tempo”.

Importa referir que este caminho foi pautado quer por potencialidades, quer por fragilidades. Deste modo, nem sempre foi possível responder da forma mais adequada aos desafios diários da integração nas rotinas da CA. Estas fragilidades foram não só derivadas da forma como se encontra estruturada e organizada esta resposta como, também, das próprias limitações pessoais de quem, pela primeira vez, se integra num contexto novo e assume uma postura de investigadora/interventora social. Aliás, a própria metodologia utilizada, a IAP, tão característica da Educação Social, foi um desafio. Apesar de encontrar pontes de ligação muito fortes entre esta área e a minha área de formação (Serviço Social), foi um percurso de aprendizagem contínuo que me incitou à descoberta. Uma descoberta constante pautada por medos e inseguranças e uma constante dúvida sobre a pertinência e adequabilidade de cada passo. Se há mensagem que pretendo que seja passada sobre este percurso (e sobre esta metodologia) é a de que, é difícil ser-se pessoa no meio das pessoas, quando constantemente (e fruto da nossa formação) temos de embarcar numa atitude reflexiva e de questionamento e quando os “como?” e “porquê?” tomam

lugar. Aliás, este foi um dos principais obstáculos numa fase inicial: conseguir descentrar-me da formatação de interventor social tão tipificada na abordagem convencional. Todavia, foi esta reconfiguração da própria ideia de intervenção que permitiu ser e, sobretudo, estar, de forma diferente. Foi esta reconfiguração que me permitiu perceber a importância e pertinência de estar nos momentos informais, de conhecer e ouvir as pessoas fora dos padrões e práticas convencionais.

O projeto "Ser tempo" foi, assim, o mote para que a experiência e vivência do acolhimento em CA fosse o mais empoderadora possível. A partir deste projeto criaram-se relações, relações estas pautadas pelo respeito, pela singularidade, pela reciprocidade e pela escuta. Destas relações resultaram pessoas mais empoderadas. Se há aspeto que une estas pessoas é a vivência da VD no passado. Com este projeto pretendeu-se criar um espaço no seio do grupo (e da CA) onde fosse possível repensar o acolhimento e dar-lhe um novo rumo, mais esperançoso e que amplie as pessoas nas suas possibilidades. Foi por isso mesmo um trajeto coconstruído onde o empoderamento tomou um importante lugar. Para que esta caminhada fosse possível, foi necessário um trabalho contínuo de descoberta, aprendizagem e sentido de mudança. Foi necessário, ainda, acreditar: acreditar nas pessoas e no seu poder transformador. Se por um lado foi necessário conceptualizar o quadro teórico inerente à VD, por outro lado, foi necessário (e imprescindível), ouvir as vozes de quem a vivenciou.

Em suma, este projeto espelha, assim, a necessidade de encontrar espaços e práticas que empoderem as pessoas e que, sobretudo, sejam espaços que potenciem a escuta, a integração e a resignificação. Este projeto simboliza, ainda, a inexistência de práticas formatadas aplicadas a todas as pessoas e o estado inacabado e em constante desenvolvimento do ser humano. A intervenção social nunca será perfeita porque é utópico pensar que os profissionais, nomeadamente, da área social, não falham. É, aliás, esta forma de ver e sentir a intervenção social que nos permite olhar de igual para igual e acreditar que qualquer ser humano, independentemente da sua trajetória, tem o poder de se transformar e de (re)encontrar em si as ferramentas que necessita para que tal aconteça. Por vezes, só necessita de um profissional que no fundo, seja tempo.

REFERÊNCIAS

- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Antunes, D., & Rodriguez, M. (2022). O homem vítima de violência doméstica: Perspetiva da vítima e do técnico especializado. *Temas Sociais*, 3, 99-112. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/temassociais/article/view/8447/5092>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2012). *Violência doméstica*. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. <https://apav.pt/vd/index.php/features2>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2023). *Estatísticas APAV: Relatório anual 2022*. https://vm.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas-APAV_Relatorio-anual-2022.pdf
- Bodgan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Boutinet, J.P. (1997). *Antropologia do projecto*. Instituto Piaget.
- Bronfenbrenner U., & Morris, P. A. (1998). *The ecology of developmental processes*. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (5 ed, 993-1028). Wiley.
- Cardoso, R., & Moreira, D. (2017). Da educação à intervenção social: a construção do conhecimento na transformação da realidade. *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación*, 14, 103-106. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/9342/1/Cardoso%20%26%20Moreira%20%282017%29%20.pdf>
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social: fundamentos e estratégias*. Porto Editora.

- Cembranos, F., Montesinos, D., & Bustelo, M. (2001). *La animación sociocultural: Una propuesta metodológica*. Editorial Popular.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJ]. (2023). *Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ 2022*. <https://www.cnpdpj.gov.pt/relatorio-atividades>
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2024). *Dados estatísticos. Portal da violência doméstica*. <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/enquadramento/>
- Conselho da Europa (2011). *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica*. <https://rm.coe.int/168046253d>
- Conselho Económico e Social [CES] (2023). *Violência doméstica: Retrato de um país na sombra*. Almedina.
- Conselho Europeu (2024). *Pôr termo à violência contra mulheres* <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/figures-gender-based-violence/>
- Costa, L., & Dell'Aglio, D. (2010). Mulheres em situação de violência doméstica: Vitimização e coping. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 2(2), 151-159. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v2n2/v2n2a10.pdf>
- Coutinho, C. (2015). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2ª ed.). Almedina.
- Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M., & Vieira, S. (2009). Investigação-accção: Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, XIII, 455-479. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10148>

Coutinho, M., & Sani, A. (2008). Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição à violência interparental. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 5, 284-293. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/970>

Decreto-Lei nº 113/2023 da Presidência do Conselho de Ministros (2023). *Estabelece uma medida excecional de incentivo ao regresso ao trabalho para desempregados de longa duração e alarga o subsídio de desemprego às vítimas de violência doméstica*. Diário da República n.º 232, 1ª Série de 30-11-2023. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/113-2023-225044391>

Decreto Regulamentar n.º 2/2018. *Regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica*. Diário da República n.º 6, 1ª Série de 24/01/2018. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2831&tabela=leis&so_miolo=

Diniz, G., & Angelim, F. (2003). Violência doméstica - Por que é tão difícil lidar com ela? *Revista de Psicologia da UNESP*, 20-35. <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/14>

Ferreira, R., & Moreira, M. (2019). *Saúde mental da comunidade - Trauma e resiliência*. Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Vila Nova de Gaia.

Fragoso, A. (2004). Investigando em rede no desenvolvimento local: Um estudo de casos. *In Atas V Congresso Português de Sociologia*, 13-19. https://associacaoportuguesasociologia.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616db1133464_1.pdf

Guerra, M., & Lima, L. (2005). *Intervenção psicológica em grupos em contextos de saúde*. Climepsi.

Instituto da Segurança Social [ISS]. (2021). *Vítimas de Violência Doméstica*. Instituto da Segurança Social. <https://www.seg-social.pt/inicio>

Larcher, L. (2012). *A violência sobre crianças*. Arcádia

Le Greta Viva 5 (2008). *Guia para a securização do exercício da relação de ajuda*.

Lei n.º 112/2009. *Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro*. Diário da República nº180, 1ª Série de 16/09/2009.

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1138&tabela=leis

Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão ... com os pés assentes na terra: Desenvolvimento local e investigação participativa - Animação Comunitária* [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53042>

Machado, C., & Gonçalves, R. (2002). *Violência e vítimas de crime*. Quarteto.

Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir. Guia de boas práticas para profissionais de saúde*. Comissão para a cidadania e para a igualdade de género [CIG]. https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siicVD2_GBP_Profissionais_apoio_vitimas.pdf

Matos, M., & Machado, A. (2011). *Violência doméstica: intervenção em grupo com mulheres vítimas: Manual para profissionais*. Comissão para a cidadania e a igualdade de género. <https://www.cig.gov.pt/siic/wp-content/uploads/2015/01/Viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica-Interven%C3%A7%C3%A3o-em-grupo-com-mulheres-v%C3%ADtimas.pdf>

Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação. In *Atas CIAIQ2017 – Investigação qualitativa em ciências sociais*, 724-733. https://www.researchgate.net/publication/318702823_A_Observacao_Participante_enquanto_metodologia_de_investigacao_qualitativa

- Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e «palavramundo»: Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54, 65-82. <https://ojs.up.pt/index.php/esc-ciie/article/view/50/50>
- Monteiro, H., Timóteo, I., Bravo, A. (2024). *Contra-manual de investigação ação-participativa*. Alphabook.
- Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2021). *Violência contra mulheres*. https://www.who.int/health-topics/violence-against-women#tab=tab_1
- Pais, J. M. (1986). Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. *Análise Social*, XXII, 90, 7-57. <https://www.intaead.com.br/webinterativo/sociologia/arq/08%20-%20Paradigmas%20sociol%F3gicos.pdf>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Rogers, C. (1985). *Tornar-se pessoa*. Moraes Editores.
- Santos, A. R., & Bertão, A. (2020). O impacto da metodologia investigação-ação participativa no acompanhamento a famílias beneficiárias de rendimento social de inserção. *Sensos-e*, 5-13. <https://parc.ipp.pt/index.php/sensos/article/view/3620>
- Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Porto Editora.
- Sameroff, A. (2009). *The transactional model. How children and contexts shape each other*. American Psychological Association.
- Simões, J., Fonseca, M., & Belo, A. (2006). Relação de Ajuda: horizontes de existência. *Referência*, II.ª Série, 3, 45-54. Disponível em: <https://www.index-f.com/referencia/2006pdf/45-2006-dec.pdf>
- Souza, J. d., Kantorski, L., & Luis, M. (2011). Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, 25,(2), 221-228.

- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1987). *Evaluación sistemática: Guía teórica y práctica*. Paidós.
- Sullivan, C., Goodman, L., Virden, T., Strom, J., & Ramirez, R. (2017). Evaluation of the effects of receiving trauma – informed practices on domestic violence shelter residents. *American Journal of Orthopsychiatry*, 1-8. https://www.researchgate.net/publication/319170527_Evaluation_of_the_Effects_of_Receiving_TraumaInformed_Practices_on_Domestic_Violence_Shelter_Residents
- Timóteo, I. (2010). Educação social e relação de ajuda. Representações dos educadores sociais sobre as suas práticas [Tese de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório científico da Universidade de Évora. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19122>
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: Clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 11-26. <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/6296>
- Walker, L. (1999). Internal perspectives: Psychology and domestic violence around the world. *American Psychologist*, 54, 21-29. https://www.researchgate.net/publication/232490035_Psychology_and_domestic_violence_around_the_world

ANEXOS

ANEXO A – CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda Andreia Maia foi acolhida na [REDACTED] para o desenvolvimento do projeto numa das suas respostas sociais. A mestranda elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível on-line, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas. O envolvimento é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto. Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da instituição. Este documento, que tem o nome da instituição e da participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de cinco anos. Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestranda. Confirmo, ainda, que, atempadamente, fui informada oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social.

(Local, Data)

(Assinatura)

APÊNDICES

APÊNDICE A – GUIÃO ORIENTADOR DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Guião para realização da Entrevista Semiestruturada

O presente guião de entrevista semiestruturada enquadra-se no âmbito do projeto de investigação ação, unidade curricular de Projeto do mestrado em Educação e Intervenção Social – especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco. O objetivo da entrevista é conhecer melhor o vosso trabalho e, partir do conhecimento, desenhar e desenvolver um projeto que vos seja significativo.

No que concerne à forma como a informação será recolhida, é de relevar que a mesma decorrerá de forma presencial, nas instalações da instituição. De modo a que seja possível conhecer a disponibilidade de cada participante, será realizado um primeiro contacto para agendamento.

Depois de concedida a autorização, a entrevista será gravada, e será anonimizada no momento da transcrição, sendo posteriormente eliminados os áudios. As informações recolhidas são confidenciais e anónimas e têm como finalidade:

- Perceber quais as necessidades identificadas pela equipa ao nível do trabalho desenvolvido e/ou a desenvolver;
- Perceber quais são os principais obstáculos/entraves e os principais pontos fortes/forças no trabalho desenvolvido;
- Fomentar a reflexão sobre o trabalho desenvolvido com as pessoas.

Agradeço desde já a disponibilidade para participar na entrevista. A sua participação é crucial neste processo.

Questões orientadoras

1. Antes de mais gostaria de agradecer o seu tempo e disponibilidade para esta entrevista. Iremos começar por uma pergunta mais generalista sobre o trabalho que desenvolve aqui

com as pessoas. Gostaria que brevemente referisse qual o papel que desempenha enquanto profissional nesta instituição.

2. Trata-se de um trabalho complexo e cheio de desafios, gostaria que me falasse sobre a ajuda que esta resposta pode dar às pessoas
 - 2.1. E os desafios e obstáculos que vai encontrando pelo caminho? Quais considera que são os principais obstáculos/condicionantes inerentes ao seu trabalho?
3. Tem sugestões de como podíamos aumentar a eficácia/poder destas respostas para que a vida das pessoas e dos/as seus filhos/as pudessem melhorar de forma mais continuada no futuro?
 - 3.1. Tendo por base o contacto de proximidade com o grupo, quais as necessidades de intervenção que identifica?

Questões auxiliares:

Como avalia o trabalho de parceria criado com outras instituições respostas?

Se neste momento fosse possível estabelecer parcerias que melhorassem a qualidade de vida das pessoas em que áreas é que considera que seria mais vantajoso?

Gostaria de acrescentar alguma informação a esta entrevista?

Muito obrigada pelo seu tempo e disponibilidade

APÊNDICE B – CONSENTIMENTO INFORMADO PARA A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Consentimento informado para realização da Entrevista Semiestruturada

A realização da entrevista semiestruturada enquadra-se no âmbito do Projeto de investigação ação, parte integrante da unidade curricular de Projeto do mestrado em Educação e Intervenção Social – especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco. O objetivo da entrevista é conhecer melhor o vosso trabalho e, partir do conhecimento, desenhar e desenvolver um projeto que seja significativo.

O recurso a esta técnica tem como principal finalidade aprofundar a informação recolhida através da participação ativa no contexto. No que concerne ao processo de recolha de informação, é de relevar que a mesma decorrerá de forma presencial, nas instalações da instituição.

A sua participação é muito importante e, se concordar, a entrevista será gravada, e será anonimizada no momento da transcrição, sendo posteriormente eliminados os áudios. No que diz respeito à informação recolhida, é de ressaltar que servirá, apenas, para a elaboração e posterior divulgação científica, sendo por isso confidencial.

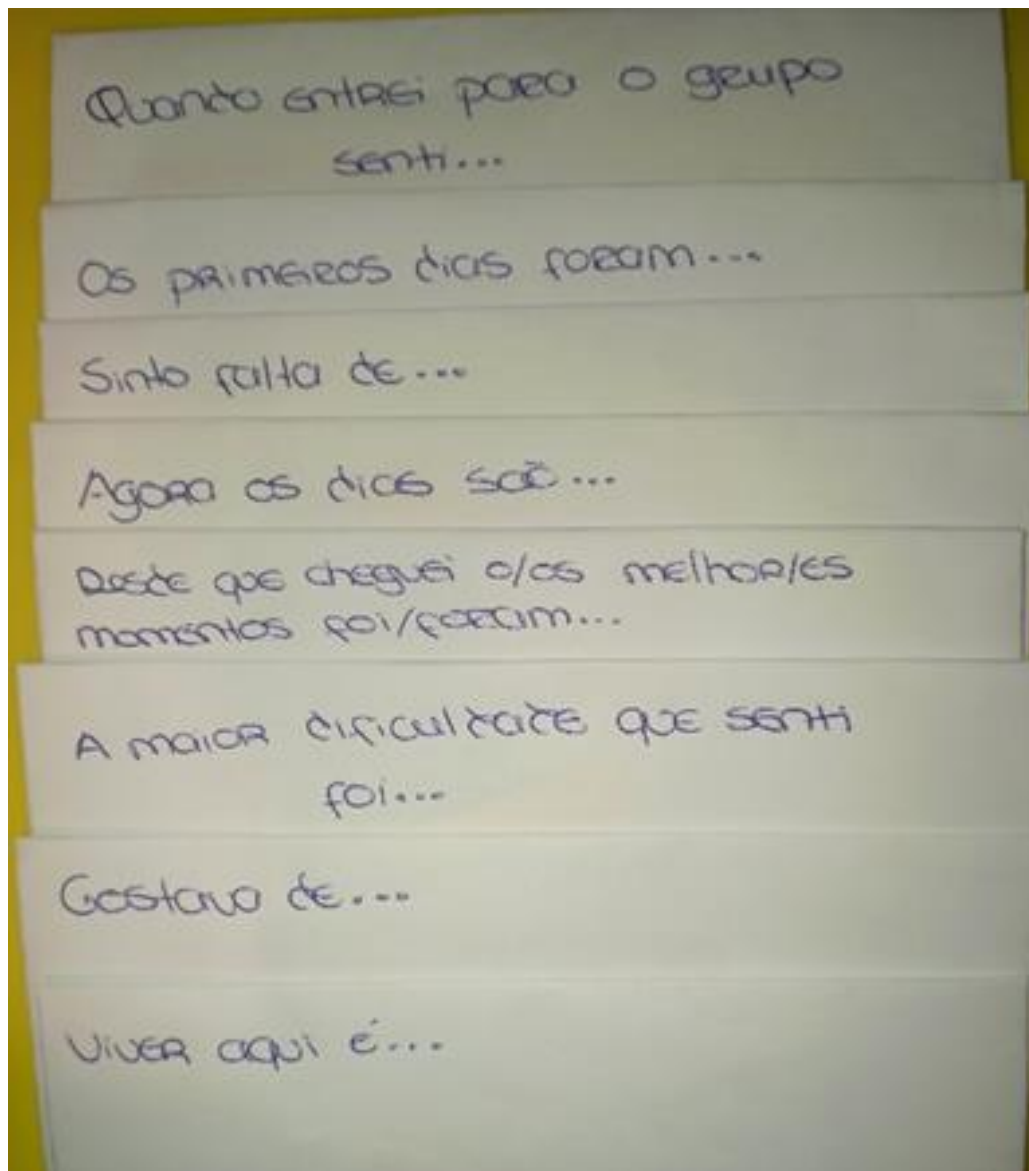
Encontro-me disponível para qualquer dúvida ou esclarecimento adicional.

Eu, _____ aceito participar na realização da entrevista semiestruturada, bem como aceito participar na gravação da mesma. Mais declaro que não me oponho à utilização do conteúdo das respostas para posterior análise a incluir no projeto de mestrado de Andreia Filipa Bandeira Maia, desde que seja garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Assinatura do participante _____

Assinatura do aluno _____

APÊNDICE C – REGISTO DO EXERCÍCIO DE GRUPO: ENVELOPES COM HISTÓRIA



APÊNDICE D – QUADRO SÍNTESE DE AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

<p>PROBLEMAS IDENTIFICADOS</p>	<p>QUEM IDENTIFICOU O PROBLEMA</p>	<p>INDICADORES DO PROBLEMA</p>	<p>CAUSAS DO PROBLEMA</p>	<p>NECESSIDADES IDENTIFICADAS</p>
<p>PROBLEMA 1 (P.1)</p> <p>Sentimento de isolamento e de solidão subjacente a duas dimensões específicas:</p> <p>Sentimento implícito no processo de acolhimento das pessoas – afastamento forçado da rede de suporte social (quando existente) por</p>	<p>Pessoas acolhidas</p> <p>Profissionais</p>	<p>Indicadores evidenciados pelas pessoas acolhidas:</p> <p>“Sinto falta de paz e da minha família”;</p> <p>“A maior dificuldade que senti foi ficar longe de casa”;</p> <p>“Gostava de ir embora”;</p> <p>“Gostava de ir embora o mais rápido daqui”;</p>	<p>Perda acentuada das relações de amizade e das relações familiares no decorrer da vivência das situações de VD;</p> <p>Inexistência de retaguarda securizante;</p> <p>Padrões de violência vivenciados nas gerações anteriores que normalizam ou desvalorizam a VD;</p>	<p>Participação em momentos lúdicos e de lazer;</p> <p>Convívios no seio do grupo;</p> <p>Reflexão sobre a importância das relações seguras;</p> <p>Espaço reflexivo e de partilha no seio do grupo que potencie a integração das experiências vividas;</p>

<p>questões de proteção e segurança.</p> <p>Nesta dimensão enquadra-se ainda o afastamento do mercado de trabalho e, conseqüentemente, a perda de rendimentos;</p> <p>Sentimento implícito na integração numa resposta (CA) onde as relações com outras pessoas não são, na sua maioria, coesas e funcionais – a disfuncionalidade destas interações e relações resulta em falhas nos processos de comunicação e em conflitualidade entre os</p>		<p>“Viver aqui é uma prisão”;</p> <p>“Sinto-me presa, eu sei que é por uma questão de segurança, mas estou presa, aqui há muitas regras e deixamos de ser como somos”;</p> <p>“A minha mãe batia-me”;</p> <p>“Por isso é que estão sempre a reclamar comigo, por não lavar a loiça à noite (...) não consigo entrar no refeitório com toda a gente lá, sinto-me sufocada, não gosto de viver com tanta gente (...) por isso é que adormeço depois do jantar e não consigo ir lavar a loiça (...) pelo menos em casa poderia fazer as tarefas</p>	<p>Mudança geográfica subjacente ao processo de acolhimento;</p> <p>Tipologia de organização e de funcionamento da resposta CA;</p> <p>Rotina estruturada de forma rígida e mecanizada;</p> <p>Falhas comunicacionais nos processos relacionais do grupo;</p> <p>Reduzido sentimento de pertença ao grupo;</p> <p>Desenraizamento das pessoas;</p> <p>Falta de abertura e de sentimento de confiança das pessoas acolhidas para comunicar e para se expressar junto da equipa.</p>	<p>Relações de ajuda genuínas pautadas pela escuta ativa e pelo empoderamento;</p> <p>Acompanhamento de maior proximidade fora do contexto convencional.</p>
--	--	--	--	--

<p>elementos do grupo. Nesta dimensão realça-se ainda a integração num contexto onde persiste a falta de abertura e de condições para a criação de relações entre as pessoas e para a criação de um espaço seguro no seio do grupo.</p>		<p>quando quisesse, de tarde ou de manhã”;</p> <p>“Já passei por várias casas e não há privacidade às vezes há perseguição (...) dão-nos tarefas para não fazermos as nossas coisas”;</p> <p>“Eu só comecei a ir porque a X também vai todos os dias e ninguém lhe diz nada”;</p> <p>“Quando vamos tratar das nossas coisas andam atrás de nós”;</p> <p>“Não ouvem o que digo não vale a pena falar”.</p> <p>Indicadores evidenciados pelos profissionais:</p>		
---	--	---	--	--

		<p>"O facto de as utentes estarem deslocadas é muitas vezes um obstáculo porque têm de começar do zero num sítio que não conhecem, deixam o emprego e estão aqui sozinhas, é muito difícil"</p> <p>"Estabelecer uma relação de confiança com as vítimas pode ser um desafio";</p> <p>"Muitas vezes, as vítimas de VD apresentam desconfiança e resistência em relação aos profissionais, o que pode dificultar a prestação de apoio adequado".</p>		
--	--	--	--	--

<p>PROBLEMA 2 (P.2.)</p> <p>Ausência de espaços reflexivos que permitam a integração das experiências vivenciadas e a reflexão e prospeção de um projeto de vida</p> <p>Este problema assenta em duas dimensões, nomeadamente:</p> <p>Modelo organizacional e funcional da CA;</p> <p>Elevada mobilidade dos profissionais que integram a resposta CA.</p>	<p>Pessoas acolhidas</p> <p>Profissionais</p>	<p>Indicadores evidenciados pelas pessoas acolhidas:</p> <p>“Viver aqui é cansativo, stressante”;</p> <p>“Viver aqui é testar os nossos limites”;</p> <p>“Não penso coisas más, mas sinto-me cansada e sinto que tenho a cabeça cheia”.</p> <p>Indicadores evidenciados pelos profissionais:</p> <p>“É uma área com muitos obstáculos”;</p> <p>“Elevada carga emocional e o stress associados ao contacto com situações de trauma e abuso (...) lidar diariamente com</p>	<p>Intervenção muito direcionada para as questões logísticas/burocráticas (apoio jurídico, apoio social e questões práticas associadas à mudança de residência);</p> <p>Excesso de trabalho destinado a cada profissional que integra a equipa;</p> <p>Elevada mobilidade dos profissionais que integram a equipa;</p> <p>Abordagem convencional no acompanhamento individual;</p> <p>Respostas padronizadas e pré definidas no modelo de intervenção;</p> <p>Trabalho desenvolvido no âmbito da VD pautado por um elevado grau de cansaço, desgaste físico e psicológico;</p>	<p>Modelo de trabalho que priorize uma maior proximidade às pessoas;</p> <p>Intervenção psicossocial em grupo.</p>
--	--	---	--	--

		<p>histórias de sofrimento e vulnerabilidade (...) desgaste emocional (...);</p> <p>“Sobrecarga de trabalho também é uma dificuldade significativa devido ao elevado número de casos e à complexidade das situações”;</p> <p>“Falta de pessoal qualificado agrava este problema, levando a uma distribuição desigual das tarefas e a uma pressão constante sobre os profissionais”;</p> <p>“Hoje vou ter que trabalhar na hora do almoço”.</p>	<p>Equipas de trabalho reduzidas face ao número de pessoas acolhidas;</p> <p>Escassa intervenção psicossocial direcionada para o grupo;</p> <p>Inexistência de momentos que promovam a interação e participação do grupo.</p>	
--	--	--	---	--

<p>PROBLEMA 3 (P.3.)</p> <p>Desempoderamento das pessoas acolhidas e consequente perda de autonomia subjacente ao acolhimento</p> <p>Este problema surge relacionado com uma das dimensões do P.2., nomeadamente, o modelo organizacional e funcional da CA.</p>	<p>Pessoas acolhidas</p> <p>Profissionais</p>	<p>Indicadores evidenciados pelas pessoas acolhidas:</p> <p>“Sinto falta que me oiçam, sinto-me sem voz, parece que só fazem as coisas na altura para dizer que nos ouvem, mas depois fica tudo igual”;</p> <p>“O meu filho já sabia fazer tudo e agora é preguiçoso porque não faz as coisas porque dizem que é pequenino”;</p> <p>“Sinto-me presa, temos regras e horários para tudo (...) os meus filhos estão sempre a perguntar-me quando é que cozinho para eles, acho que até eles não se sentem livres”;</p>	<p>Experiência e vivência de situações de violência nas relações familiares e/ou de intimidade;</p> <p>Desenraizamento das pessoas face ao local e à forma como se encontra estruturada a resposta CA;</p> <p>Intervenção psicossocial muito direcionada para o trabalho logístico/burocrático e menos centrado na pessoa e na vivência do processo de acolhimento;</p> <p>Abordagem convencional no acompanhamento individual;</p> <p>Tipologia da resposta no que concerne às questões de segurança e, por sua vez, de organização;</p>	<p>Compreender a VD e o seu impacto;</p> <p>Ressignificação das experiências subjacentes ao processo de acolhimento;</p> <p>Acompanhamento de maior proximidade fora do contexto convencional;</p> <p>Intervenção psicossocial individualizada;</p> <p>Parcerias e protocolos com entidades e projetos tendo por base os interesses das pessoas.</p>
--	--	---	---	--

		<p>“Não me vou chatear, estou no meu canto, também estou quase a sair daqui”;</p> <p>Indicadores evidenciados pelos profissionais:</p> <p>“Falta de recursos financeiros e materiais adequados é uma realidade comum nestas instituições”;</p> <p>“Escassez de financiamento limita a capacidade das casas de abrigo de oferecerem serviços abrangentes, desde apoio psicológico até ao apoio jurídico e programas de capacitação”;</p>	<p>Regras de funcionamento rígidas e muito estruturadas;</p> <p>Horário de trabalho da equipa técnica não compatível com o horário onde se concentra o maior número de pessoas na CA;</p> <p>Tipologia de resposta social que não permite uma verdadeira envolvimento na comunidade;</p> <p>Interligação e correlação entre os diferentes recursos (humanos, materiais, económicos, entre outros) condiciona e influencia os processos de recrutamento e o estabelecimento de parcerias com outras entidades.</p>	
--	--	--	---	--

		<p>"Falta de recursos pode comprometer a qualidade do apoio prestado";</p> <p>"Elas não estavam à espera de tanto".</p>		
<p>PROBLEMA 4 (P.4.)</p> <p>Ineficácia do modelo de intervenção social atual na construção de projetos de vida sustentados a longo prazo</p> <p>Este problema tem na génese duas dimensões:</p> <p>Processos de autonomização cada vez mais complexos na medida em que as pessoas acolhidas tendem a não</p>	<p>Pessoas acolhidas</p> <p>Profissionais</p>	<p>Indicadores evidenciados pelas pessoas acolhidas:</p> <p>"A maior dificuldade que senti foi ficar longe de casa";</p> <p>"A maior dificuldade que senti foi encontrar trabalho".</p> <p>Indicadores evidenciados pelos profissionais:</p> <p>"Há situações em que por exemplo há utentes que chegam até nós com problemas de saúde mental e ninguém nos informa,</p>	<p>Medidas e políticas públicas escassas e desadequadas à realidade;</p> <p>Recursos económicos das pessoas que não vão ao encontro do mercado de habitação atual;</p> <p>Inexistência de respostas articuladas e coesas a nível macroestrutural;</p> <p>Inexistência de respostas adequadas que permitam um trabalho contínuo do período após a cessação do acolhimento;</p>	<p>Criação de omentos reflexivos direcionados para as práticas profissionais e para o modelo de trabalho;</p> <p>Políticas públicas, respostas e práticas institucionais que respondam às reais necessidades das pessoas.</p>

<p>ingressar em percursos de vida ditos comuns por falta de recursos financeiros e por falta de rede de suporte securizante;</p> <p>Ineficácia do modelo de intervenção social atual na construção de projetos de vida sustentados a longo prazo relacionados, essencialmente, com a ausência de respostas que permitam prevenir a situação de instabilidade em que as pessoas se encontram e com a ausência de respostas que potenciem a autonomia financeira e emocional.</p>		<p>ou até situações em que a pessoa está grávida e não existe o cuidado de passar essa informação”;</p> <p>“É frequente também as entidades que encaminham as pessoas não lhes dizerem para onde é que vão encaminhar as pessoas (...) as pessoas chegam cá e não sabem para que tipo de resposta é que vêm”;</p> <p>“No meu trabalho tenho por vezes dificuldade em articular com as respostas de origem, por exemplo as escolas e as respostas que as crianças estavam a frequentar (...) e</p>	<p>Falhas ao nível do acompanhamento das pessoas em consulta de saúde mental com o intuito de trabalhar a experiência em VD e o processo de acolhimento.</p>	
---	--	---	--	--

		<p>também com o sistema de promoção e proteção porque não é uniformizado e não responde com os mesmos trâmites em todas as situações”;</p> <p>“Um dos motivos que considero ser um obstáculo é a demora nos processos, as pessoas passam por processos jurídicos muito prolongados no tempo e por exemplo, é muito difícil conseguir construir o projeto de vida com cada pessoa para que se autonomize”;</p> <p>“Por exemplo, é recorrente as mães com crianças com menos de 3 anos não conseguirem trabalhar porque não</p>		
--	--	---	--	--

		<p>conseguimos integrar os meninos no infantários”;</p> <p>“Por falar em autonomização (...) é um dos principais obstáculos que sentimos por aqui, as rendas estão muito altas, a oferta é reduzida e sempre com valores elevados e as pessoas não recebem rendimentos que lhes permitam fazer face a esses valores e acabam por ficar aqui mais tempo (...) e depois também há muitas entidades que não sabem o que fazemos e como é a intervenção com as vítimas, o que dificulta o nosso trabalho”;</p> <p>“A saúde mental é algo que me preocupa porque cada vez mais</p>		
--	--	---	--	--

		as pessoas precisam de um acompanhamento na saúde mental e as respostas são escassas e demora muito tempo até conseguirmos acompanhamento para as crianças e para as mães”.		
--	--	---	--	--

APÊNDICE E – REGISTO DAS SESSÕES DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM O CAFAP

REGISTO REFERENTE À SESSÃO N.º 1 - 01/02/2024

GESTÃO COMPORTAMENTAL, SOB O TEMA “BIRRAS”

“Neste dia em concreto tive a oportunidade de participar numa sessão direcionada para a gestão comportamental, em específico, ao nível da gestão feita por pais em relação aos comportamentos dos filhos, dinamizada pelo CAFAP. Esta sessão ocorreu na sala de formação da CA, tendo sido dinamizada por técnicos que integram esse mesmo CAFAP e teve a duração de cerca de uma hora. Foram convidadas a participar todas as mães que se encontram em regime de acolhimento, sendo que, por diferentes motivos, participaram apenas cinco pessoas: Jasmim, Dália, Carlota, Camélia e Violeta. A sala encontrava-se organizada de forma semelhante à de uma sala de aula tradicional, de um lado e em pé estavam os técnicos e, do outro lado, sentadas, estavam as pessoas acolhidas e eu, em formato de meia-lua.

Nesta sessão foram abordados diferentes temáticas entre elas o conceito de birra e a forma como ocorre nas distintas faixas etárias. Foi-me possível observar toda a dinâmica subjacente à sessão e à interação entre as pessoas: Carlota estava muito participativa, tendo tido várias intervenções no decorrer da sessão. Por sua vez, Camélia, Violeta, Dália e Jasmim foram participando, mas muito pouco, pelo que foi Carlota que acabou por assumir uma postura mais ativa na sessão. Pelas questões colocadas fui percebendo que as preocupações das pessoas se centravam sobretudo na questão de como agir perante uma birra e o que fazer. Como cada uma tem filhos de idades muito díspares, o rumo tomado centrou-se, sobretudo, nas crianças com idades compreendidas entre os 2 e os 6 anos. Um dos aspetos que me suscitou bastante interesse foi o facto de, quando foi apresentada uma estratégia para gestão de birras, direcionada para a criação do cantinho da calma/pensamento, a utilizadora Carlota afirmou: “Eu até vou mais longe doutora, deveríamos juntar as mães todas para falarmos porque às vezes estamos mais nervosas”. As restantes quatro mães que se encontravam na sala concordaram com Carlota, tendo Dália referido que eram precisos mais “momentos para partilharmos”.

“REGRAS, LIMITES E ESTILOS DE COMUNICAÇÃO”

“Nesta sessão, com duração de cerca de 1h30m participaram as duas técnicas do CAFAP, eu, Violeta, Camélia, Carlota, Dália e Jasmim. De forma geral, consegui perceber que as mães estavam “desligadas” da sessão. Demonstravam um olhar no vazio, distante daquela sala e uma postura que raramente se alterava, mantendo-se estática. Dália ausentou-se a meio da sessão para supervisionar os filhos que estavam doentes e Camélia e Violeta não participaram na sessão de forma ativa em nenhum momento. Jasmim e Carlota e Carlota. participaram embora, à semelhança da sessão anterior, tenha sido Carlota a participai mais de forma mais ativa. Desta participação consegui compreender alguns dos aspetos que preocupavam Carlota, nomeadamente ao nível da sua perceção sobre as dinâmicas e regras das CA por onde passou. Abordada a temática das regras, Jasmim deu um exemplo e, a partir daí, iniciou-se a participação de Carlota que, durante o tempo restante foi verbalizando alguns aspetos que passo a elencar:

Carlota – “Já passei por várias casas e não há privacidade às vezes há perseguição ... Dão-nos tarefas para não fazermos as nossas coisas”

Jasmim – “É quase a mesma coisa que estar em casa com o agressor”

Carlota – “Uma pessoa não pode fazer videochamadas com o agressor mesmo tendo sido só violência psicológica ... Acho injusto não deixarem falar com o agressor quando era só por exemplo não deixar tomar banho e deixarem quando fazem ameaças e há violência”

Carlota – “Quando vamos tratar das nossas coisas andam atrás de nós”

Carlota – “Não ouvem o que digo não vale a pena falar”

Carlota – “Eu estou a falar do geral não me estou a dirigir a nenhuma instituição”

Carlota – “Há várias pessoas que veem que o mundo é injusto não sou só eu”

Carlota – “O meu filho já sabia fazer tudo e agora é preguiçoso porque não faz as coisas porque dizem que é pequenino”

Carlota – “Eu tive que o repreender para lhe dar educação, não bati nem nada”

No decorrer desta sessão consegui perceber, através da interação com este pequeno grupo, que existe um descontentamento geral com algumas das regras para a permanência na CA. Consegui perceber, ainda, que estas mensagens não são transmitidas à equipa, sendo os momentos de maior partilha aqueles onde não está presente nenhum elemento da equipa.”

APÊNDICE F – QUADRO SÍNTESE DO DESENHO DO PROJETO

1º EIXO – INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM GRUPO	2º EIXO – INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL INDIVIDUALIZADA
<p>OBJETIVOS GERAIS (OG) E OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)</p> <p>OG.1. Potenciar a participação das pessoas na dinâmica funcional da CA e na comunidade</p> <p>OE.1.1. Comunicar os seus interesses, as suas vontades e os seus desejos;</p> <p>OE.1.2. Resgatar os seus lugares de tomada de decisão, consciencializando-se para o poder da sua voz;</p> <p>OE.1.3. Mobilizar os recursos da comunidade e redes coconstruídas para momentos de lazer.</p>	<p>OBJETIVOS GERAIS (OG) E OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)</p> <p>OG4. Potenciar a integração de experiências passadas e perspetivar o futuro</p> <p>OE4.1. Valorizar a história e o percurso de vida;</p> <p>OE.4.2. Expressar as suas perspetivas, fazendo uso do seu poder de decisão;</p> <p>OE4.3. Compreender a dinâmica da violência e as implicações desta na autoestima e no desempoderamento.</p>

OG2. Criar um espaço que potencie as relações e as trocas interpessoais e que diminua os conflitos existentes

OE2.1. Ampliar a sua rede de suporte social;

OE2.2. Criar espaços de partilha e de reflexão;

OE2.3. Refletir sobre a trajetória individual, construindo pontes para perspetivar o futuro através da partilha de vivências.

OG3. Potenciar a reflexão sobre a intervenção realizada e sobre as implicações para a vida das pessoas

OE3.1. Criar um espaço seguro para escutar as pessoas;

OE3.2. Reunir/criar condições que promovam a participação das pessoas na dinâmica da CA;

OE3.3. Criar condições que permitam a intervenção individualizada com vista à valorização das histórias de vida.

APÊNDICE G – QUADRO SÍNTESE DAS AÇÕES REALIZADAS

1º EIXO – INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM GRUPO	2º EIXO – INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL INDIVIDUALIZADA
<p data-bbox="510 742 810 778" style="text-align: center;">AÇÃO N.º1 – “VAMOS?”</p> <ul data-bbox="248 805 1120 1246" style="list-style-type: none"><li data-bbox="248 805 1120 954">• Trata-se de uma ação que engloba um conjunto de atividades que pretendem dar resposta aos objetivos elencados e, por sua vez, aproximar-se da finalidade à qual o projeto se propõe;<li data-bbox="248 981 1120 1129">• Esta ação tem subjacente a realização de quatro atividades, sendo elas: “Vamos ao cinema?”, “Vamos à festa?”, “Vamos à praia?” e “Vamos passear?”;<li data-bbox="248 1157 1120 1246">• Estas sessões iniciaram-se em março de 2024 e prolongaram-se até junho do mesmo ano;	<p data-bbox="1326 742 1854 778" style="text-align: center;">ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE</p> <ul data-bbox="1189 805 2038 1305" style="list-style-type: none"><li data-bbox="1189 805 2038 1018">• O 2º eixo do projeto nasce da necessidade de criar espaços e momentos individuais com as pessoas acolhidas na CA, tendo por base um distanciamento do acompanhamento psicossocial convencional;<li data-bbox="1189 1045 2038 1129">• Os acompanhamentos de proximidade deram-se com maior intensidade com duas pessoas em particular: Hortênsia e Violeta;<li data-bbox="1189 1157 2038 1305">• Hortênsia: acompanhamento de proximidade com a intencionalidade de intervir ao nível do apoio socioeducativo, mais especificamente, ao nível do processo de candidatura e

- A estratégia subjacente à realização destas ações foi a mobilização das pessoas em contexto grupal, tendo a primeira sessão decorrido nas instalações da CA e as restantes três fora da instituição;
- Nestas sessões privilegiaram-se as conversas e os diálogos entre as pessoas como forma de dar mote à reflexão e potenciar as dinâmicas relacionais, tendo sempre por base a participação individual.

AÇÃO N.º2 – “VAMOS SER PARCEIROS?”

- Esta ação visa estabelecer contacto com diversos projetos, entidades e instituições com vista a estabelecer protocolos e parcerias que permitam potenciar, por um lado, a participação das pessoas e, por outro lado, a coesão do grupo. Pretende, ainda, criar oportunidades de lazer, tendo por base o trabalho em rede;
- Foram estabelecidos contactos com diversas entidades, em particular, na área desportiva e lúdica. A escolha das entidades a contactar teve por base as preferências manifestadas pelas pessoas nas conversas intencionais;
- Os primeiros contactos tiveram início em abril de 2024;

ingresso no ensino superior. Os primeiros momentos individuais tiveram início em abril de 2024 e prolongaram-se até junho do mesmo ano;

- **Violeta:** acompanhamento de proximidade com a intencionalidade de intervir ao nível da valorização dos recursos individuais e ao nível social e emocional, mais concretamente, em termos de autoestima, autoconfiança e autoconceito. Os primeiros momentos tiveram início em novembro de 2023 e terminaram em junho de 2024, tendo ocorrido de forma mais periódica a partir do mês de março de 2024.

- Dos contactos efetuados, nomeadamente, com escolas de surf, com parques temáticos e com espaços lúdicos e recreativos ficaram em aberto duas possibilidades de estabelecimento de parcerias. Todavia, até à data de término do projeto os protocolos não foram consagrados.

AÇÃO N.º 3 – “VAMOS PARAR, E ESCUTAR?”

- Ação a desenvolver com a equipa, através da criação de momentos de reflexão;
- Esta ação acabou por não se concretizar da forma idealizada. Todavia, o principal objetivo foi trabalhado em momentos informais com a equipa, nomeadamente, através da reflexão sobre os temas que iam surgindo e através da devolução à equipa sobre os problemas identificados.

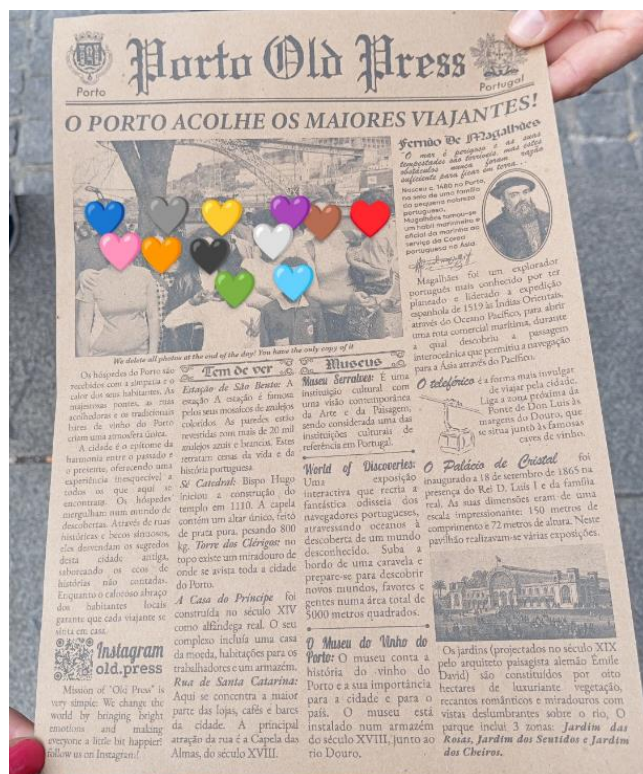
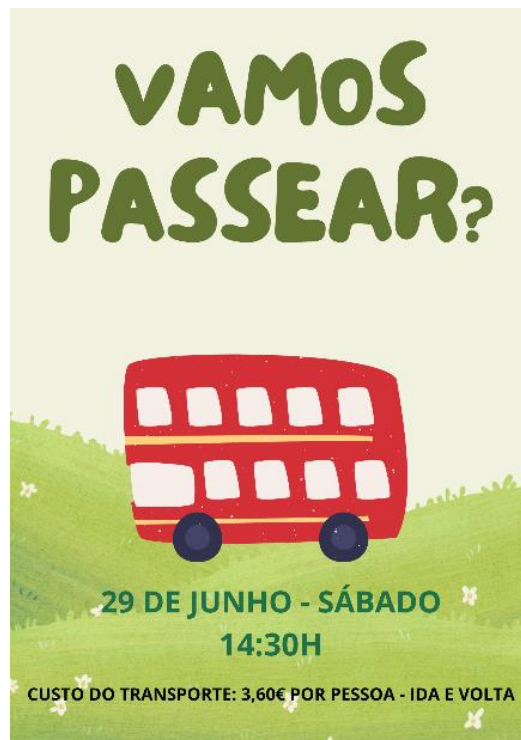
APÊNDICE H – REGISTO FOTOGRÁFICO DA AÇÃO 1 – “VAMOS AO CINEMA?”



APÊNDICE I – REGISTO FOTOGRÁFICO DO CARTAZ DA AÇÃO 2 – “VAMOS À FESTA?”



APÊNDICE J – REGISTO FOTOGRÁFICO DA AÇÃO 4 – “VAMOS PASSEAR?”



APÊNDICE L – REGISTO DA CELEBRAÇÃO DO DIA DE SÃO VALENTIM 2024

“FLORESCER EXIGE PASSAR POR TODAS AS ESTAÇÕES”

14/02/2024

“A atividade para celebração do Dia de São Valentim foi preparada em conjunto com as duas estagiárias de psicologia, tendo sido coconstruída a “árvore da vida”, com cartolinas e sacos de papel. No período da tarde e, depois de organizado o espaço e os materiais, procedemos à divulgação da atividade junto das pessoas e convidámo-las a participar. A atividade teve lugar na sala de convívio, local privilegiado devido ao espaço e à organização do mobiliário. Chegada a hora, todas as pessoas que se encontravam na CA compareceram, contamos por isso com a presença de Dália, de Lara, de Camélia, de António e de Carlota. Apenas Violeta não participou, devido ao facto de estar no quarto a acompanhar o filho Ricardo que se encontrava doente. A atividade decorreu de uma forma bastante positiva, sendo bastante participada. Com este momento pretendeu-se, essencialmente, desconstruir o conceito de amor e atribuir-lhe significados distintos, não o restringindo ao amor romântico enquanto forma exclusiva de amor. Pretendia-se que, através das partilhas de cada pessoa presente, fosse coconstruída uma árvore, com mensagens sobre o amor nas diversas formas que este pode assumir. Todas as mulheres presentes participaram e, depois do momento de reflexão inicial, deixaram uma mensagem na árvore. Estas foram algumas das mensagens que foram colocadas na árvore:

“Amor é companheirismo. Empatia”

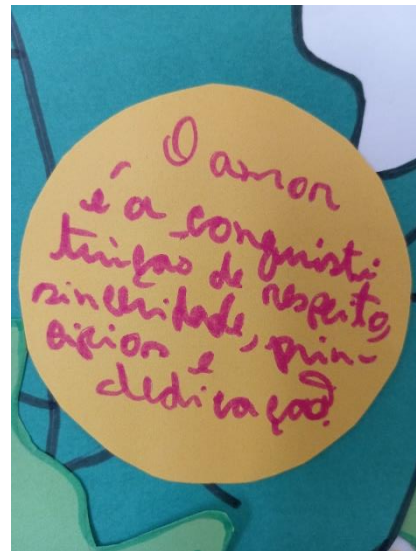
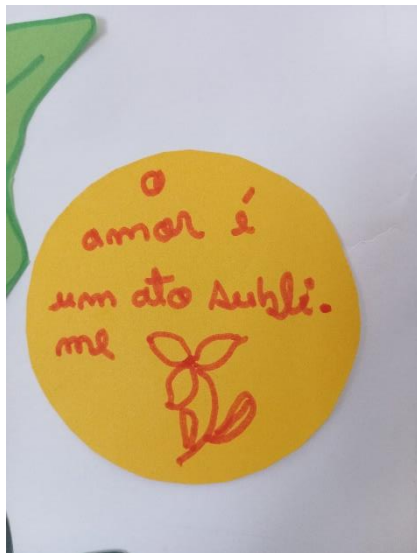
“O amor é um ato sublime”

“O amor é a constituição de respeito, sinceridade, princípios e dedicação”

“O amor é incondicional. O amor move o mundo”

“O amor é ser amigo, ajudar os outros”

O momento de reflexão e partilha culminou numa árvore, tendo esta ficado exposta na sala de convívio. Para que todas as pessoas tivessem a oportunidade de participar, dado que nem todas conseguiram estar presentes, foi deixado no mesmo local canetas, papéis e fita cola, com o intuito de fomentar a participação. A equipa foi convidada a participar, deixando também uma mensagem sobre o amor.”

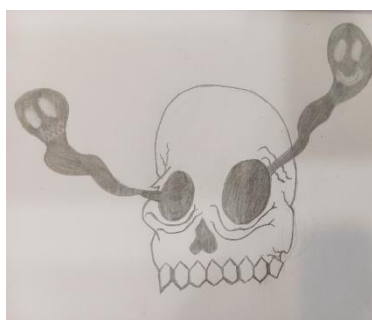
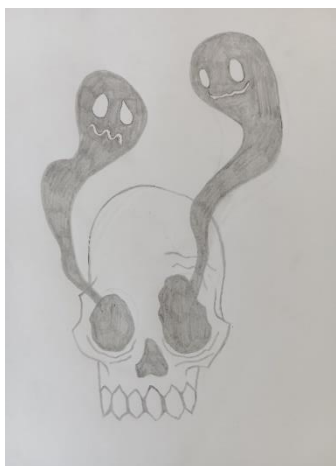
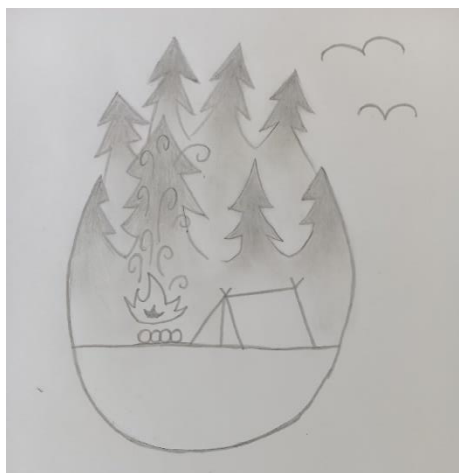




APÊNDICE N – REGISTO FOTOGRÁFICO DOS MOMENTOS COM A VIOLETA

VIOLETA – 06/06/2024

SESSÃO DE DESENHO



ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

P.PORTO

M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

“ Ser tempo” : Um projeto de intervenção
psicossocial com mulheres vítimas
(sobreviventes) de violência doméstica
Andreia Filipa Bandeira Maia

